

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

34
jul-set/2012



ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica
Número 34

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013**

Obra publicada pelo



Presidente

– Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

José Narciso Sobrinho (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Laura Lúcia Ramos Freire (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Liliane Cordeiro Barroso

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; Jackson Dantas Coelho e George Alberto de Freitas, Francisco Raimundo Evangelista

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários: Gilvan Farias dos Santos; Eduardo Batista da Cruz, Renata Pinheiro da Rocha

Ambiente de Comunicação Social

José Mauricio de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa

Revisão

Hermano José Pinho

CONSULTORES AD HOC

Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas

Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto, Produção Industrial e Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Síntese de Expectativas e Setor Externo

Inez Sílvia Batista Castro

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Normalização Bibliográfica

Paula Pinheiro da Nóbrega

Diagramação

Patrício de Moura

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 34 (jul. - set. 2012). – Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

116 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 34

Julho-Setembro 2012

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	05
1.1 – Relações Espaciais e Setoriais da Economia Nordestina: As Compras e Vendas de Insumos Intermediários do Setor Agrícola ...	05
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS	21
2.1- Resumo Executivo	21
2.2 - Expectativas.....	24
3 - NÍVEL DE ATIVIDADE	27
3.1 - PIB	27
3.2 - Produção Agropecuária.....	34
3.2.1 - Agricultura	34
3.2.2 - Pecuária.....	45
3.2.3 - Agronegócio	46
3.2.3.1- Desempenho do PIB e do faturamento	46
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio	49
3.3 - Produção Industrial do Brasil.....	55
3.3.1 - Produção industrial do Nordeste	58
3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil.....	63
3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste	65
4 - EMPREGO E RENDIMENTO	69
4.1- Considerações Adicionais sobre Emprego Formal.....	73
5 - SETOR EXTERNO	77
6 - FINANÇAS PÚBLICAS	93
6.1 - Arrecadação de ICMS.....	94
6.2 - Fundos Constitucionais.....	96
6.3 - Transferências Voluntárias	99

SUMÁRIO

7.1 - Panorama Geral.....	103
7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	104
7.3 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordeste	106
7.3.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME.....	107
7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordeste.....	109
7.5 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	111
7.6 - Conclusão	114

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 - Relações Espaciais e Setoriais da Economia Nordestina: As Compras e Vendas de Insumos Intermediários do Setor Agrícola

Francisco Raimundo Evangelista¹

O modelo de insumo-produto e a utilização dos seus multiplicadores são bastante conhecidos no meio acadêmico e entre os formuladores de política, tanto no âmbito internacional quanto no Brasil. No campo regional, o Banco do Nordeste teve a iniciativa de elaborar a primeira Matriz de Insumo-Produto Regional do País (MIP-NE) e utilizá-la como guia para a concepção dos programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (LOCATELLI; SILVA, 1997), em 1989/90. (SILVA et al., 1992). Depois disso, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atualizou a MIP-NE e, em 2001, desenvolveu conjuntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo e o Regional *Economics Applications Laboratory* (REAL), da Universidade de Illinois, um Modelo Econômico Regional de Insumo-Produto (MERIP), o qual, apoiado na MIP-NE e em equações comportamentais das principais variáveis econômicas, era capaz de antecipar a estru-

tura econômica regional, fazendo uma espécie de “projeção” da MIP para os anos futuros. (AZZONI et al., 2001). A MIP-NE mais recente elaborada pelo BNB apoia-se na matriz de insumo-produto nacional (ano de referência 2004) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e vem sendo utilizada, principalmente, para estimar as consequências econômicas dos empréstimos do Banco em termos de acréscimos em produção, produto, empregos, massa salarial, impostos e exportações². (GUILHOTO et al., 2010).

Nessa metodologia, antes de se chegar à conhecida Matriz de Leontief ou matriz de coeficientes diretos e indiretos, há que se montar uma Tabela de Recursos e Usos (TRU), como a representada no Quadro 1.

Resumidamente, o Quadro 1 indica que na economia existem bens intermediários (são produzidos por uma empresa e comprados por outras, para incorporação aos seus produtos) e bens finais, que não vão ser incorporados a

1 O autor agradece aos colegas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – Célula de Estudos Macroeconômicos, Indústrias e de Serviços (CEIS), Antônio Ricardo de Norões Vidal, que teve a ideia de elaborar uma série de artigos como este, com base na Tabela de Recursos e Usos, e Roberto Alves Gomes, que estruturou as planilhas para a análise dos setores, além das sugestões de ambos para o aperfeiçoamento do trabalho. Agradece ainda o apoio dos bolsistas de nível superior, Gilvan Farias dos Santos e Renata Pinheiro da Rocha. As falhas, obviamente, são de responsabilidade única do autor.

2 O BNB também dispõe de um novo MERIP, utilizado pelo ETENE, que projeta a estrutura econômica regional até 2025.

		Setores Compradores				Demanda Final				Produção Total (PT)
		1	2	...	111	C	I	G	X	
Setores Vendedores	1	Insumos Intermediários								PT1
	2									PT2

	111									PT111
		Impostos Indiretos Líquidos (ILL)				ILL				
		Importações (M)				M				
		Valor Adicionado								
		PT1	PT2	...	PT111					PT

Consumo intermediário
Demanda final
Agregação de valor

Quadro 1 – Relações Fundamentais de Insumo-Produto, Setor x Setor

Fonte: Elaboração Própria do Autor, com base em Guilhoto et al. (2010).

outros, serão adquiridos pelos integrantes da demanda final. A produção total de um setor econômico qualquer é o valor total de todos os bens que ele produziu (intermediários e finais). O Quadro 1 indica ainda que a produção total de um setor econômico é composta pelo valor dos insumos que ele adquiriu (nacionais e importados) somado aos impostos indiretos e à remuneração paga aos proprietários dos fatores de produção utilizados (valor adicionado). As linhas representam as vendas de um setor e as colunas representam as compras. Evidentemente o somatório de uma determinada linha é igual ao somatório da coluna correspondente, porquanto representa a produção total do setor. Sabe-se que no conceito de produção há dupla contagem e é por isso que o Produto Interno Bruto (PIB), que quer medir o fluxo de renda gerado por uma economia em um determinado período, é calculado considerando somente os bens e serviços finais ou, alternativamente, pela soma do valor adicionado por cada setor.

O Quadro 1 representa uma economia sem recortes regionais. Quando se parte para a análise regional, é preciso considerar os se-

tores em cada uma das regiões incluídas. A Tabela de Recursos e Usos utilizada pelo Banco do Nordeste tem dez “regiões” – os nove estados nordestinos mais o Resto do Brasil (RBR) e cento e onze setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma submatriz de 1.110 linhas e 1.110 colunas.

Diante da profusão de informações proporcionadas pela TRU, faz-se necessário aglomerar os setores de estudo, reduzindo o seu número, para produzir análises mais operacionais. A partir dos 111 setores constantes da TRU da MIP-NE, a equipe do ETE-NE-CEIS definiu vinte e quatro setores (para serem posteriormente analisados), dentre eles o setor **Agricultura, silvicultura e extração vegetal** (ou mais abreviadamente, Setor Agrícola ou SA), que resultou da junção dos seguintes setores da MIP-NE: milho, cana-de-açúcar, soja, fruticultura, outras culturas, silvicultura e extrativismo vegetal. Os demais setores assim constituídos são apresentados no Quadros 1A e os setores originais da MIP-NE no Quadro 2A, ao final deste artigo, no Apêndice A.

Feitas essas adaptações, o ETENE-CEIS iniciou uma série de artigos, começando pelo Setor Agrícola (EVANGELISTA, 2012), com o qual pretende aprofundar o conhecimento sobre os relacionamentos de um determinado setor econômico regional com os demais setores, respondendo a questões do tipo: de que estados e de que setores econômicos ele compra? Para que estados e setores econômicos ele vende? Que parcela das compras vem da Região Nordeste? Qual a importância do Resto do Brasil nas vendas? Como se distribui o valor adicionado bruto entre os fatores de produção? Qual a composição da demanda final do setor? O setor é deficitário ou superavitário em relação ao exterior?

Trata-se, evidentemente, de um trabalho de natureza descritiva que explora as infor-

mações propiciadas pela TRU, sem o recurso à álgebra matricial que embasa, por exemplo, o cálculo dos multiplicadores das matrizes de insumo-produto. Dado, porém, o nível de detalhamento da MIP-NE, essa aparente simplicidade inicial é superada pela multiplicidade das inter-relações que daí advém. Neste artigo, apresentaremos os resultados e conclusões sobre a análise do consumo intermediário do Setor Agrícola (SA).

Compras de Insumos Intermediários, por Estado

O Setor Agrícola do Nordeste gerou, em 2004, uma produção cujo valor alcançou R\$ 18,8 bilhões. Para tanto, adquiriu R\$ 4,2 bilhões em produtos intermediários dos outros setores econômicos e do próprio Setor Agrícola e lhes vendeu R\$ 9,8 bilhões. A demanda intermediária, portanto, consome 52,3%

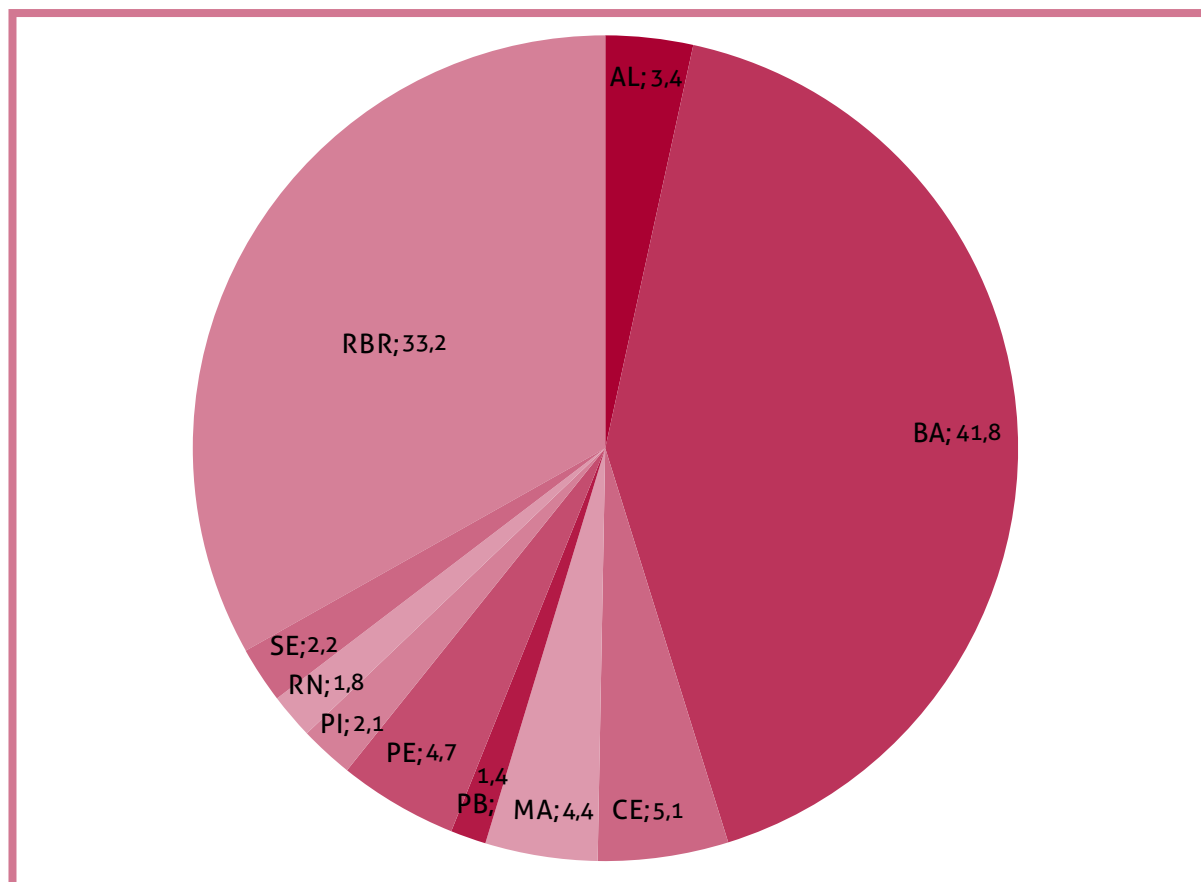


Gráfico 1 – Distribuição das Compras de Insumos Intermediários pelo Setor Agrícola do Nordeste

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

da produção do Setor Agrícola e a demanda final polariza os 47,7% restantes.

Na Tabela 1, registram-se nas colunas as compras de insumos intermediários por parte do Setor Agrícola de um estado específico efetuadas em todos os setores econômicos dos outros estados (inclusive no próprio Setor Agrícola). Cada uma das linhas representa o que foi vendido por todos os setores econômicos (inclusive o SA) de um estado para o Setor Agrícola de um estado específico. Como o foco aqui é o Setor Agrícola, as análises são feitas pelo exame das **colunas**.

Praticamente dois terços (R\$ 2,8 bilhões ou 66,8%) do consumo intermediário do Setor Agrícola nordestino provêm do próprio Nordeste; apenas o complemento (R\$ 1,4 bilhão ou 33,2%) vem do Resto do Brasil (RBR). (Gráfico 1).

Em quatro estados nordestinos (Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte), mais da metade dos insumos do SA é adquirida fora do Nordeste (na Paraíba esse percentual alcançou 56,6%). Nos demais estados, o Nordeste é o maior parceiro do Setor Agrícola (Tabela 1; distribuição percentual).

Tabela 1 – Nordeste – Compras do Setor Agrícola (Consumo Intermediário), por Estado

Valores Absolutos (R\$ Milhões 2004)										
Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TOTAL
AL	116,70	4,22	1,90	1,30	0,85	15,81	0,99	0,83	0,73	143,33
BA	26,51	1.577,58	25,44	27,29	12,96	34,91	19,94	18,87	5,63	1.749,12
CE	2,43	6,78	182,07	3,68	2,81	5,73	4,40	5,50	0,62	214,01
MA	0,88	6,03	3,29	161,54	0,86	3,06	7,44	0,95	0,17	184,22
PB	0,82	2,08	1,76	0,36	46,89	3,29	0,49	2,48	0,11	58,28
PE	7,24	13,87	5,54	3,45	5,44	154,51	1,89	3,18	0,66	195,78
PI	0,18	2,07	1,85	3,89	0,17	0,69	79,09	0,22	0,07	88,22
RN	0,21	1,13	1,37	0,23	1,05	0,73	0,29	69,18	0,08	74,27
SE	4,42	12,14	3,87	5,65	1,70	4,68	2,50	2,44	54,95	92,35
Nordeste	159,40	1.625,89	227,09	207,38	72,72	223,41	117,03	103,64	63,02	2.799,60
RBR	134,70	300,28	170,70	215,96	94,79	183,75	134,29	127,24	26,82	1.388,54
Total	294,10	1.926,18	397,79	423,34	167,52	407,16	251,32	230,88	89,84	4.188,14

Distribuição Percentual										
Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TOTAL
AL	39,68	0,22	0,48	0,31	0,51	3,88	0,39	0,36	0,81	3,42
BA	9,01	81,90	6,39	6,45	7,73	8,57	7,93	8,17	6,27	41,76
CE	0,83	0,35	45,77	0,87	1,68	1,41	1,75	2,38	0,69	5,11
MA	0,30	0,31	0,83	38,16	0,51	0,75	2,96	0,41	0,19	4,40
PB	0,28	0,11	0,44	0,09	27,99	0,81	0,20	1,07	0,13	1,39
PE	2,46	0,72	1,39	0,81	3,25	37,95	0,75	1,38	0,74	4,67
PI	0,06	0,11	0,46	0,92	0,10	0,17	31,47	0,09	0,07	2,11
RN	0,07	0,06	0,35	0,05	0,63	0,18	0,12	29,96	0,09	1,77
SE	1,50	0,63	0,97	1,33	1,01	1,15	1,00	1,05	61,16	2,21
Nordeste	54,20	84,41	57,09	48,99	43,41	54,87	46,57	44,89	70,15	66,85
RBR	45,80	15,59	42,91	51,01	56,59	45,13	53,43	55,11	29,85	33,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Maior percentual de compras

Segundo maior percentual de compras

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

Considerando somente as compras realizadas na Região, as compras se originaram, majoritariamente, no próprio estado. Em outras palavras, a aquisição de insumos pelo Setor Agrícola baiano foi realizada principalmente (81,9%) na própria Bahia; assim como 61,2% dos insumos da agricultura sergipana vieram de Sergipe. Nesse sentido, os estados onde a agricultura mais compra no próprio estado são, além dos dois já citados, Ceará (45,7%) e Alagoas (39,7%). Depois do próprio estado, a Bahia é a segunda principal fonte de insumos para todos os demais estados, salvo na própria Bahia, onde Pernambuco ocupa a segunda posição.

No geral, 41,8% dos insumos adquiridos pelo SA do Nordeste vêm da Bahia, 33,1% vêm do Resto do Brasil, seguido por Ceará (5,1%) e Pernambuco (4,7%).

Dentre as várias agriculturas do Nordeste, o SA baiano é o maior comprador de insumos

dos demais estados nordestinos (R\$ 1,6 bilhão, 38,8% do consumo intermediário total da agricultura e 58,1% das compras do Setor Agrícola realizadas no Nordeste) e também aquele que mais compra do Resto do Brasil (R\$ R\$ 0,3 bilhão ou 7,2% do consumo intermediário setorial total).

Compras, por Setor, de Insumos Intermediários

A Tabela 2 permite analisar as compras dos setores agrícolas dos estados aos demais setores econômicos (novamente, incluindo o próprio SA). Nas linhas, tem-se o valor das vendas de um determinado setor ao SA de um estado específico. Nas colunas tem-se quanto o SA de um estado adquiriu de insumos intermediários de um setor específico, no Nordeste e de fora do Nordeste. Novamente, a análise relevante é feita pela leitura das colunas.

Do total de insumos intermediários do Setor Agrícola nordestino (R\$ 4,2 bilhões),

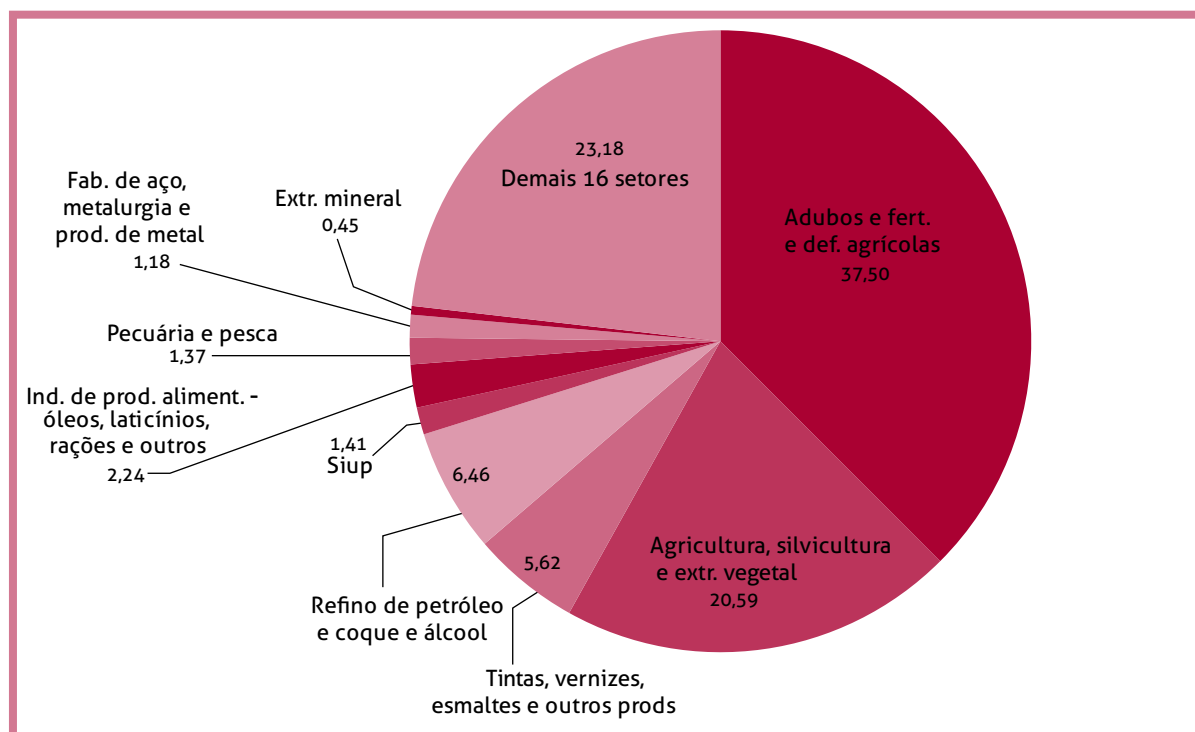


Gráfico 2 – Setores de Origem das Compras de Insumos Intermediários do Setor Agrícola do Nordeste

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

37,5% (R\$ 1,6 bilhão) foram adquiridos do **Setor Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas (Setor 12)** (Gráfico 2), fato que indica uma presença significativa do modo de produção agrícola intensivo no uso dos denominados insumos modernos. A maior parte dessas compras (R\$ 957 milhões) é feita na Região. Em segundo lugar destaca-se o próprio **Setor Agrícola (Setor 1)**, a quem são comprados R\$ 862,5 milhões (20,6% dos insumos intermediários). Seguem-se o **Setor Outros (Setor 24)**, a quem são comprados R\$ 795,2 milhões (19,0% dos insumos intermediários), o **Setor Refino de Petróleo e Coque e Álcool (Setor 11)**, e o **Setor Tintas, vernizes, esmaltes e outros produtos (Setor 15)**. (Tabela 2). A esses cinco setores, o SA nordestino compra 89,1% dos seus insumos intermediários. Relembre-se que o **Setor 24** engloba as atividades de Comércio Atacadista e Varejista, de Transporte de Carga e de Intermediação Financeira, da MIP-NE, enquanto que o **Setor 11** incorpora a atividade Álcool, sendo, portanto, compreensível que apareçam com destaque como fornecedores do SA.

Levando-se em consideração apenas as aquisições feitas na economia da Região, a fração mais significativa (34,2%) dos insumos do Setor Agrícola nordestino também é adquirida do **Setor 12 - Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas**. Constata-se, porém, a existência de uma forte dicotomia: a média da participação das compras feitas àquele setor é de 34,5% nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará e Sergipe, contra 19,1% nos demais estados. (Tabela 2). Nesses demais estados (MA, PB, PE, PI e RN), o SA realiza suas compras predominantemente do **Setor 12** do restante do Brasil. Destaque-se que as compras do SA baiano ao Setor 12 nordestino

(no montante de R\$ 667 milhões) representam 16% de todo o consumo intermediário do SA nordestino.

Destaque-se a presença, na Bahia, do Polo Petroquímico de Camaçari, que abriga importantes unidades que integram o **Setor 12 - Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas**, fato que explicaria as compras da Bahia, Alagoas e Sergipe, mas deixa a interrogação: por que o Ceará, que é tão mais distante da Bahia quanto os outros estados (MA, PB, PE, PI e RN), faz parte do grupo que mais compra adubos e fertilizantes na Região?

Seguem-se, em ordem de importância nas compras dos insumos intermediários do Setor Agrícola no Nordeste os seguintes setores: **Outros (Setor 24)**; **Setor Agrícola (Setor 1)**; **Tintas, vernizes, esmaltes e outros produtos (Setor 15)**; **Refino de petróleo e coque e álcool (Setor 11)**; **Serviços industriais de utilidade pública (Setor 22)**; e **Indústria de prod. alimentícios - fab. de óleos (Setor 5)** (todos com participação percentual igual ou superior a 2%).

Nas compras feitas fora da Região, os setores com maior conteúdo de serviços (Outros e Serviços industriais de utilidade pública), obviamente, são menos importantes, dado o seu caráter de produtores de não-comercializáveis³.

Vendas, por Estado, de Insumos Intermediários

Mais da metade do valor da produção do Setor Agrícola nordestino em 2004 (52,3% ou R\$ 9,8 milhões) destinou-se à utilização por outros setores econômicos, ou seja, integrou-se ao consumo intermediário, conforme já destacado. Diferentemente das compras, uma parcela mais significativa (51,8%) des-

3 Também denominados produtos *non-tradeables*, são bens e serviços produzidos e consumidos domesticamente, sem substitutos que possam ser exportados ou importados.

Tabela 2 – Nordeste – Setores de Origem das Compras do Setor Agrícola dos Estados

Valores em R\$ M+B3:W4.7

Setor	AL		BA		CE		MA		PB		PE		PI		RN		SE		TOTAL		
	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE (a)	RBR (b)	a + b
12	49,9	74,8	667,2	39,3	68,4	77,0	37,7	114,1	11,7	52,8	64,3	96,8	17,2	77,8	18,2	68,8	22,4	11,8	957,1	613,2	1.570,4
24	64,1	4,8	318,4	31,9	68,7	6,1	66,7	7,1	31,3	2,9	77,8	8,0	40,8	3,6	42,4	2,8	17,0	0,8	727,2	68,0	795,2
1	22,5	9,6	330,4	105,7	52,3	29,9	74,1	29,1	17,1	11,1	38,9	26,4	41,9	13,0	24,3	19,7	11,7	4,7	613,3	249,2	862,5
15	9,3	9,4	100,5	5,4	4,9	16,9	7,5	15,3	2,1	7,5	12,3	11,8	3,1	11,1	3,4	9,6	4,9	0,2	148,1	87,2	235,3
11	2,9	18,1	114,5	8,2	5,5	19,4	3,5	23,0	1,6	9,4	3,9	23,4	2,1	14,1	2,4	12,5	1,0	4,8	137,5	132,9	270,4
22	4,3	0,3	24,8	2,0	5,3	0,1	5,3	0,5	2,3	0,1	5,7	0,3	3,2	0,3	3,2	0,1	1,3	0,0	55,4	3,7	59,1
5	1,7	1,9	21,9	18,3	8,6	4,7	4,2	5,2	2,3	2,8	7,2	0,9	3,7	1,2	3,9	2,5	1,5	1,1	55,1	38,6	93,7
2	1,3	0,9	19,5	7,8	4,5	2,0	5,0	1,3	1,3	1,1	2,6	2,2	2,8	0,6	1,9	1,5	1,0	0,3	39,8	17,7	57,5
18	0,6	3,2	7,7	14,8	1,6	2,9	0,4	4,4	0,4	1,6	4,3	0,8	0,3	2,7	0,5	2,3	0,7	0,3	16,6	33,0	49,6
3	0,8	0,6	4,7	3,8	1,2	0,6	1,3	0,5	0,6	0,2	1,2	0,7	0,3	0,8	0,8	0,3	0,4	0,0	11,3	7,6	18,9
Demais	1,9	11,1	16,4	63,0	6,0	11,0	1,7	15,5	2,0	5,4	5,1	12,4	1,5	9,0	2,7	7,2	1,0	2,9	38,3	137,3	175,6
CI	159,4	134,7	1.625,9	300,3	227,1	170,7	207,4	216,0	72,7	94,8	223,4	183,7	117,0	134,3	103,6	127,2	63,0	26,8	2.799,6	1.388,5	4.188,1

Distribuição Percentual

Setor	AL		BA		CE		MA		PB		PE		PI		RN		SE		TOTAL		
	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE (a)	RBR (b)	a + b
12	31,3	55,5	41,0	13,1	30,1	45,1	18,2	52,8	16,1	55,7	28,8	52,7	14,7	58,0	17,5	54,1	35,6	43,9	34,2	44,2	37,5
24	40,2	3,6	19,6	10,6	30,2	3,5	32,2	3,3	43,0	3,0	34,8	4,3	34,9	2,7	40,9	2,2	27,0	2,8	26,0	4,9	19,0
1	14,1	7,1	20,3	35,2	23,1	17,5	35,7	13,5	23,5	11,7	17,4	14,4	35,8	9,7	23,4	15,5	18,6	17,4	21,9	17,9	20,6
15	5,8	7,0	6,2	1,8	2,2	9,9	3,6	7,1	2,9	8,0	5,5	6,4	2,7	8,3	3,3	7,6	7,8	0,9	5,3	6,3	5,6
11	1,8	13,4	7,0	2,7	2,4	11,4	1,7	10,6	2,2	9,9	1,7	12,8	1,8	10,5	2,3	9,8	1,5	18,1	4,9	9,6	6,5
22	2,7	0,2	1,5	0,7	2,3	0,1	2,5	0,2	3,2	0,1	2,6	0,1	2,8	0,2	3,1	0,1	2,0	0,0	2,0	0,3	1,4
5	1,1	1,4	1,3	6,1	3,8	2,8	2,0	2,4	3,2	2,9	3,2	0,5	3,1	0,9	3,8	2,0	2,4	4,0	2,0	2,8	2,2
2	0,8	0,7	1,2	2,6	2,0	1,2	2,4	0,6	1,8	1,2	1,2	1,2	2,4	0,4	1,9	1,1	1,7	1,0	1,4	1,3	1,4
18	0,4	2,4	0,5	4,9	0,7	1,7	0,2	2,0	0,6	1,7	1,9	0,4	0,2	2,0	0,5	1,8	1,2	1,2	0,6	2,4	1,2
3	0,5	0,4	0,3	1,3	0,5	0,4	0,6	0,2	0,8	0,2	0,6	0,4	0,3	0,6	0,8	0,2	0,6	0,1	0,4	0,5	0,5
Demais	1,2	8,3	1,0	21,0	2,7	6,4	0,8	7,2	2,7	5,7	2,3	6,8	1,2	6,7	2,6	5,6	1,6	10,6	1,4	9,9	4,2
CI	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de Guilhoto et al 2010.

Setores: 12-Adubos e fertiliz. e defensivos agrícolas; 24-Outros; 1-Agricultura, silvicultura e extr. vegetal; 15-Tintas, vernizes, esmaltes e outros prod.; 11-Refino de petróleo e coque e álcool; 22-Servs. industriais de utilid. pública; 5-Ind. de prod. alimentícios-fab. de óleo; 2-Pecuária e pesca; 18-Fab. de aço, metalurgia e prod. de metal; 3-Extrat. mineral.

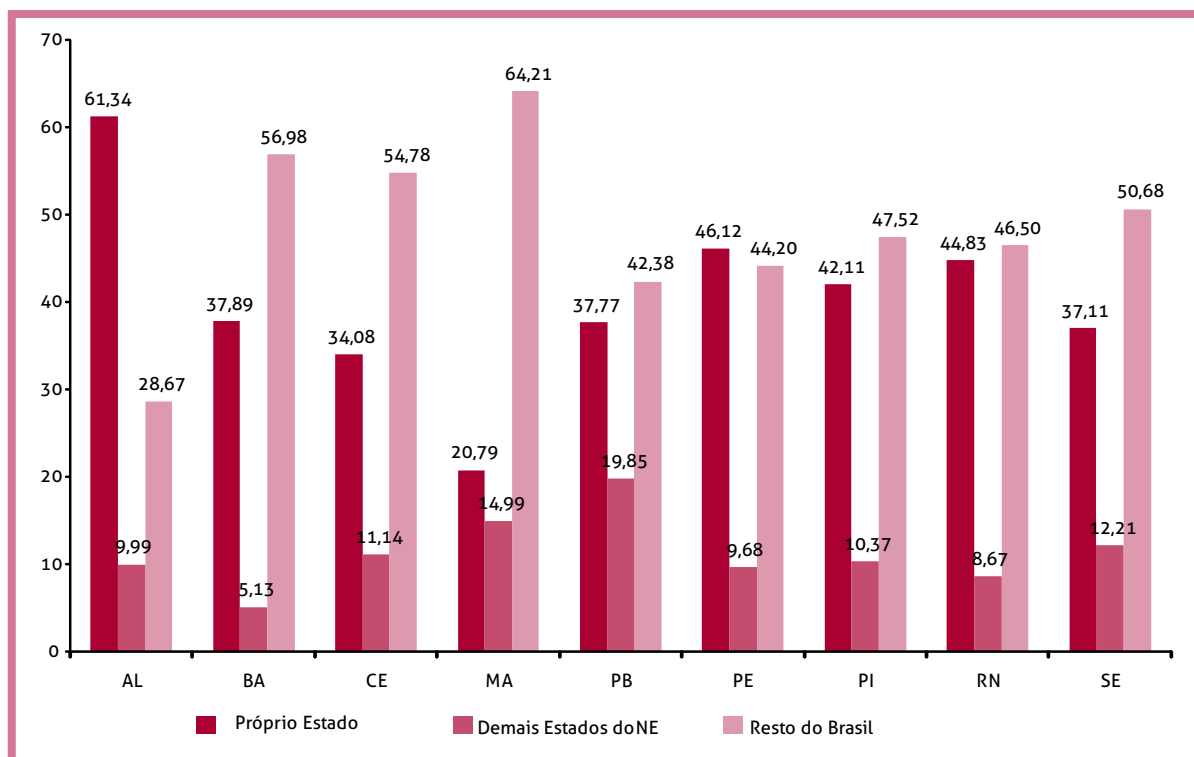


Gráfico 3 – Locais de Destino das Vendas (como Insumo Intermediário) do Setor Agrícola do Nordeste, por Estado

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

sas vendas (R\$ 5,1 bilhões) é feita ao Resto do Brasil. (Tabela 3). Entretanto, o Setor Agrícola não é voltado para o “exterior”⁴ dessa forma em todos os estados do Nordeste; apenas Bahia, Ceará, Maranhão e Sergipe repetem o comportamento da Região. (Gráfico 3). Nesses casos, pode-se supor que as indústrias dessa cadeia produtiva estariam mais fortalecidas fora da região, o que necessitaria de investigação. Caberia, ainda, averiguar se a região está “exportando” matérias-primas para “importar” os produtos finais delas obtidos, com as conhecidas consequências desse tipo de relacionamento sobre a retenção de renda no Nordeste.

Considerando-se apenas as vendas efetuadas para os estados do Nordeste, repete-se a característica de que a economia estadual é o maior cliente do Setor Agrícola

estadual, ou seja, das vendas do Setor Agrícola alagoano para consumo intermediário (R\$ 1,0 bilhão), 61,3% foram para o próprio Estado de Alagoas. Pernambuco aparece como o segundo destino para os Setores Agrícolas de Alagoas, Bahia, Ceará e Paraíba, o que faz supor a existência de uma indústria alimentícia forte naquele estado. (Tabela 3). Confirma essa suposição o fato de que, na pesquisa Indicadores Conjunturais da Indústria, do IBGE, a indústria de produtos alimentícios representa 37% do valor da transformação industrial de Pernambuco e 31,2% do Ceará.

Percebe-se, ainda, a importância da proximidade geográfica dos estados para as vendas do Setor Agrícola: o segundo destino da produção do Piauí e do Rio Grande do Norte é o Ceará; o segundo destino da produção do Maranhão (no

⁴ Nesta discussão, evidentemente, o “exterior” é o Resto do Brasil, uma vez que as exportações para outros países são um elemento da demanda final e a presente análise enfoca somente o consumo intermediário.

Tabela 3 – Nordeste – Vendas do Setor Agrícola para Consumo Intermediário, por Estado

Valores Absolutos (R\$ Milhões 2004)

Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TOTAL
AL	633,80	10,96	2,27	2,17	6,90	29,70	0,55	0,46	3,43	690,23
BA	5,03	1.626,04	9,87	20,14	2,43	12,81	6,26	1,66	6,78	1.691,02
CE	2,97	59,80	267,42	50,81	17,33	19,22	24,62	12,40	5,94	460,50
MA	0,28	4,59	3,20	260,95	0,42	1,65	8,27	0,29	0,45	280,09
PB	3,22	28,53	9,40	4,82	164,69	25,55	1,38	4,66	0,43	242,68
PE	88,57	62,31	30,44	29,78	43,77	475,29	8,27	4,82	3,56	746,80
PI	0,47	17,03	11,62	72,93	1,39	2,18	210,85	0,69	0,51	317,65
RN	0,56	27,15	19,53	6,59	13,71	7,02	0,28	130,81	0,72	206,37
SE	2,15	9,83	1,07	0,92	0,62	1,65	2,27	0,33	66,29	85,14
Nordeste	737,05	1.846,25	354,82	449,11	251,25	575,06	262,75	156,11	88,10	4.720,49
RBR	296,28	2.445,43	429,83	805,86	184,83	455,44	237,94	135,69	90,53	5.081,84
Total	1.033,33	4.291,68	784,65	1.254,97	436,08	1.030,50	500,69	291,80	178,63	9.802,33

Distribuição Percentual

Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TOTAL
AL	61,34	0,26	0,29	0,17	1,58	2,88	0,11	0,16	1,92	7,04
BA	0,49	37,89	1,26	1,60	0,56	1,24	1,25	0,57	3,79	17,25
CE	0,29	1,39	34,08	4,05	3,97	1,86	4,92	4,25	3,33	4,70
MA	0,03	0,11	0,41	20,79	0,10	0,16	1,65	0,10	0,25	2,86
PB	0,31	0,66	1,20	0,38	37,77	2,48	0,28	1,60	0,24	2,48
PE	8,57	1,45	3,88	2,37	10,04	46,12	1,65	1,65	1,99	7,62
PI	0,05	0,40	1,48	5,81	0,32	0,21	42,11	0,24	0,29	3,24
RN	0,05	0,63	2,49	0,52	3,14	0,68	0,06	44,83	0,40	2,11
SE	0,21	0,23	0,14	0,07	0,14	0,16	0,45	0,11	37,11	0,87
Nordeste	71,33	43,02	45,22	35,79	57,62	55,80	52,48	53,50	49,32	48,16
RBR	28,67	56,98	54,78	64,21	42,38	44,20	47,52	46,50	50,68	51,84
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Maior percentual de vendas

Segundo maior percentual de vendas

Fonte: Elaboração Própria do Autor, a partir de Guilhoto et al. (2010).

Nordeste) é o Piauí; da mesma forma, o segundo destino da produção de Sergipe é a Bahia.

O Setor Agrícola baiano é o maior vendedor de insumos para o Resto do Brasil (R\$ 2,4 trilhões ou 24,5% do total das vendas para consumo intermediário) e também para os demais estados do Nordeste (R\$ 1,8 trilhão ou 18,8% do total das vendas para consumo intermediário), o que o torna destaque absoluto dentro das vendas: 43,8% de todas as vendas do SA nordestino para outros setores (regionais e nacionais) são feitas pelo SA

baiano. No caso das vendas para o Resto do Brasil, a segunda posição é ocupada pelo Maranhão, mas, em se tratando das vendas para o Nordeste, o segundo lugar é de Alagoas.

Vendas, por Setor, de Insumos Intermediários

Examinando os setores para os quais o Setor Agrícola realiza suas vendas no Nordeste, destacam-se os seguintes: o **Setor 5-Indústria de prod. alimentícios - fab. de óleos, laticínios, rações e outros**; o **Setor 1-Agricultura, silvicultura e extração vegetal**; o **Setor**

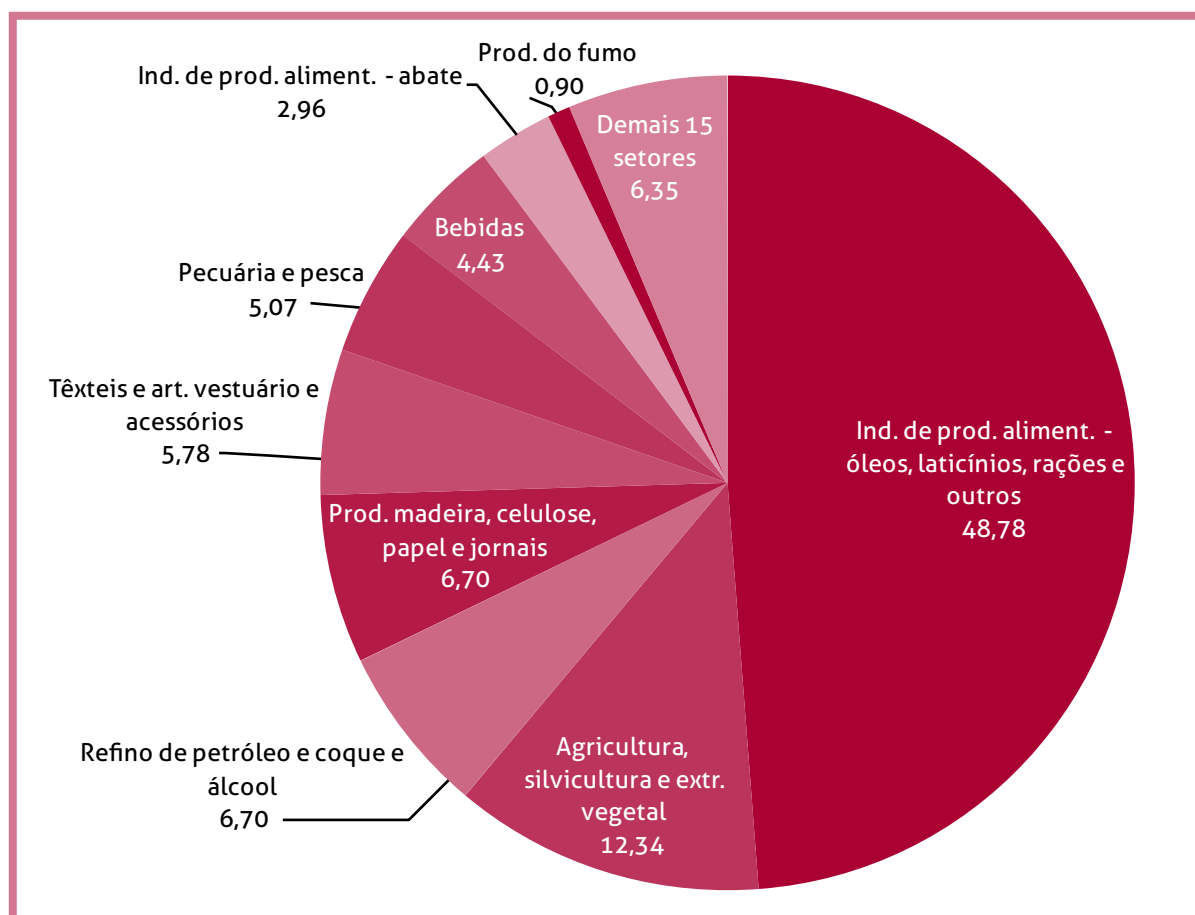


Gráfico 4 – Setores de Destino das Vendas (como Insumo Intermediário) do Setor Agrícola do Nordeste

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

11-Refino de petróleo e coque e álcool; o **Sector 2-Pecuária e pesca;** o **Sector 6-Bebidas;** o **Sector 10-Prod. de madeira, celulose, papel e jornais;** o **Sector 24-Outros;** o **Sector 8-Têxteis e artigos do vestuário e acessórios,** todos com participação acima de 3% nas vendas. (Gráfico 4 e Tabela 4).

Como destino da produção agrícola regional, o **Sector 5-Indústria de prod. alimentícios - fab. de óleos, laticínios, rações e outros** é mais importante para os estados de Alagoas, Pernambuco e Piauí do que o é para o agregado regional. Nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí e Sergipe, o Setor Agrícola

revelou-se mais importante para o estado do que para a Região como um todo.

Ademais, destacam-se os percentuais das vendas realizadas para o **Sector 11-Refino de petróleo e coque e álcool,** nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, pela presença da produção industrial de álcool de cana-de-açúcar nesses estados.

Os setores na Tabela 4 estão ordenados segundo o valor das vendas realizadas para o Nordeste; se fossem consideradas as vendas realizadas para o RBR, haveria uma mudança na ordem⁵ e a substituição do **Sector 7 – Pro-**

⁵ A ordem seria a seguinte: 5 - Indústria de prod. alimentícios - fab. de óleos, laticínios, rações e outros; 1-Agricultura, silvicultura e extração vegetal; 10-Prod. de madeira, celulose, papel e jornais; 8-Têxteis e artigos do vestuário e acessórios; 24-Outros; 11-Refino de petróleo e coque e álcool; 2-Pecuária e pesca; 6-Bebidas; 4-Indústria de prod. alimentícios - abate; 16-Ind. da borracha e artigos de plástico; e, por último, os Demais setores.

Tabela 4 – Nordeste – Setores de Destino das Vendas do Setor Agrícola dos Estados

Setor	AL		BA		CE		MA		PB		PE		PI		RN		SE		Valores em R\$ milhões		
	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE (a)	RBR (b)	a + b
5	509,5	183,1	761,8	1.130,5	145,4	185,3	215,3	395,6	108,3	80,4	307,4	224,6	184,9	146,7	72,3	56,6	33,7	40,2	2.338,6	2.443,0	4.781,6
1	21,5	11,5	329,7	258,4	54,7	71,9	82,9	123,0	17,9	23,9	34,8	40,0	39,5	30,5	20,0	23,8	12,3	13,3	613,3	596,2	1.209,5
11	162,3	64,9	51,2	45,1	1,1	6,9	17,8	7,9	73,3	17,5	110,2	55,7	4,1	1,4	24,0	4,8	5,4	3,3	449,4	207,5	657,0
2	7,8	4,8	113,6	71,6	68,0	31,6	47,7	48,7	12,8	9,0	16,9	11,4	12,7	11,0	8,3	7,2	9,0	5,2	296,8	200,5	497,3
6	11,0	12,0	117,9	62,2	14,7	13,6	22,1	23,4	9,1	5,9	38,3	53,5	9,6	7,0	8,5	4,1	11,9	9,6	242,9	191,3	434,2
10	0,4	0,4	167,9	292,2	3,2	26,2	13,7	118,1	0,8	0,8	3,7	5,2	0,7	16,8	0,8	3,5	0,6	1,3	191,9	464,4	656,3
24	6,4	4,3	68,8	84,3	31,3	35,4	12,3	20,7	10,5	14,0	35,4	30,2	4,0	5,5	9,0	11,8	5,5	5,4	183,2	211,6	394,8
8	2,0	1,5	118,1	329,0	13,5	16,4	8,1	18,7	8,5	13,7	11,1	5,6	1,3	4,3	5,7	6,5	1,2	1,0	169,5	396,8	566,2
4	6,7	2,7	43,2	57,4	18,9	25,4	23,4	26,7	6,2	10,6	13,4	16,0	5,4	12,4	5,0	9,4	2,9	4,3	125,2	164,9	290,1
7	7,1	8,5	31,7	27,5	0,3	0,3	0,0	0,1	2,3	1,6	0,0	0,5	0,0	0,0	0,9	0,6	3,9	2,8	46,1	41,8	88,0
Demais	2,3	2,7	42,4	87,3	3,8	16,8	5,7	23,0	1,5	7,4	3,8	12,7	0,6	2,3	1,7	7,4	1,8	4,1	63,6	163,8	227,3
CI	737,1	296,3	1.846,2	2.445,4	354,8	429,8	449,1	805,9	251,2	184,8	575,1	455,4	262,7	237,9	156,1	135,7	88,1	90,5	4.720,5	5.081,8	9.802,3

Distribuição Percentual

Setor	AL		BA		CE		MA		PB		PE		PI		RN		SE		Distribuição Percentual		
	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE	RBR	NE (a)	RBR (b)	a + b
5	69,1	61,8	41,3	46,2	41,0	43,1	47,9	49,1	43,1	43,5	53,4	49,3	70,4	61,7	46,3	41,7	38,3	44,5	49,5	48,1	48,8
1	2,9	3,9	17,9	10,6	15,4	16,7	18,5	15,3	7,1	12,9	6,0	8,8	15,0	12,8	12,8	17,5	13,9	14,7	13,0	11,7	12,3
11	22,0	21,9	2,8	1,8	0,3	1,6	4,0	1,0	29,2	9,5	19,2	12,2	1,5	0,6	15,4	3,5	6,2	3,7	9,5	4,1	6,7
2	1,1	1,6	6,2	2,9	19,2	7,4	10,6	6,0	5,1	4,9	2,9	2,5	4,8	4,6	5,3	5,3	10,2	5,7	6,3	3,9	5,1
6	1,5	4,0	6,4	2,5	4,1	3,2	4,9	2,9	3,6	3,2	6,7	11,7	3,6	3,0	5,4	3,0	13,5	10,6	5,1	3,8	4,4
10	0,1	0,1	9,1	11,9	0,9	6,1	3,1	14,7	0,3	0,4	0,6	1,1	0,3	7,1	0,5	2,6	0,7	1,4	4,1	9,1	6,7
24	0,9	1,4	3,7	3,4	8,8	8,2	2,7	2,6	4,2	7,6	6,2	6,6	1,5	2,3	5,8	8,7	6,3	5,9	3,9	4,2	4,0
8	0,3	0,5	6,4	13,5	3,8	3,8	1,8	2,3	3,4	7,4	1,9	1,2	0,5	1,8	3,7	4,8	1,3	1,1	3,6	7,8	5,8
4	0,9	0,9	2,3	2,3	5,3	5,9	5,2	3,3	2,5	5,7	2,3	3,5	2,1	5,2	3,2	6,9	3,2	4,7	2,7	3,2	3,0
7	1,0	2,9	1,7	1,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,9	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,6	0,4	4,4	3,1	1,0	0,8	0,9
Demais	0,3	0,9	2,3	3,6	1,1	3,9	1,3	2,9	0,6	4,0	0,7	2,8	0,2	1,0	1,1	5,5	2,1	4,5	1,3	3,2	2,3
CI	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria do Autor, a partir de Guilhoto et al. (2010).

Setores: 12-Adubos e fertiliz. e defensivos agrícolas; 24-Outros; 1-Agricultura, silvicultura e extr. vegetal; 15-Tintas, vernizes, esmaltes e outros prod.; 11-Refino de petróleo e coque e álcool; 22-Servs. industriais de utilid. pública; 5-Ind. de prod. alimentícios-fab. de óleo; 2-Pecuária e pesca; 18-Fab. de aço, metalurgia e prod. de metal; 3-Extrat. mineral.

duto do Fumo pelo Setor 16 – Indústria da borracha e artigos plásticos.

As vendas do Setor Agrícola baiano para o **Setor 5-Indústria de prod. alimentícios - fab. de óleos, laticínios, rações e outros**, do Resto do Brasil e do Nordeste foram as que alcançaram os maiores percentuais de participação no consumo intermediário total, respectivamente, 11,5% e 7,8%, evidenciando a integração da agricultura baiana à agroindústria regional e nacional. Associando-se esse fato à constatação já ressaltada sobre as compras do SA baiano ao **Setor 12 - Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas**, podemos afirmar que o estado integra-se fortemente a um complexo agroindustrial, na acepção de Nunes e Contini (2001) ou a um agronegócio (entendido como a articulação entre a indústria de insumos; a produção agropecuária e a transformação e distribuição dessa produção). É oportuno lembrar que o SA da Bahia compra 46,0% de todos os insumos intermediários utilizados pelo SA regional e responde por 43,8% de todas as vendas do SA nordestino como insumos intermediários.

Considerações Finais

Na seção anterior foi feita a análise do consumo intermediário do Setor Agrícola nordestino. Dela, podem ser destacados os seguintes pontos:

- O Setor Agrícola nordestino adquire 66,8% dos insumos intermediários no próprio Nordeste, característica presente nos estados de maior peso na economia. Apenas no Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte os insumos intermediários são predominantemente do Resto do Brasil;
- As compras de insumos, quando não originárias do Resto do Brasil, são realizadas predominantemente dentro do próprio estado; destacando-se a

Bahia como o segundo fornecedor dos estados;

- O setor Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas é o principal fornecedor de insumos intermediários do Setor Agrícola, revelando a importância da utilização dos chamados “insumos modernos” pela agricultura regional;
- Pode-se afirmar que há praticamente um equilíbrio na destinação da produção do Setor Agrícola entre consumo intermediário e consumo final;
- O Resto do Brasil e o Nordeste são mercados igualmente importantes para a venda dos produtos do Setor Agrícola regional utilizados como insumos intermediários, com uma ligeira predominância do RBR;
- As vendas de insumos intermediários agropecuários são também fortemente direcionadas para o próprio estado; o segundo destino, para pelo menos quatro estados, é Pernambuco;
- A vizinhança entre os estados é um fator importante para o destino das vendas do Setor Agrícola;
- As indústrias de processamento dos produtos agropecuários (do Resto do Brasil e do Nordeste) são o principal cliente do Setor Agrícola;
- É no Estado da Bahia onde a articulação do Setor Agrícola a montante, com a indústria fornecedora de insumos e a jusante, com o processamento dos produtos agropecuários é mais intensa.

Análise anteriormente mencionada foi realizada, sempre, considerando os estados ou as atividades. A Tabela de Recursos e Usos permite ainda combinar essas visões, o que aprofundaria, com certeza, o conhecimento

sobre as relações setoriais e espaciais do Setor Agrícola, sendo essa uma limitação reco-

nhecida no presente artigo e no trabalho que o originou.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C. R. et al. **Macroeconomia do Nordeste: 1970-1998**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2001. 118 p.

EVANGELISTA, F. R. **Relações espaciais e setoriais da economia nordestina: o setor agrícola**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. (Informe ETENE-CEIS, n. 4).

GUILHOTO, J. J. M. **Análise de insumo-produto: teoria e fundamentos**. São Paulo, 2004. Mimeografado.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo-produto do Nordeste e estados: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. 290 p.

IBGE. **Indicadores conjunturais da indústria: produção**. Rio de Janeiro, 2004. (Série Relatórios Metodológicos).

LOCATELLI, R. L.; SILVA, J. A. B. da. Relações intersetoriais e os setores-chave da economia nordestina. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-95): setor secundário**. Fortaleza: ETENE, 1997. V. 3. p. 261-322.

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial brasileiro: caracterização e dimensionamento**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Agribusiness ABAG, 2001.

SILVA, A. B. O. et al. **Matriz de insumo-produto do Nordeste: 1980 e 1985: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1992.

APÊNDICE A

N	Setor de Estudo	Setores da MIP
1	Agricultura, silvicultura e extração vegetal	1 a 7
2	Pecuária e pesca	8 a 12
3	Indústria extrativa mineral	13 a 17
4	Indústria de produtos alimentícios - abate	18 a 20
5	Indústria de produtos alimentícios - fabricação de óleos, laticínios, rações e outros	21 a 27
6	Bebidas	28
7	Produtos do fumo	29
8	Têxteis e artigos do vestuário e acessórios	30 a 31
9	Artefatos de couro e calçados	32
10	Produtos de madeira, celulose, papel e jornais	33 a 36
11	Refino de petróleo e coque e álcool	37 e 38
12	Adubos e fertilizantes e defensivos agrícolas	40 e 47
13	Petroquímica	41, 42, 44 e 45
14	Farmácia e veterinária e perfumaria	46 e 48
15	Tintas, vernizes, esmaltes e outros produtos	39, 43, 49 e 50
16	Indústria da borracha e artigos plásticos	51 e 52
17	Cimento, fabricação de vidro e outros	53 a 55
18	Fabricação de aço, metalurgia e produtos de metal	56 a 58
19	Máquinas e equipamentos	59 a 66
20	Indústria do transporte	67 a 70
21	Indústria do mobiliário e diversas	71 e 72
22	Serviços industriais de utilidade pública	73 a 77
23	Construção civil	78
24	Outros	79 a 111

Quadro 1A – Relação e Composição dos Setores de Estudo Construídos a Partir da Matriz Regional de Insumo-Produto do Banco do Nordeste

Fonte: Elaboração Própria do Autor.

N	Setor	N	Setor	N	Setor
1	Milho	47	Defensivos agrícolas	93	Transporte aquaviário de passageiros
2	Cana-de-açúcar	48	Perfumaria, higiene e limpeza	94	Ativ. aux. de transp. - passageiros
3	Soja	49	Tintas, vernizes, esmaltes	95	Correios
4	Fruticultura	50	Prod. quím. diversos	96	Serviços de telefonia móvel
5	Outras culturas	51	Indústria da borracha	97	Serviços de telefonia fixa
6	Silvicultura	52	Artigos plásticos	98	Outros serviços de informação
7	Extrativismo vegetal	53	Cimento	99	Intermediação financeira e seguros
8	Bovinos	54	Fab. de vidro e de produtos do vidro	100	Serviços imobiliários e aluguel
9	Outros pecuária	55	Out. prod. de minerais não-metálicos	101	Serviços de manutenção e reparação
10	Suínos	56	Fab. de aço e derivados	102	Serviços de alojamento
11	Aves	57	Metalurgia de metais não-ferrosos	103	Serviços de alimentação
12	Extrativismo animal (Pesca)	58	Prod. de metal - excl. máq. e equip.	104	Serviços prestados às empresas
13	Petróleo e outros	59	Máquinas e implementos agrícolas	105	Educação mercantil
14	Gás natural	60	Máqu. p/prospecção e extr. petróleo	106	Saúde mercantil
15	Ativ.de serv. - extr. de petr. e gás	61	Outras máquinas e equip.	107	Outros serviços
16	Minério de ferro	62	Eletrodomésticos	108	Educação pública
17	Outros da indústria extrativa	63	Máq. p/escritório e informática	109	Saúde pública
18	Abate de bovinos	64	Máq., aparelhos e matelétricos	110	Segurança pública
19	Abate de suínos e outros	65	Material eletrônico e comunicações	111	Out. adm. públ. e seguridade social
20	Abate de aves	66	Aparelhos hospitalar, medida e óptico		
21	Fabricação de óleos vegetais	67	Automóveis, camionetas e utilitários		
22	Indústria de laticínios	68	Caminhões e ônibus		
23	Benef. produtos vegetais	69	Peças e acess. p/ veículos		
24	Rações	70	Outros equip. de transporte		
25	Fabricação de açúcar	71	Indústria do mobiliário		
26	Indústria do café	72	Indústrias diversas		
27	Outros produtos alimentares	73	Produção de energia elétrica		
28	Bebidas	74	Distribuição de energia elétrica		
29	Produtos do fumo	75	Gás encanado		
30	Têxteis	76	Água e esgoto		
31	Artigos do vestuário e acess.	77	Serviços de limpeza urbana		
32	Artefatos de couro e calçados	78	Construção		
33	Prod. de madeira - excl. móveis	79	Comércio atacadista		

Quadro 2A – Relação dos Setores Incluídos na Matriz Regional de Insumo-Produto do Banco do Nordeste (MIP-NE) continua

34	Fab.de celulose e pasta	80	Comércio varej. de combustível		
35	Fab. de papel e artef. de papel	81	Comércio varej. veículos e peças		
36	Jornais, revistas, discos	82	Supermercados		
37	Refino de petróleo e coque	83	Outros comércios varejistas		
38	Álcool	84	Transporte rodoviário carga		
39	Outros elementos químicos	85	Transporte aéreo carga		
40	Adubos e fertilizantes	86	Transporte ferroviário carga		
41	Fab. de petroquímicos básicos	87	Transporte aquaviário carga		
42	Fab. de interm. p/resinas e fibras	88	Transporte dutoviário carga		
43	Fab. de outr. quím. orgânicos	89	Ativ. aux. dos transp. carga		
44	Fab. de resinas e elastômeros	90	Transporte rodoviário de passageiros		
45	Fab. de fibras, fios e cabos	91	Transporte aéreo de passageiros		
46	Farmácia e veterinária	92	Transporte ferroviário de passageiros		

Quadro 2A – Relação dos Setores Incluídos na Matriz Regional de Insumo-Produto do Banco do Nordeste (MIP-NE)

Fonte: Elaboração Própria do Autor com base em Guilhoto et al. (2010).

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

2.1- Resumo Executivo

O cenário para a economia mundial em 2012 revelou-se menos auspicioso do que o desenhado em BNB Conjuntura Econômica (2012). O Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro (FMI, 2012), reviu para baixo as previsões de crescimento econômico mundial, para 2012 e 2013, expressando-as em 3,3% e 3,6%, respectivamente. Estas mais baixas perspectivas de crescimento se devem, principalmente, à lenta recuperação das economias avançadas, com maior distinção para a Zona do Euro, que, por seu turno, exercem influências negativas sobre o crescimento das economias emergentes e as menos desenvolvidas. Para este conjunto de economias, as previsões de crescimento do FMI, para 2012 e 2013, são de 5,3% e 5,6%, enquanto para as economias avançadas essas previsões foram estabelecidas em 1,3% e 1,5%, respectivamente.

A continuidade da reduzida atividade econômica na Zona do Euro segue se refletindo negativamente sobre a dinâmica do comércio internacional. A expansão do comércio mundial, segundo a Organização Mundial do Comércio, em 2012, é estimada em 2,5% e, em 2013, 4,5%. Para dimensionar o desaceleramento dos fluxos de bens mundiais, basta comparar com a taxa média anual de variação do comércio global dos últimos vinte anos: 5,4%.

Choques de oferta também têm atingido a economia mundial. Houve declínio na oferta de petróleo em virtude de questões de manutenção em campos do Mar do Norte e decréscimos das exportações iranianas. No tocante a alimentos, condições climáticas causaram quebras de safras da soja, milho e trigo, elevando o preço destes produtos no mercado internacional.

China, Brasil e África do Sul reagiram a este desaceleramento global com prática de políticas monetárias expansionistas. No Brasil, a taxa básica de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) atingiu

7,25% a.a. e a capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta, dado que o aumento da base de capital foi proporcionalmente superior à evolução da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária. Constatou-se, também, que houve elevações dos índices de Basileia e de liquidez do Sistema Financeiro Nacional.

No Nordeste, o crescimento das operações de crédito tem superado o de todas as regiões do País, resultado que vem se repetindo há mais de dois anos. Entretanto, o desempenho do crédito nordestino está sendo mais explicado pelo comportamento do consumo, do que pela produção. Ressalte-se que, nos estados com maior peso na economia regional (Bahia, Pernambuco e Ceará), o crédito está sendo mais orientado para a produção. Enquanto isto, em estados de menor porte econômico, o crédito está sendo mais dirigido para o consumo. No médio e longo prazos, essa distribuição do crédito pode reforçar a concentração econômica espacial já existente em torno das economias da Bahia, Pernambuco e Ceará.

A aceleração do consumo está presente em nível nacional, o que acarretou continuado crescimento do comércio varejista em 2012. Em setembro, a aceleração do consumo varejista foi mais moderada. Em julho, 22,4% da renda das famílias estavam comprometidos com dívidas, o maior percentual desde 2005, segundo o Banco Central. Todavia, os consumidores parecem dispostos a reverter essa situação, procurando renegociar suas dívidas junto aos bancos, no momento em que as taxas de juros atingiram menor nível, reduzindo os indicadores de inadimplência e da qualidade do crédito do consumidor calculados pela Serasa Experian entre agosto e setembro 2012.

Com relação ao Nordeste, as perspectivas são um pouco mais promissoras comparativamente ao Brasil, porquanto suas três maiores economias – Bahia, Pernambuco e Ceará – exibem taxas de crescimento do comércio varejista superiores à do agregado nacional.

De fato, a expansão do consumo das famílias e da administração pública interna foram responsáveis pelo modesto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (0,4% no segundo trimestre de 2012) comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos, determinantes para a ampliação da capacidade produtiva nacional apresentam forte desaceleração até junho de 2012.

Do ponto de vista da oferta, destaque para o movimento de recuperação da indústria brasileira no terceiro trimestre/2012 no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior, a despeito dos resultados negativos da atividade industrial nas comparações interanuais. As medidas adotadas pelo governo federal de estímulos fiscais e monetários tais como a queda da taxa Selic e a diminuição da carga tributária para segmentos importantes do setor de bens de consumo duráveis (indús-

tria automobilística e de eletrodomésticos), foram cruciais para essa retomada recente da produção industrial. Entretanto, apesar da tímida recuperação nos últimos três meses, a expectativa é de que a indústria apresente uma queda de cerca 2,5% em 2012.

Quanto ao setor externo, a retração das exportações resultou, sobretudo, da queda das vendas internacionais dos produtos básicos e dos semimanufaturados. Por outro lado, constata-se uma reação das exportações de manufaturados. A recuperação parcial das exportações industriais reflete as medidas anticíclicas e estruturantes implementadas pelo governo federal visando à redução do custo de produção. Entre essas medidas, cabe destaque a desoneração da folha de pagamentos e o Programa Reintegra que devolve à indústria 3% da receita obtida com a exportação de produtos. Ademais, o câmbio mais favorável foi crucial para a retomada das vendas externas de produtos industriais.

Setorialmente, a adoção do novo regime automotivo visando estimular os investimentos com o objetivo de promover a atualização tecnológica e a eficiência energética da indústria automobilística brasileira torna-se igualmente crucial para reverter o modelo importador e de fraco desempenho da produção e das exportações industriais vigentes.

No plano regional, observa-se recuperação lenta da indústria nordestina no terceiro trimestre de 2012, apesar das medidas de incentivos à produção industrial do governo federal atingir vários segmentos representativos da matriz industrial da Região. O desempenho ainda insatisfatório da atividade industrial contrasta com os resultados relevantes do comércio em geral do Nordeste. A expansão do comércio resulta, entre outros fatores, do forte crescimento do salário

médio do nordestino nos últimos anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio do trabalhador nordestino entre 2008 e 2011 apresentou o maior incremento relativo na comparação com as demais regiões do País. O avanço foi de 10,8%, passando de R\$ 848 para R\$ 940 no período. (IPEA, 2012).

Ressalte-se que, a despeito do quadro geral de desaceleração das economias brasileira e nordestina, os reflexos sobre o nível de emprego ainda não se manifestaram em toda sua extensão. Segundo informações do IBGE, em setembro de 2012, a taxa de desocupação média nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi estimada em 5,4%; na Região Metropolitana (RM) do Recife foi de 5,7% e na RM de Salvador a estimativa foi da ordem de 6,2%.

Já o rendimento médio real habitual nas cinco RM foi estimado em setembro de 2012 em R\$ 1.771,20. Na RM de Salvador foi apurado em R\$ 1.440,20, queda de 3,5% frente a setembro de 2011 e, na RM de Recife ficou em R\$ 1.301,60, alta de 12,4% na mesma base de comparação.

No tocante ao emprego formal, com carteira de trabalho assinada, as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um terceiro trimestre positivo, porém, com desempenho inferior ao do mesmo período de 2011. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO..., 2012).

A desaceleração da atividade econômica e as medidas implementadas pela União, via redução do IPI, impactaram o valor arrecadado dos tributos federais, que são a base das transferências constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A perda entre o previsto pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 19/01/2012 e a reestimativa do Decreto 7.814 de 28/09/2012 (BRASIL. DECRETO Nº 7.814, 2012), está em 7,4% ou R\$ 8,5 bilhões. As novas previsões para o FPE e FPM 2012, são: R\$ 51,0 bilhões e R\$ 56,3 bilhões, respectivamente. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2013, prevê os valores de R\$ 55,1 bilhões – FPE e R\$ 60,9 bilhões – FPM.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 8,4% no período janeiro a agosto de 2012, quando comparado com o mesmo período de 2011. A variação real¹ ficou em 2,9%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu, no mesmo período, 4,6% em termos reais ou 10,1% nominais, corroborando os dados do comércio que atestam melhor desempenho no Nordeste.

No que se refere especificamente ao valor bruto da produção agropecuária, constata-se que a atividade no Brasil apresentou resultados favoráveis, a despeito do efeito negativo causado pela estiagem em alguns estados. O Nordeste, ao contrário, não conseguiu, nem mesmo, igualar o faturamento do ano anterior, caindo de R\$19,1 bilhões, em 2011, para R\$17,9 bilhões, em 2012.

As lavouras temporárias foram as mais afetadas com a estiagem no Nordeste. Dentre essas, as perdas mais significativas foram:

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período em análise (índices médios de 2012 e 2011), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e soja. Como efeito, o Nordeste perdeu 1% de participação em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária nacional.

Até setembro, o saldo comercial do agronegócio brasileiro somou US\$ 51,9 bilhões contra US\$ 14,5 bilhões do saldo comercial total. Não fosse o notável desempenho do agronegócio, o País teria acumulado um déficit de US\$ 37,0 bilhões.

O saldo comercial total nordestino apresentou déficit de US\$ 4,6 bilhões, que signi-

ficou a elevação do déficit em 25,1% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Referente ao agronegócio, o Nordeste registrou superávit na Balança Comercial 3% maior em relação a 2011, acompanhando a tendência nacional. Esse resultado pode ser atribuído à forte queda das importações, que recuou em 30% face à queda de 9,5% das exportações.

2.2 - Expectativas

No contexto de desaquecimento global, as previsões nacionais de aumento do PIB reduziram-se para 1,5% em 2012. Para o Nordeste, a equipe de Conjuntura Econômica do BNB-ETENE aponta para crescimento de 3,0%, conforme estimativas realizadas com base nas informações disponíveis até 31.08.2012. Saliente-se que estes valores serão revistos em dezembro/2012, com a inclusão das novas informações das contas nacionais regionais, a serem divulgadas pelo IBGE.

A equipe de BNB Conjuntura Econômica, com dados disponíveis até agosto de 2012, projeta no tocante à produção industrial, queda de 2,5% para a indústria nacional e incremento de 2,0% para a indústria nordestina. Há previsões de recuperação razoável deste setor em 2013, com expectativas de crescimento similares, para a região e o País, situando-se em torno de 4,5%.

Por outro lado, estima-se que o volume de vendas do comércio varejista, na média re-

gional do Nordeste, em 2012, deverá crescer 8,67% enquanto no agregado nacional essa taxa prevista é de 8,38%. Para 2013, as previsões indicam um ligeiro acréscimo nessas taxas de crescimento com agregado regional ainda apresentando uma taxa ligeiramente superior ao nacional, 9,23% contra 8,75%, respectivamente.

Para o ano de 2012, a equipe BNB Conjuntura Econômica estima as exportações brasileiras da ordem de US\$ 241 bilhões e importações de US\$ 221 bilhões, representativas de queda no fluxo de comércio em virtude do desaquecimento da economia mundial. No Nordeste, as previsões são de crescimento tanto das exportações (US\$ 19 bilhões) como das importações (US\$ 24 bilhões). Esta expansão regional seria decorrente da baixa elasticidade da renda dos principais produtos exportados pela Região. No que toca ao câmbio, a perspectiva é de que a taxa nominal termine o ano em R\$ 2,03/US\$.

REFERÊNCIAS

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 33, abr./jun. 2012. 122 p.

BRASIL. Decreto nº 7.814, de 28 de setembro de 2012. Altera o art. 12 e os Anexos VII, VIII e X do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 set. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7814.htm>. Acesso em: 30 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>>. Acesso em: 24 out. 2012.

FMI. Perspectivas de la economía mundial. In: _____. **Perspectivas de la economía mundial: hacer frente a los altos niveles de deuda y al lento crecimiento**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/ns/loecs.aspx?id=28>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

IPEA. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011**. [S.l.], (Comunicado do IPEA, n. 157). Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view>. Acesso em: 22 out. 2012.

3 – NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1– PIB

A economia brasileira registrou incremento de apenas 0,4% no segundo trimestre, comparativamente ao primeiro trimestre de 2012, finalizando o primeiro semestre do ano com um crescimento de 0,6%. Na comparação com igual período de 2011, verificou-se uma elevação de 0,5%. (IBGE, 2012a).

Observando, neste segundo trimestre, o nível de atividade econômica pela ótica da oferta, destacou-se, positivamente, a Agropecuária que teve crescimento de 4,9% em relação ao primeiro trimestre, recuperando, parcialmente, a queda do trimestre anterior de 5,9%, e de 1,7% em relação a igual período de 2011.

Conforme, ainda, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este resultado pode ser explicado pelo desempenho de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no segundo trimestre e apresentaram crescimento nas estimativas de produção anual e da produtividade (aumento proporcionalmente maior da produção na safra de 2012 *vis-à-vis* a área plantada). O setor foi puxado pelo crescimento das safras de milho (27,0%), café (4,9%) e algodão (4,9%). Por outro lado, a soja, o arroz e a mandioca, cujas safras também são significativas no período, registraram queda de produção de 12,2%, 14,9% e 1,9%, respectivamente. O valor adicionado do setor Agropecuário, contudo, teve desempenho negativo quando o período de análise foi o primeiro semestre do ano, expressando queda de 3,0%.

O nível de atividade no segundo trimestre da Indústria registrou queda de 2,5% em re-

lação ao trimestre anterior, conforme Gráfico 1. Dentre as quatro atividades que a compõem, apenas Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou crescimento (1,6%). O pior resultado foi o da Indústria de transformação (-2,5%), seguida por Extração mineral (-2,3%) e pela Construção civil (-0,7%). O desempenho da Indústria também é negativo quando a base de comparação é o mesmo trimestre do ano anterior (-2,4%). Nesta perspectiva, a Indústria de transformação também se destaca por apresentar a maior queda (-5,3%), cujo resultado foi influenciado, principalmente, pela redução da produção de materiais eletrônicos e equipamentos de comunicações; veículos automotores; artigos do vestuário e calçados; produtos farmacêuticos; e máquinas e materiais elétricos. Por outro lado, houve crescimento da produção de bebidas; madeira; refino; artigos de perfumaria; móveis; e outros equipamentos de transporte.

No caso da Construção civil, crescimento de 1,5%, ressalte-se a influência do aumento das operações de crédito com recursos direcionados das instituições financeiras que tiveram expansão, em termos nominais, de 22,1% em relação a igual período do ano anterior. A Indústria brasileira continua bastante afetada pela baixa produtividade e

pela concorrência externa, mesmo diante da recente desvalorização do Real.

Nos Serviços houve aumento de 0,7% (2º trimestre de 2012 em relação ao trimestre anterior). Os melhores resultados se deram nas atividades de Intermediação financeira e seguros (1,8%), Serviços de informação (1,0%), Administração, saúde e educação pública (0,8%), Outros serviços (0,8%) e Atividades imobiliárias e aluguel (0,4%).

A alta na administração pública, segundo Rebecca Palis, gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, deve-se ao fato do 2º ano de governo ter, normalmente, mais concursos e contratações, após certa parada de início de mandato, além das restrições a contratações no 2º semestre de anos eleitorais. (ELEUTÉRIO, 2012). O Comércio (-0,1%) manteve-se praticamente estável, enquanto a atividade de Transporte, armazenagem e correio registrou queda de 1,2%. A taxa de

crescimento do valor adicionado dos Serviços foi de 1,5% em duas bases de comparações: segundo trimestre e primeiro semestre do ano frente a iguais períodos de 2011, respectivamente.

Finalmente, pode-se afirmar que o Produto Interno Bruto (PIB) do trimestre foi principalmente alavancado pelo setor Serviços. Embora o setor agropecuário tenha apresentado o maior crescimento percentual, o peso desse segmento no valor adicionado total é bem menor do que o da Indústria e o do setor de Serviços, diz a gerente da Coordenação de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economista Rebeca de La Rocque Palis, conforme o Jornal O Povo. (SERVIÇOS..., 2012). Na composição do PIB, a indústria representa 27% do valor adicionado total, os serviços, 67% e a agropecuária, apenas 5,5%. Especificamente a indústria de transformação tem peso de 14,6% e responde por 53% da indústria total.

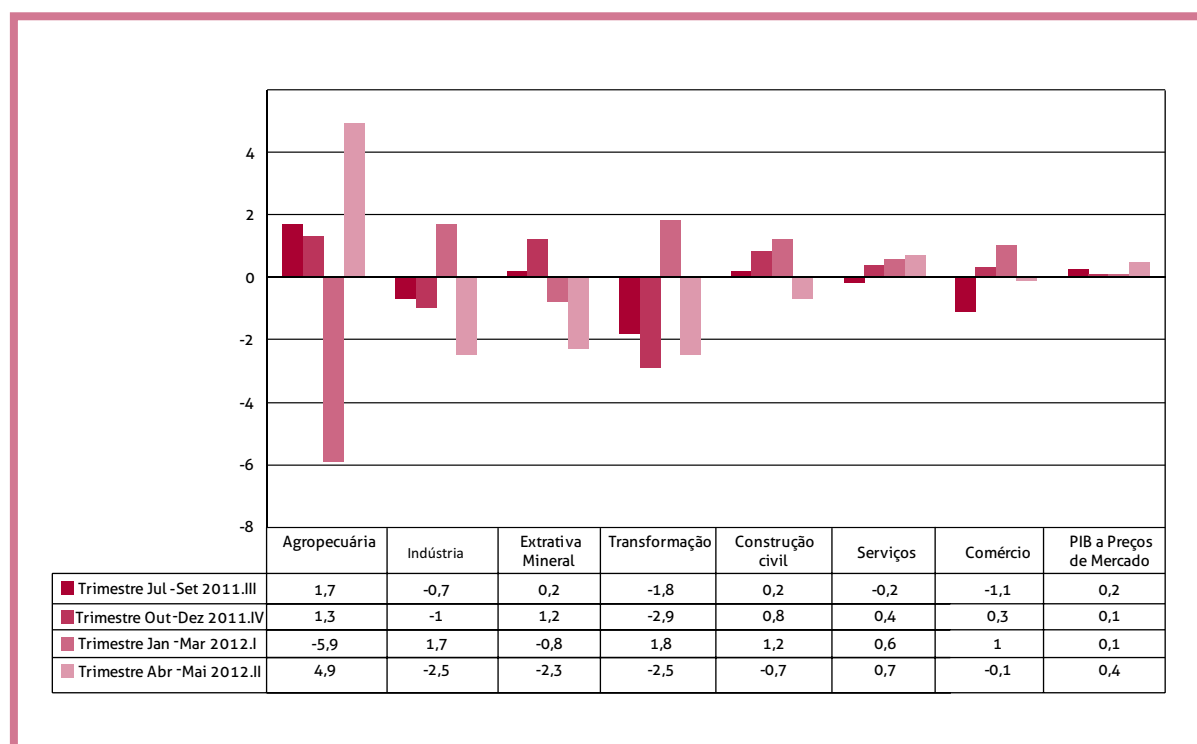


Gráfico 1 – Variação do PIB por Componente de Oferta – Trimestre / Trimestre Imediatamente Anterior. 3º Trimestre de 2011 a 2º Trimestre de 2012

Fonte: IBGE (2012a).

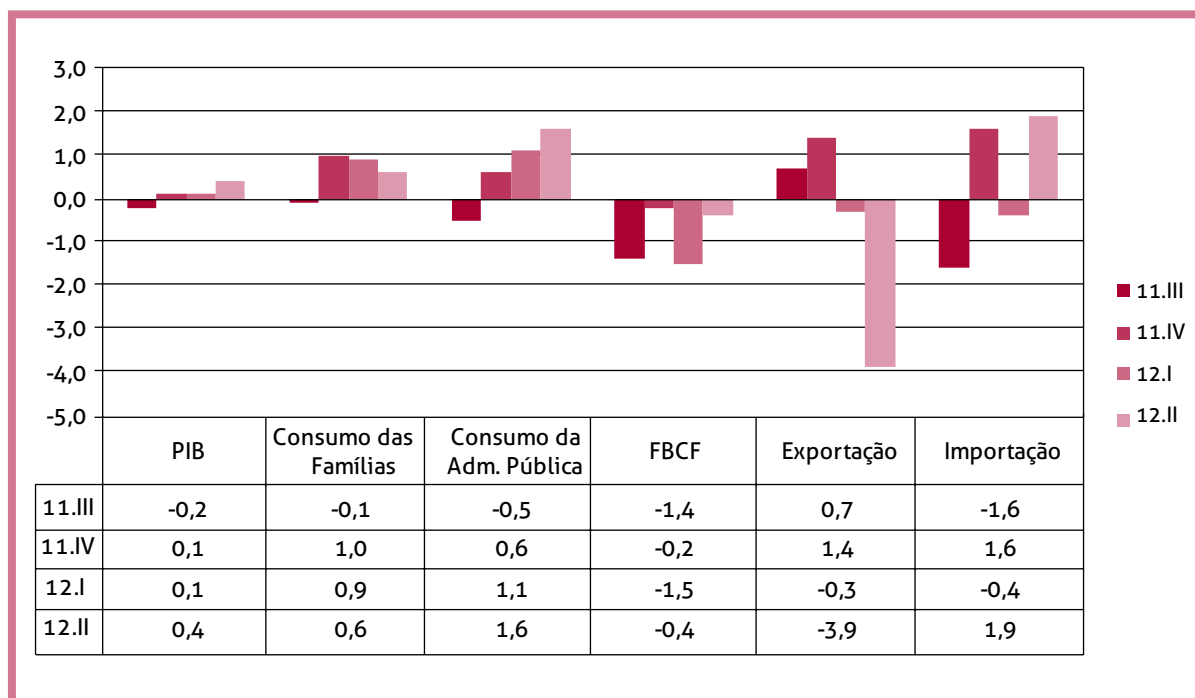


Gráfico 2 – Variação do PIB por Componente de Demanda – Trimestre / Trimestre Imediatamente Anterior. 2º Trimestre de 2011 ao 1º Trimestre de 2012

Fonte: IBGE (2012a).

No que se refere à demanda, a expansão do PIB continua sustentada pela demanda doméstica. O consumo das famílias assinalou aumento de 0,6% no intervalo de abril a junho sobre o trimestre anterior. Em relação ao mesmo período de 2011, o acréscimo foi de 2,4%, a trigésima quinta variação positiva nesse indicador. O dinamismo do mercado de trabalho e as condições favoráveis de expansão do crédito foram cruciais para esse desempenho. (Gráfico 1).

No que tange ao mercado de trabalho, vale destacar a trajetória decrescente iniciada no mês de março da taxa de desemprego, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE. Em agosto de 2012, a taxa de desemprego foi estimada em 5,3%, a menor da série histórica para o mês de agosto. Nas capitais nordestinas investigadas pela PME, os resultados foram igualmente satisfatórios. Salvador se destaca com um percentual de 6,4%, a menor taxa desde a reformulação da pesquisa em 2002. Já em Recife, a taxa de

desemprego de 6,7% foi a menor da série registrada para o mês de agosto.

Esse desempenho foi acompanhado de ganhos reais de salários dos trabalhadores no primeiro semestre de 2012. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), 97% das 370 unidades de negociação pesquisadas assinalaram ganhos reais de salário acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - IBGE, nesse período, o melhor resultado das negociações salariais desde 1996. Metade dos reajustes tiveram incrementos reais acima de 2%. (Tabela 1).

Na região Nordeste, 97,4% das categorias investigadas apresentaram crescimento salarial acima da inflação na primeira metade do ano. Vale destacar que a Região só foi ultrapassada pelo Sudeste em termos de aumento real médio no primeiro semestre de 2012. (Tabela 2).

Tabela 1 – Brasil: Distribuição dos Reajustes Salariais, em Comparação com o INPC-IBGE, 2008-2012

	(Em %)				
Variação	2008	2009	2010	2011	2012
Acima do INPC-IBGE	76,5	76,2	88,1	85,1	96,5
Mais de 5% acima	0,3	1,6	4,6	2,2	8,1
De 4,01% a 5% acima	0,8	1,4	3	2,2	5,4
De 3,01% a 4% acima	2,7	2,2	5,7	5,9	3,8
De 2,01% a 3% acima	8,1	7,6	13,2	9,7	29,2
De 1,01% a 2% acima	27,8	17	23,2	35,1	31,4
De 0,01% a 1% acima	36,8	46,5	38,4	30	18,6
Igual ao INPC-IBGE	11,9	14,9	7,6	8,1	3
De 0,01% a 1% abaixo	10,5	5,9	3,8	5,4	0,5
De 1,01% a 2% abaixo	0,5	0,8	-	0,5	-
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,5	0,3	0,5	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	0,3	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	0,3	1,6	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,6	8,9	4,3	6,8	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dieese (2012).

Tabela 2 – Brasil: Aumento Real Médio¹ por Região Geográfica, 2008-2012

	(Em %)				
Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012
Norte	0,57	0,86	1,78	0,38	1,61
Nordeste	0,81	1,02	1,91	1,18	2,45
Centro-Oeste	1,11	0,69	1,5	1,45	2,71
Sudeste	0,59	0,49	1,37	1,49	2,18
Sul	1,05	0,62	1,3	1,33	2,12
Total	0,8	0,68	1,5	1,31	2,23

Fonte: Dieese (2012).

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada categoria profissional.

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 23 unidades de negociação da Região Norte, 78 do Nordeste, 32 do Centro-Oeste, 141 no Sudeste e 96 no Sul.

O consumo das famílias vem sendo beneficiado pelo dinamismo do crédito do sistema financeiro com recursos livres direcionados para pessoas físicas. Em agosto de 2012, essas operações totalizaram R\$ 702 bilhões, alta de 1,3% no mês e de 13,9% em doze meses, impulsionadas pelo crédito consignado e financiamento para compra de veículos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

Com relação à região Nordeste, o saldo das operações do sistema financeiro com pessoas físicas alcançou R\$ 134,5 bilhões em julho, confirmando a progressão consistente dessa modalidade na Região. A trajetória decrescente da taxa Selic, assim como, a expansão do volume de crédito dos bancos públicos contribuíram decisivamente para esse dinamismo. (Gráfico 2).

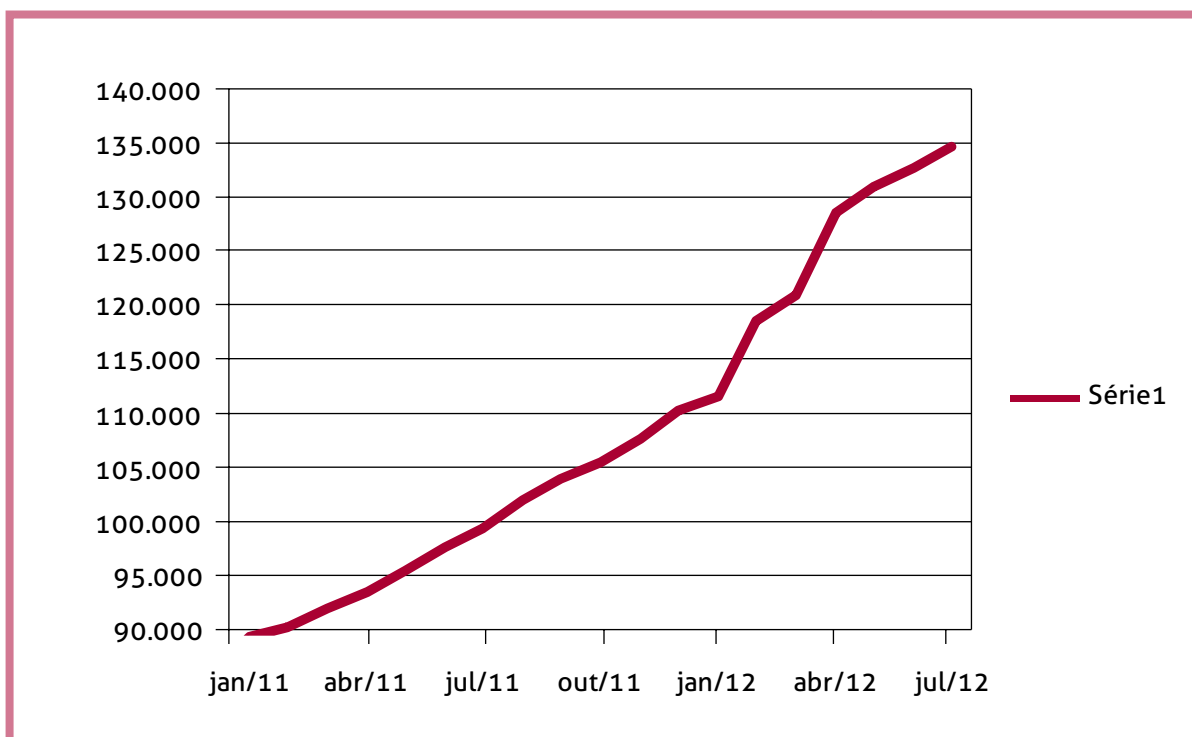


Gráfico 3 – Nordeste: Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Pessoas Físicas – Agosto de 2011 a Agosto de 2012 – R\$ Milhões

Fonte: Banco Central do Brasil (2012b).

O aumento do poder de compra das famílias nordestinas tem possibilitado uma expansão expressiva do comércio varejista regional. Cinco estados da Região registraram expansão acima da média nacional no acumulado dos últimos doze meses, com destaque para Maranhão (10,4%), Paraíba (9,7%) e Pernambuco (8,6%). No acumulado janeiro-agosto, já são quatro estados com variação positiva acima da média nacional.

No caso dos investimentos, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registrou uma retração de 0,7% entre o primeiro e o segundo trimestres, o quarto resultado negativo nessa base de comparação. Confrontando com igual trimestre de 2011, observa-se redução de 3,7%. Com esses resultados negativos, houve recuo de 0,3% na FBCF no primeiro semestre de 2012.

O recuo da produção de máquinas e equipamentos contribuiu decisivamente para

esse resultado. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE, para o mês de agosto, a produção de máquinas e equipamentos caiu 13% no indicador mensal e 12,2% no acumulado janeiro-agosto. (IBGE, 2012c).

Oito dos nove subsetores da indústria de bens de capital assinalaram decréscimos em agosto no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, já são sete setores apresentando variação negativa. Os segmentos de bens de capital agrícolas e bens de capital peças agrícolas apresentaram os piores desempenhos nas duas bases de comparação.

Apesar da conjuntura recessiva, a Região Nordeste continua atraindo inversões importantes no setor produtivo. No Estado do Ceará, por exemplo, foi lançada no início de outubro a pedra fundamental para a construção da Siderúrgica Latino-Americana S/A (Si-

lat). A empresa é uma sociedade anônima, de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Grupo espanhol Hierros Añon.

A implantação da Silat ocorrerá em três etapas. A primeira fase produzirá vergalhões e malhas de aço acabadas em uma área construída de 60.000 metros quadrados. De acordo com o governo, as inversões totais nessa primeira etapa de implantação alcançarão R\$ 300 milhões, com geração de 200 empregos diretos e 800 indiretos. Na segunda fase, serão produzidas chapas laminadas para utilização na indústria naval, de torres eólicas, de linha branca e automobilística. Já a terceira fase prevê uma aciaria que fabricará o tarugo, matéria-prima para a laminação de aços longos. (CEARÁ. GOVERNO DO ESTADO, 2012).

O Ceará está também recebendo sua primeira fábrica de painéis fotovoltaicos, com previsão para o início das operações em 2013. De acordo com a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), o governo já viabilizou um galpão para a realização das atividades provisoriamente até a construção da fábrica, pois já existe demanda para o produto. A fábrica produzirá painéis para atender, principalmente, os consumidores domésticos. (CEARÁ TERÁ FÁBRICA..., 2012).

A Adece está também em negociação para a instalação no Estado de outra fábrica de painéis fotovoltaicos com tecnologia italiana. Vale mencionar que os estados do Ceará e Rio Grande do Norte estão se transformando em grandes fornecedores de energia renovável, sobretudo eólica e solar.

No caso do mercado externo, constata-se um recuo de 3,9% das exportações entre abril e junho na comparação com o trimestre imediatamente anterior. A continuidade da crise econômica na Zona do Euro, assim

como, a desaceleração da economia chinesa foram decisivas para o baixo desempenho exportador. Nessa base de comparação, as importações cresceram 1,9%.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC) (BRASIL, 2012), confirmam o baixo dinamismo das exportações. No acumulado janeiro-setembro, as exportações assinalaram retração de 4,9%, totalizando US\$ 180,5 bilhões. Já as importações apresentaram queda de 1,2%, alcançando US\$ 164,8 bilhões. O superávit de US\$ 15,7 bilhões da balança comercial foi 31,8% inferior ao verificado em idêntico período de 2011.

O recuo da demanda externa por *commodities* prejudicou sensivelmente o setor exportador brasileiro. De fato, os produtos básicos caíram 5,4% no acumulado dos nove primeiros meses do ano. Vale destacar que esse segmento vem ganhando participação na pauta exportadora nos últimos anos. Já os semimanufaturados assinalaram o pior desempenho, decréscimo de 11%.

Enquanto isso, a queda das manufaturas foi de apenas 2,4%. O menor recuo desse segmento já reflete a recuperação das vendas internacionais nos últimos meses. Sobre setembro de 2011, as exportações de manufaturas cresceram 2,4%, enquanto os básicos e semimanufaturados registraram retração de 7,9% e 15,6%, respectivamente.

Os resultados do primeiro semestre revelam a continuidade do processo de desaceleração da economia brasileira. O modesto crescimento de 0,4% no segundo trimestre comparativamente ao mesmo período do ano anterior refletiu principalmente o seu dinamismo interno, em particular o consumo das famílias e da administração pública. Em contrapartida, os investimentos, determinantes para a ampliação da capacidade pro-

ductiva do País, apresentam forte desaceleração em 2012.

Quanto ao setor externo, a retração das exportações resultou, sobretudo, da queda das vendas internacionais dos produtos básicos e dos semimanufaturados. Por outro lado, constata-se uma reação das exportações de manufaturados.

A recuperação da produção e das exportações da indústria nos últimos meses reflete as medidas anticíclicas e estruturantes implementadas pelo governo federal visando à redução do custo de produção. Entre essas medidas, destaque para a desonera-

ção da folha de pagamentos e o Programa Reintegra que devolve à indústria 3% da receita obtida com a exportação de produtos. Ademais, o câmbio mais favorável foi crucial para a retomada das vendas externas de produtos industriais.

Setorialmente, a implementação do regime automotivo visando estimular os investimentos com o objetivo de promover a atualização tecnológica e a eficiência energética da indústria automobilística brasileira torna-se igualmente crucial para reverter o modelo importador e de fraco desempenho da produção e das exportações industriais vigentes.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro**: notas para a imprensa: 26.09.2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2012a.

_____. **Séries temporais**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira**: setembro 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2012.

CEARÁ. Governo do Estado. **Siderúrgica latino-americana lança pedra fundamental**: notícias 01.10.2012. Fortaleza, 2012. Disponível em: <www.ce.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2012.

CEARÁ terá fábrica de painéis para energia solar. **O Povo**, 11 out. 2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/10/11/noticiasjornaleconomia,2934961/ceara-tera-fabrica-de-paineis-

-para-energia-solar.shtml>. Acesso em: 12 out. 2012.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais no 1º semestre de 2012**. [S.l.], [20--]. (Estudos e pesquisas, n. 62). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq62balNegocia1sem2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

ELEUTÉRIO, Ricardo. PIB do País no 2º trimestre avança, mas decepciona. *Diário do Nordeste*, 1 set. 2012. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1176566>. Acesso em: 16 out. 2012.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volumes e valores correntes: abr/Jun. 2012. [S.l.], 2012a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física Regional do IBGE**: PIM-PF: 09 out. 2012. [S.l.], 2012b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal**: Produção Física: PIM-PF: produção industrial agos-

to 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2012c.

SERVIÇOS são destaque na alta do PIB no 2º tri, diz IBGE. O Povo, 31 ago. 2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/economia/ae/2012/08/31/noticiaseconomiaae,2910859/servicos-sao-destaque-na-alta-do-pib-no-2-tri-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 16 out. 2012.

3.2 – Produção Agropecuária

3.2.1 – Agricultura

De acordo com o primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área estimada para a safra nacional de grãos é de 52.206,3 mil hectares, acréscimo de 2,7% em relação à safra 2011/2012. Com destaque para aumento de área plantada com soja (aumento de 9,1%, o que representa 2.283,3 mil hectares).

Quanto à produção, espera-se um aumento de 10,0% na safra total de grãos no Brasil em relação à safra 2012/2013, totalizando a colheita de 182,26 milhões de toneladas. As condições climáticas no país apesar de ter prejudicado a colheita como algodão e milho, favoreceram a produção total de grãos. A produtividade da lavoura foi estimada em 3.489 kg/ha, alta de 7,15% em relação à safra anterior.

O Nordeste é a região que deverá apresentar segundo melhor desempenho em termos de área plantada, produtividade e produção total de grãos com crescimento de 1,5%, 17,3% e 19,9%, respectivamente. Os maiores incrementos de produção e produtividade na Região serão observados nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco que na safra anterior enfrentaram condições climáticas adversas. (Tabela 1).

Algodão

Para a safra 2012/2013 estima-se redução de 13,4% na produção brasileira de algodão em pluma, totalizando 1.632,1 mil toneladas, resultado das péssimas condições climáticas, e da migração de alguns produtores da cul-

tura do algodão para a soja. A redução do plantio também foi estimulado pela queda dos preços da pluma, devido a expressivo aumento dos estoques mundiais.

No Nordeste, que responde por 31,2% da área plantada com algodão no País, verifica-se decréscimo da área em 24,8% superior à safra 2011/2012, resultando na redução da produção em 2,2%. As áreas dos Estados do Ceará e Pernambuco deverão apresentar incrementos na produção 200% e 100%, respectivamente. (Tabela 2).

No mercado externo, a demanda pela matéria-prima encontra-se desaquecida. As transações mundiais terá forte impacto na formação de preços. No caso China, as importações de algodão foram 105% superior a temporada anterior, fechou as compras de 2011/2012 com 44% dos estoques mundiais, e neste ano, as compras do algodão deverão reduzir, podendo contribuir com aumento dos excedentes dos países produtores.

No Brasil, o baixo preço da pluma está influenciando boa parte das indústrias, a não efetuarem novas compras com a expectativa de mais quedas nos preços. Em meados

Tabela 1 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	1.795,0	1.796,4	0,1	2.761	2.761	0,0	4.956,1	4.957,9	0,0
NORDESTE	7.335,1	7.442,0	1,5	1.700	1.994	17,3	12.470,5	14.949,0	19,9
MA	1.533,6	1.565,9	2,1	1.906	2.099	10,1	2.922,5	3.301,0	13,0
PI	1.173,9	1.214,1	3,4	1.947	2.049	5,2	2.286,0	2.503,9	9,5
CE	1.014,6	1.014,6	0,0	169	783	363,3	171,9	794,8	362,4
RN	20,7	20,7	0,0	580	754	30,0	12,0	15,6	30,0
PB	79,4	79,4	0,0	98	533	443,9	7,8	42,3	442,3
PE	442,1	442,1	0,0	165	564	241,8	73,1	249,3	241,0
AL	69,0	69,0	0,0	813	917	12,8	56,1	63,3	12,8
SE	243,0	243,0	0,0	2.510	3.836	52,8	609,9	932,2	52,8
BA	2.758,8	2.793,2	1,2	2.295	2.508	9,3	6.331,2	7.046,6	11,3
CENTRO-OESTE	18.805,4	19.819,2	5,4	3.764	3663	-2,7	70.779,3	72.412,2	2,3
SUDESTE	4.864,3	4.882,2	0,4	4.049	3.983	-1,6	19.693,8	19.479,2	-1,1
SUL	18.049,4	18.267,1	1,2	3.203	3.856	20,4	57.813,8	70.468,5	21,9
NORTE/NORDESTE	9.130,1	9.238,2	1,2	1.909,0	2.144,0	12,3	17.426,9	19.907,2	14,2
CENTRO/SUL	41.719,5	42.968,1	3,0	3.554,0	3.782,0	6,4	148.286,9	162.359,9	9,5
BRASIL	50.849,6	52.206,3	2,7	3.259,0	3.489,0	7,1	165.713,8	182.267,1	10,0

Fonte: CONAB (2012c).

(*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

de outubro de 2012, a cotação da arroba da pluma de algodão foi de R\$ 49,60, em São Paulo, queda de 3,23% em relação ao mês de julho de 2012. Em Barreiras (BA), o algodão foi comercializado a R\$ 47,87 a arroba (queda de 3,77% em três meses) e, Fortaleza (CE), registra-se a R\$ 47,87 a arroba (queda de 3,76%)¹ (Gráfico 1).

Feijão

A área plantada com feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil foi estimada pela Conab em seu primeiro levantamento para 2012/2013 em 3,20 milhões de hectares, decréscimo de 1,5% em relação à safra passada. Este re-

sultado está associado às péssimas condições climáticas. Estima-se que a produção atinja 3,3 milhões de toneladas, alta de 14,9% em relação à safra 2011/2012, aumento devido aos bons resultados esperados para o feijão terceira safra.

A região Nordeste não registra estimativa sobre área planta, os dados foram repetidos da safra anterior, pois os calendários de plantio de feijão para a região não aplica neste momento. Nesse contexto, estima-se incremento apenas na produção nordestina de feijão, com acréscimo de 142,3%, com destaque para os estados do Ceará, Paraíba e

¹ Valores referentes a 18/07/2012.

**Tabela 2 – Algodão em Pluma. Comparativo de Área, Produtividade e Produção.
Safras 2011/2012 e 2012/2013**

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	7,5	6,6	-12,0	1.131	1.330	17,6	8,5	8,8	3,5
NORDESTE	460,4	346,3	-24,8	1.176	1.529	30,0	541,6	529,7	-2,2
MA	18,6	17,3	-7,0	1.550	1.463	-5,6	28,8	25,3	-12,2
PI	21,3	17,0	-20,2	1.357	1.451	6,9	28,9	24,7	-14,5
CE	1,3	1,3	0,0	6	259	4.216,7	0,1	0,3	200,0
RN	0,5	0,5	0,0	242	182	-24,8	0,1	0,1	0,0
PB	0,2	0,2	0,0	37	266	618,9	-	0,1	-
PE	0,8	0,8	0,0	68	245	260,3	0,1	0,2	100,0
AL	0,2	0,2	0,0	105	112	6,7	-	-	-
BA	417,5	309,0	-26,0	1.158	1.550	33,9	483,6	479,0	-1,0
CENTRO OESTE	877,3	719,3	-18,0	1.444	1.442	-0,1	1.266,5	1.037,0	-18,1
SUDESTE	46,7	38,0	-18,6	1.426	1.453	1,9	66,6	55,2	-17,1
SUL	1,5	1,5	0,0	533	933	75,0	0,8	1,4	75,0
NORTE/ NORDESTE	467,9	352,9	-24,6	1.176	1.525	29,7	550,1	538,5	-2,1
CENTRO/SUL	925,5	758,8	-18,0	1.441	1.441	0,0	1.333,9	1.093,6	-18,0
BRASIL	1.393,4	1.111,7	-20,2	1.352	1.468	8,6	1.884,0	1.632,1	-13,4

Fonte: CONAB (2012c).

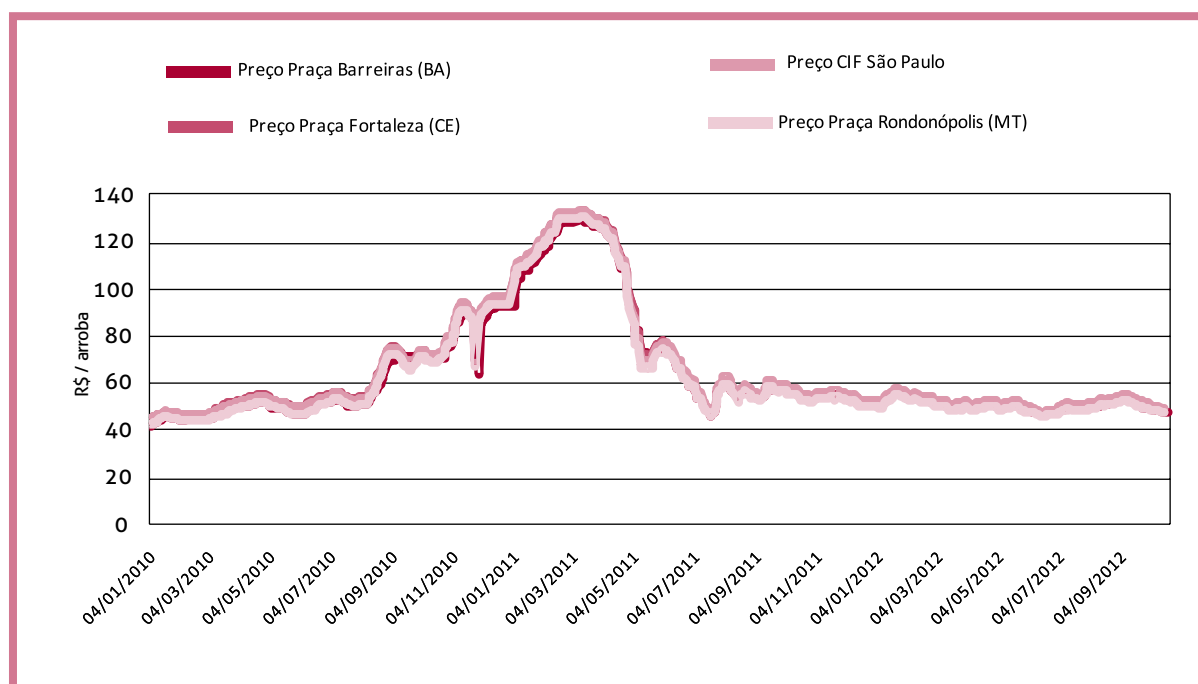


Gráfico 1 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

Tabela 3 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	157,6	159,3	1,1	788	898	14,0	124,1	141,7	14,2
NORDESTE	1.505,4	1.505,4	0,0	193	468	142,5	290,9	704,8	142,3
MA	74,7	74,7	0,0	367	443	20,7	27,4	31,4	14,6
PI	230,5	230,5	0,0	158	295	86,7	36,5	70,5	93,2
CE	433,6	433,6	0,0	76	373	390,8	32,9	186,8	467,8
RN	8,7	8,7	0,0	398	400	0,5	3,5	3,8	8,6
PB	36,8	36,8	0,0	79	300	279,7	2,9	11,0	279,3
PE	229,7	229,7	0,0	147	423	187,8	33,8	99,1	193,2
AL	36,1	36,1	0,0	460	500	8,7	16,6	19,0	14,5
SE	28,0	28,0	0,0	702	600	-14,5	19,7	18,8	-4,6
BA	427,3	427,3	0,0	275	578	110,2	117,6	264,4	124,8
CENTRO-OESTE	342,1	333,4	-2,5	1.762	1.751	-0,6	603,0	584,3	-3,1
SUDESTE	602,1	593,0	-1,5	1.646	1.658	0,7	991,2	981,6	-1,0
SUL	649,5	619,0	-4,7	1.369	1.483	8,3	889,3	917,9	3,2
NORTE/NORDESTE	1.663,0	1.663,0	0,0	250	509	103,6	415,0	846,5	104,0
CENTRO/SUL	1.593,7	1.545,4	-3,0	1.558	1.608	3,2	2.483,5	2.483,8	0,0
BRASIL	3.256,7	3.208,4	-1,5	890	1.036	16,4	2.898,5	3.330,3	14,9

Fonte: CONAB (2012c).

Pernambuco, aumento de 467,8%, 279,3% e 193,2%, respectivamente. (Tabela 3).

Em 2012, por conta da oferta reduzida, os preços internos do feijão tiveram forte alta. As condições climáticas não têm favorecido o desenvolvimento da cultura devido a forte estiagem, nesse contexto os preços tiveram forte aumento, comparado ao mesmo período do ano passado. Em Barreiras (BA), o preço da saca de 60kg foi comercializado a R\$ 148,00² aumento de 40,95% em relação ao mesmo período de 2011.

Milho

Para a safra 2012/2013 estima-se decréscimo da área plantada com milho no Brasil em 2,0%, ou seja, registro de 14,8 milhões de hectares. Espera-se uma produção de 73,2 milhões de toneladas, sendo 35,8 milhões

oriundos da primeira safra e 37,3 milhões de toneladas da segunda.

O Nordeste deverá apresentar redução de área plantada com milho. Porém, a expectativa de rendimento é 19,5% superior ao observado na safra anterior, chegando a 2.153 kg/ha, resultante da estimativa de produção de 5,2 milhões de toneladas, 19,2% superior. Os maiores na produtividade e, consequentemente, na produção deverão ocorrer nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco como resultado da recuperação do plantio e da produtividade em relação à safra 2011/2012 que foi afetada sobremaneira pela irregularidade das chuvas. (Tabela 4).

A valorização do preço do milho em 2012 no mercado externo é atribuída aos baixos estoques e demanda aquecida. De acordo com os dados do *United States Department*

2 Valores referentes a 22/10/2012.

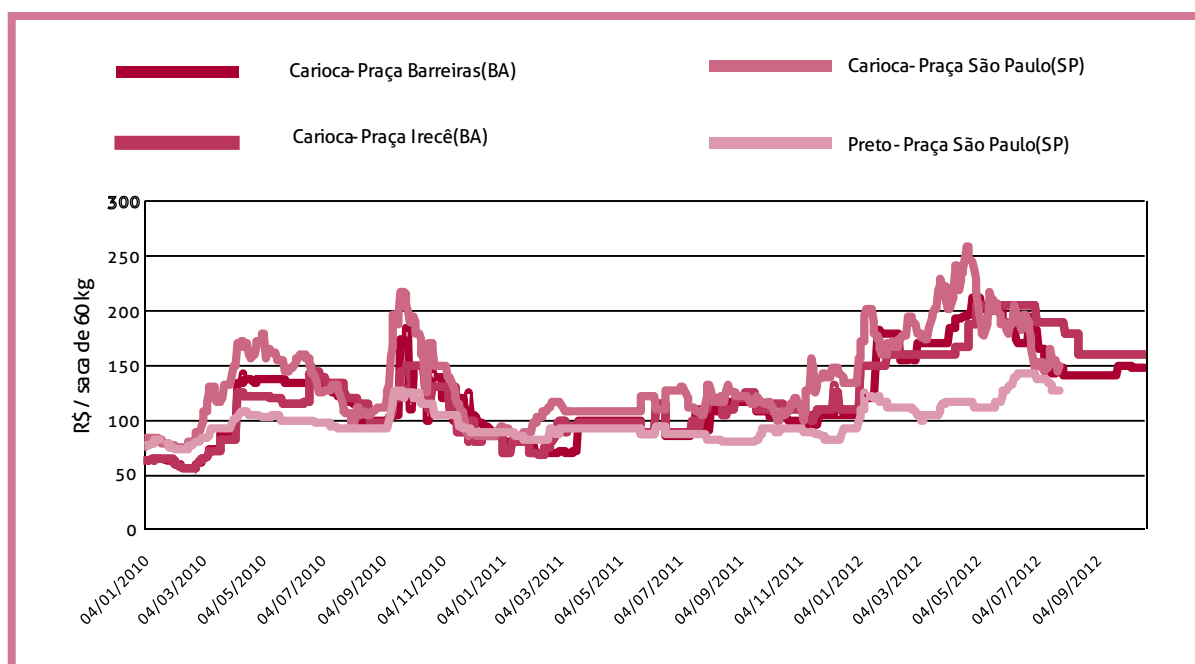


Gráfico 2 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

of Agriculture (USDA), a produção mundial registrou queda de 12,6% sobre a temporada anterior. Enquanto, a demanda mundial segue em alta, registrando 856,7 milhões de toneladas, que incidirá na redução dos estoques em 11,2%, assim, reduzindo a relação estoque/consumo em 14,5%, com relação ao período anterior.

No Brasil, mesmo com a recente baixa dos preços do milho, devido principalmente pelo aumento da oferta interna da última safra colhida, estes continuam remuneradores. Vale adicionar as expectativas de participação do Brasil nas exportações, que também se tornam um atrativo a mais para os produtores nacionais. Nesse fim do mês de outubro, a saca de 60kg em São Paulo (Preço CIF³) foi comercializada a R\$ 32,50 valor 4,85% superior ao praticado no mês de julho/2012. Em Cascavel (PR) o preço do milho foi de R\$ 28,00 (o mesmo valor praticado em julho/2012), já em Fortaleza (CE) a

cotação chegou a R\$ 32,50, representando desvalorização de 4,41%. (Gráfico 3).

Soja

Para a safra 2012/2013, a Conab indica uma safra recorde de soja no Brasil, alcançando 82,81 milhões de tonelada, 24,8% superior à safra 2011/2012. A expansão da área plantada foi de 9,1% e as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura possibilitaram o incremento da produtividade em 14,3%. No Centro-Oeste, responsável por 48,4% da produção nacional, a Região deverá apresentar um aumento na produção de quase 4,6 milhões de toneladas.

Em termos percentuais, o Nordeste é a segunda região com maior incremento de área plantada com soja no País, 14,5% superior à safra 2011/2012, totalizando 6,9 milhões de hectares. As condições climáticas na Região também foram propícias ao

³ Cost, Insurance and Freight - Custo, seguro e frete.

Tabela 4 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	569,5	565,7	-0,7	2.902	2.888	-0,5	1.652,4	1.632,6	-1,2
NORDESTE	2.423,4	2.410,5	-0,5	1.802	2.153	19,5	4.366,3	5.206,7	19,2
MA	454,6	454,6	0,0	1.609	1.650	2,5	731,6	840,7	14,9
PI	351,6	351,6	0,0	2.239	1.760	-21,4	787,2	773,0	-1,8
CE	520,6	520,6	0,0	142	1.000	604,2	73,9	520,6	604,5
RN	9,5	9,5	0,0	520	650	25,0	4,9	6,2	26,5
PB	39,8	39,8	0,0	106	710	569,8	4,2	28,3	573,8
PE	205,8	205,8	0,0	117	650	455,6	24,1	133,8	455,2
AL	29,7	29,7	0,0	754	720	-4,5	22,4	26,5	18,3
SE	206,8	206,8	0,0	2.629	3.950	50,2	543,7	866,9	59,4
BA	605,0	592,1	-2,1	3.594	2.826	-21,4	2.174,3	2.010,7	-7,5
CENTRO-OESTE	5.268,3	5.172,9	-1,8	5.830	5.466	-6,2	30.714,2	28.327,3	-7,8
SUDESTE	2.242,3	2.183,4	-2,6	5.704	5.618	-1,5	12.790,2	12.276,3	-4,0
SUL	4.653,0	4.519,9	-2,9	4.953	5.697	15,0	23.046,8	25.793,8	11,9
NORTE/ NORDESTE	2.992,9	2.976,2	-0,6	2.011	2.293	14,0	6.018,7	6.839,3	13,6
CENTRO/SUL	12.163,6	11.876,2	-2,4	5.471	5.582	2,0	66.551,2	66.397,4	-0,2
BRASIL	15.156,5	14.852,4	-2,0	4.788	4.920	2,8	72.569,9	73.236,7	0,9

Fonte: CONAB (2012c).

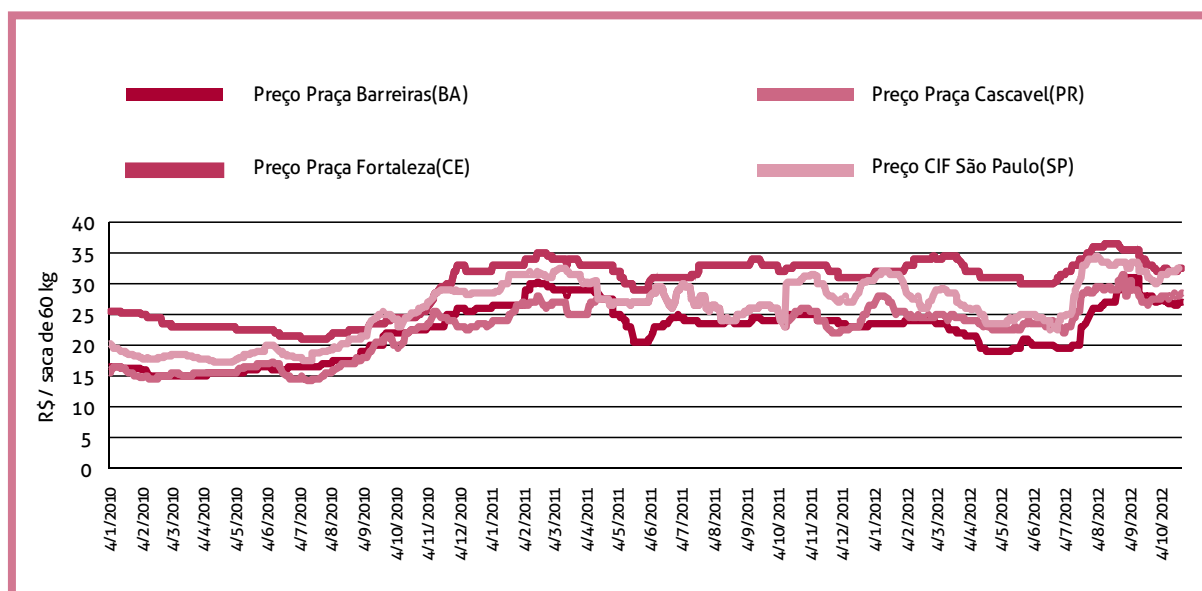


Gráfico 3 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

bom desenvolvimento, resultando no incremento de 3,1% na produtividade. Todas as regiões nordestinas produtoras de soja deverão apresentar incrementos na produção, com destaque para o sul do Maranhão (incremento de 6%) e sul do Piauí (aumento de 12,9%). A região produtora de soja na Bahia terá acréscimo na estimativa da produção de 19,6%. Ao todo, estima-se que a produção nordestina de soja chegue a 6,98 milhões de toneladas. (Tabela 5).

Em 2012, os preços da soja no mercado externo caíram neste último mês, resultado da produtividade nos EUA acima da estimativa dos dados da USDA, e da safra record brasileira. Os compradores se voltaram para o produto americano, enquanto no Brasil, teve uma leve desaquecida nos preços comercializados nos portos. (CEPEA, 2011e).

No mercado interno os preços da soja tiveram baixa em outubro de 2012 em relação ao mês de julho deste ano. De acordo com o Indicador CEPEA (2012), a saca da soja foi

comercializada a R\$ 68,5⁴ em Sorriso (MT), a desvalorização foi de 5,52. No Nordeste observou-se o mesmo comportamento dos preços em Balsas (MA), onde o preço da saca de 60 kg foi de R\$ 62,00 (redução de 8,82%); já em Barreiras (BA), a cotação chegou a R\$ 75,00, que representa valorização de 4,17%. (Gráfico 4).

Café

Para a safra 2012, a previsão aponta para redução da área plantada com café no Brasil de 0,3% o que representa quase 6,15 mil hectares a menos. A produção também deverá ser maior que na safra anterior, pois é um ano de bialidade positiva. A primeira estimativa da Conab para a safra 2012 indica produção de 50,24 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, 15,5% superior a safra 2011. Esse aumento se deve a maior produção do arábica, que deverá passar de 32,18 milhões de sacas para 37,70 milhões. Na safra 2012, o café tipo arábica deverá representar 75,0% do total de café produzido no país.

Tabela 5 – Soja – Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	717,6	724,8	1,0	3.027	3.041	0,5	2.172,2	2.204,6	1,5
NORDESTE	2.117,1	2.351,0	11,0	2.880	2.970	3,1	6.096,3	6.981,7	14,5
MA	559,7	593,3	6,0	2.949	2.950	0,0	1.650,6	1.750,2	6,0
PI	444,6	489,1	10,0	2.841	2.915	2,6	1.263,1	1.425,7	12,9
BA	1.112,8	1.268,6	14,0	2.860	3.000	4,9	3.182,6	3.805,8	19,6
CENTRO-OESTE	11.495,2	12.811,8	11,5	3.036	3.087	1,7	34.904,8	39.556,6	13,3
SUDESTE	1.606,2	1.716,6	6,9	2.899	2.928	1,0	4.656,3	5.025,2	7,9
SUL	9.106,1	9.721,3	6,8	2.037	2.988	46,7	18.553,4	29.048,9	56,6
NORTE/NORDESTE	2.834,7	3.003,5	6,0	3.200	3.200	0,0	8.268,5	9.186,3	11,1
CENTRO/SUL	22.207,5	23.419,7	5,5	2.617	3.036	16,0	58.114,5	73.630,7	26,7
BRASIL	25.042,2	26.423,2	5,5	2.651	3.030	14,3	66.383,0	82.817,0	24,8

Fonte: CONAB (2012c).

⁴ Valores referentes a 23/07/2012.

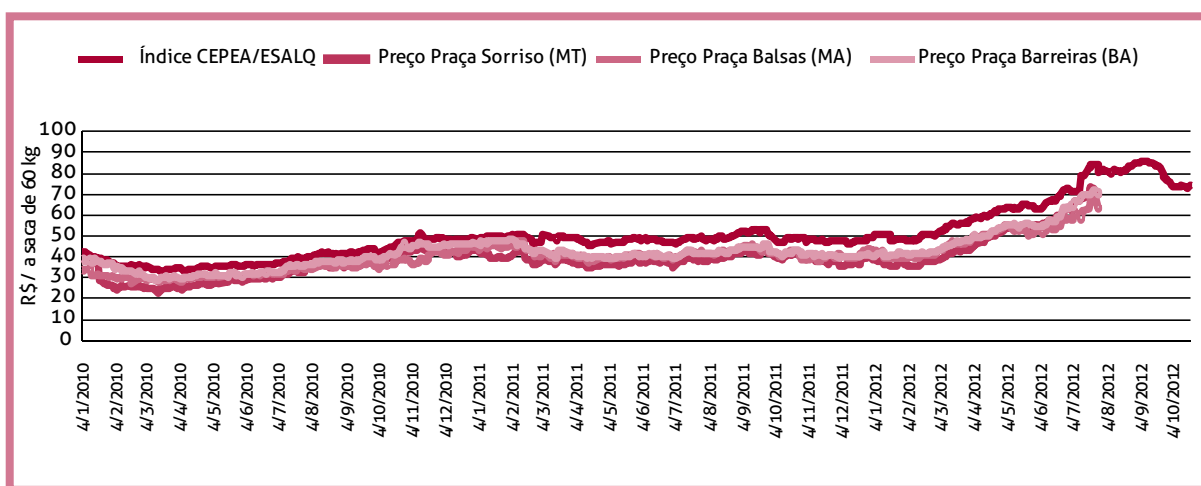


Gráfico 4 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de janeiro/2010 a outubro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

Na Bahia, principal produtor do Nordeste, é estimado decréscimo da produção da ordem de 5,5%, resultado das condições climáticas desfavoráveis ao desenvolvimento da cultura e menor produção do café arábica na região do Planalto.⁵ (Tabela 6).

No segundo semestre de 2012, café vem registrando preços abaixo dos valores praticados no mesmo período de 2011. As quedas tanto nos preços externos quanto os internos foram influenciados pelo volume expressivo da safra brasileira 2012/2013. (CEPEA 2011c).

Em outubro de 2012, a cotação do café arábica posto na capital paulista foi desvalorizada em 26,24% (comercializado a R\$ 372,58/ saca de 60 kg) e o conillon (robusta, por R\$ 284,64/ saca de 60 kg) 16,34% pelo Índice CEPEA/ESALQ, em relação ao mesmo período de 2011. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi comercializado a R\$ 305,00, queda de 1,61% em relação outubro de 2011. Enquanto, o preço do Bica Dura T6/7 foi de R\$ 350,00, com decréscimo de 26,32. O Despoldado teve cotação 28,57%

inferior ao mesmo período de 2011, chegando ao preço de R\$ 375,00. (Gráfico 5).

Cana-de-Açúcar

A atividade sucroalcooleira no Brasil continua em expansão, mas tem comportamento diferenciado em todo país. O segundo levantamento da safra 2012/2013 de cana de açúcar realizado pela Conab estima que a área plantada será da ordem 8.527,8 mil hectares, 2,1% superior à safra 2011/2012, resultado das novas áreas de plantio das usinas recentemente instaladas no país.

Para a safra 2012/2013, estima-se que 50,42% da cana esmagada no país sejam destinadas para a produção de açúcar e 49,58% para etanol, o que deverá gerar 38.993,1 mil toneladas de açúcar e 23.491.182,6 milhões de litros de álcool. (CONAB, 2011b).

No Nordeste está previsto aumento na produção de apenas 0,1% resultado principalmente da redução de área plantada e da produção em Pernambuco e Alagoas, devido aos efeitos climáticos adversos prejudicaram os canaviais no início do ano de 2012.

⁵ Localizada na Chapada Diamantina

Tabela 6 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2011 e 2012(*)

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2011			Safr 2012			Var. total %
	Safr 2011	Safr 2012	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.869	1.029.340	2,8%	21.882	299	22.181	26.337	297	26.634	20,1%
Sul e Centro-Oeste	505.201	518.835	2,7%	10.442	-	10.442	13.592	-	13.592	30,2%
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	161.105	168.463	4,6%	4.001	-	4.001	6.027	-	6.027	50,6%
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	334.563	342.042	2,2%	7.439	299	7.738	6.718	297	7.015	-9,3%
Espírito Santo	452.527	450.128	-0,5%	3.079	8.494	11.573	2.789	9.713	12.502	8,0%
São Paulo	169.538	175.137	3,3%	3.112	-	3.112	5.214	-	5.214	67,6%
Paraná	74.752	68.137	-8,8%	1.842	-	1.842	1.600	-	1.600	-13,1%
Bahia	138.834	138.213	-0,4%	1.549	741	2.290	1.353	812	2.165	-5,5%
Cerrado	11.557	12.918	11,8%	429	-	429	534	-	534	24,5%
Planalto	102.338	100.861	-1,4%	1.120	-	1.120	819	-	819	-26,9%
Atlântico	24.939	24.434	-2,0%	-	741	741	-	812	812	9,6%
Rondônia	153.391	130.499	(0,15)	-	1.428	1.428	-	1.421	1.421	-0,5%
Mato Grosso	19.899	21.028	5,7%	11	127	138	3	122	124	-9,9%
Pará	10.448	10.286	-1,6%	-	184	184	-	168	168	-9,0%
Rio de Janeiro	12.864	13.225	2,8%	247	13	260	262	-	262	0,8%
Outros	23.300	14.272	-38,7%	467	10	477	152	3	154	-67,6%
BRASIL	2.056.422	2.050.265	-0,3%	32.189	11.296	43.484	37.709	12.535	50.244	15,5%

Fonte: CONAB (2012a).

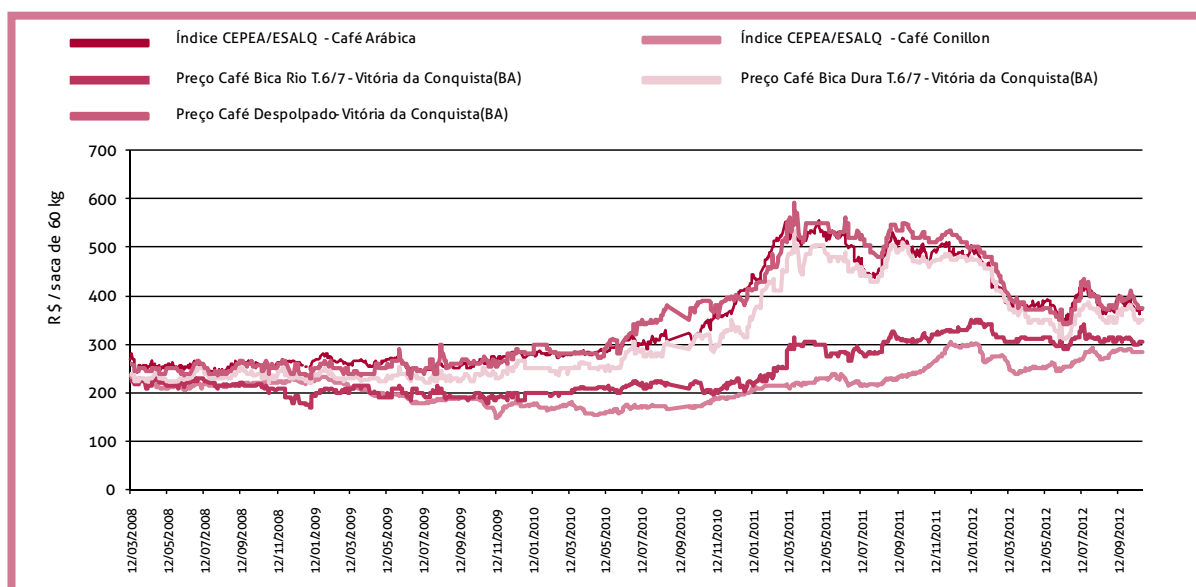


Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012) e CEPEA (2012c).

Na safra 2012/2013, a produção nordestina de cana-de-açúcar deverá totalizar quase 62 milhões de toneladas, sendo que Alagoas responde por 42,5% da produção total da Região e Pernambuco por 27,1%. (Tabela 7).

Neste segundo semestre de 2012, as cotações do açúcar seguem em patamares mais baixos que os praticados no mesmo período do ano de 2011. Os efeitos climáticos adversos prejudicaram a produção brasileira, em especial, a região nordestina. Pelo Indicador Mensal do Açúcar Cristal CEPEA (2012m), em outubro de 2012, a saca de 50kg foi comercializada ao preço de R\$ 63,93 em Alagoas, R\$ 62,49 em Pernambuco e R\$ 49,85 em São Paulo, quedas de 8,40%, 5,97% e 23,55%, respectivamente com relação ao mesmo período de 2011. (Gráfico 6).

O álcool também teve seu preço em queda neste segundo semestre de 2012. Um

dos principais motivos para a redução dos preços do etanol foi desinteresse por parte de algumas distribuidoras, especialmente o hidratado. Esse baixo interesse pelos negócios com o hidratado é explicado pela relação hidratado e gasolina, que esta chegou a 70%, enquanto a média é de apenas 67%, CEPEA,(2012n). No Nordeste, os preços do etanol registraram queda para o anidro e hidratado em Pernambuco em relação aos preços praticados no mês de junho de 2012, já Alagoas, o preço do anidro segue firme. Em setembro de 2012, o preço do álcool anidro registrou queda 2,70% e 21,01% em Pernambuco e São Paulo, respectivamente, em relação ao mês de junho deste ano. O hidratado, também, teve queda de 6,03%. 7,78% e 16,02% em Alagoas, Pernambuco e em São Paulo, respectivamente, em relação ao mês de junho de 2012. (Gráfico 7).

Tabela 7 – Cana-de-Açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%	Safra 11/12	Safra 12/13	Var%
NORTE	34,4	43,4	26,0	73.522	71.882	(2,2)	2.529,2	3.116,8	23,2
NORDESTE	1.108,2	1.099,7	(0,8)	56.755	57.268	0,9	62.896,7	62.978,1	0,1
MA	39,6	41,9	5,8	57.255	60.564	5,8	2.265,6	2.535,8	11,9
PI	13,9	14,8	6,5	71.312	70.000	(1,8)	992,0	1.036,7	4,5
CE	2,0	2,2	8,0	60.000	78.000	30,0	119,4	167,7	40,5
RN	62,3	60,4	(3,0)	47.756	41.000	(14,1)	2.973,3	2.476,0	(16,7)
PB	122,6	122,7	0,1	54.842	51.830	(5,5)	6.723,1	6.360,1	(5,4)
PE	326,1	309,7	(5,0)	54.099	55.100	1,9	17.642,2	17.066,7	(3,3)
AL	463,7	448,9	(3,2)	59.755	59.562	(0,3)	27.705,4	26.735,0	(3,5)
SE	35,5	43,4	22,0	53.979	63.736	18,1	1.918,4	2.763,6	44,1
BA	42,6	55,8	31,0	60.031	68.743	14,5	2.557,3	3.836,5	50,0
CENTRO-OESTE	1.379,4	1.531,1	11,0	66.866	69.966	4,6	92.233,5	107.124,5	16,1
SUDESTE	5.221,0	5.243,4	0,4	69.353	72.927	5,2	62.089,8	382.386,4	5,6
SUL	613,1	610,2	(0,5)	66.240	67.228	1,5	40.614,7	41.024,0	1,0
NORTE/ NORDESTE	1.142,6	1.143,1	0,0	57.259	57.823	1,0	65.425,8	66.094,9	1,0
CENTRO/SUL	7.213,5	7.384,7	2,4	68.613	71.842	4,7	494.938,0	530.534,9	7,2
BRASIL	8.356,1	8.527,8	2,1	67.060	69.963	4,3	560.363,8	596.629,8	6,5

Fonte: CONAB (2012b).

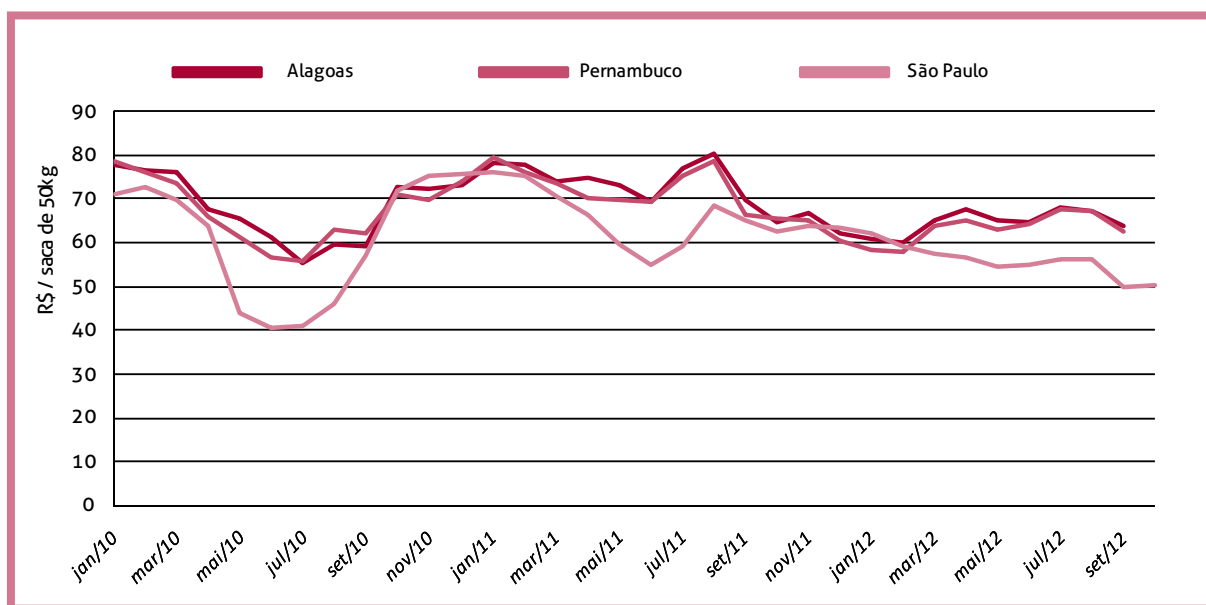


Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 50kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de CEPEA (2012m).

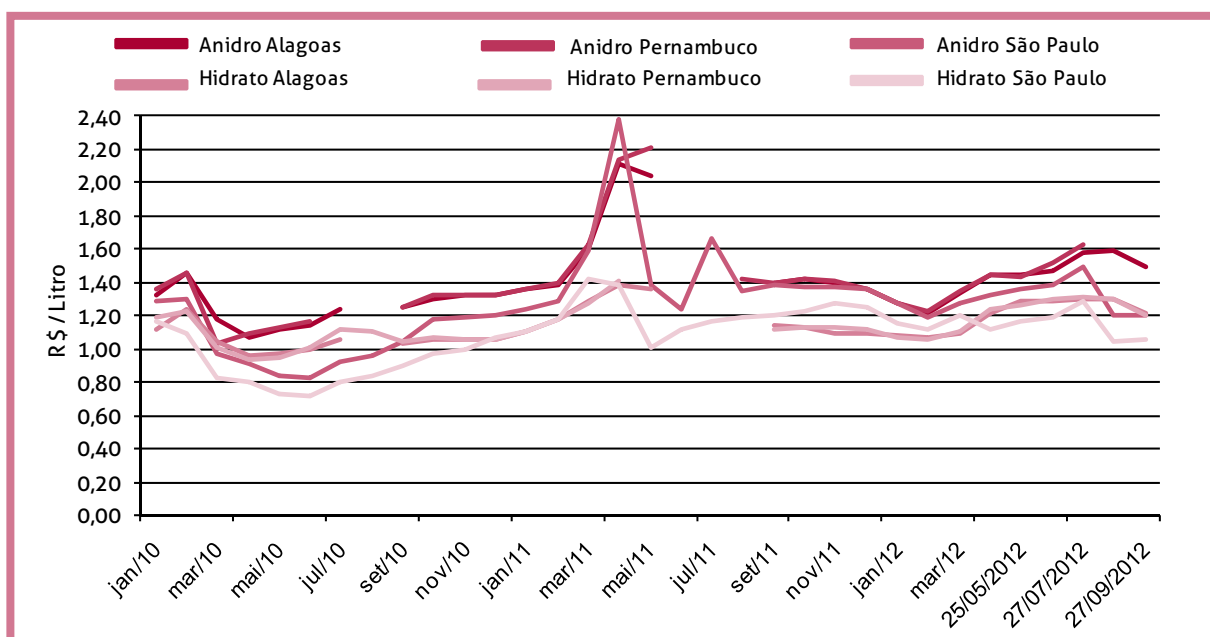


Gráfico 7 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador Mensal CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Outubro/2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de CEPEA (2012f).

3.2.2 Pecuária

Os preços do boi gordo movimentaram-se de forma oposta ao longo do terceiro trimestre: no mês de julho, o mercado teve negociações lentas, fazendo com que o indicador BM&FBovespa (2012) para o mês de julho fechasse em R\$ 89,84/@, baixa de 3,1% em relação ao último dia de junho de 2012⁶. Já para os dois meses seguintes, o movimento de preços foi inverso. Em agosto, a baixa oferta de animais, que reduziu também o volume de carne ofertado no atacado, fez com que a cotação subisse 5% em relação a julho, fechando em R\$ 94,33/@⁷. Em setembro, a oferta de bois prontos para o abate continuou restrita, devido à resistência das indústrias em pagar melhores preços aos produtores, fazendo o indicador se elevar em 1,8%, para R\$ 95,99/@, acumulando uma alta de 3,6% no terceiro trimestre⁸.

Em julho, o aumento da oferta de leite e a pressão das indústrias/cooperativas para aumentar sua margem de lucro fizeram com que o preço bruto do leite pago ao produtor caísse 0,9% (indo para R\$ 0,8478/l)⁹. Em agosto, o preço subiu 0,8% (para R\$ 0,8547/l), porque a alta na oferta de leite no sul do país foi contrabalançada pela escassez no Nordeste, em razão da severa estiagem ocorrente neste ano, o que limitou a oferta¹⁰. Em setembro, o clima seco em grande parte do país e os elevados custos com a alimentação concentrada mantiveram a produção de leite restrita em todo o Brasil, o que elevou a média nacional do preço do litro pago ao produtor para R\$ 0,8692/l, alta de 1,7% em relação a agosto. Ao longo do trimestre, a alta acumulada foi de 1%¹¹.

Tabela 8 – Nordeste – Cotações Médias Atuais para Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino – Outubro de 2012

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	88,00	0,62
Piauí	98,00	0,90
Ceará	90,00	0,85
Rio Grande do Norte	112,50	1,00
Paraíba	85,50	0,75
Pernambuco	101,00	0,90
Alagoas	100,00	0,75
Sergipe	100,00	0,84
Bahia	100,85	0,80
Norte de Minas Gerais	91,50	0,75
Média da área de atuação do BNB	96,74	0,82

Fonte: Elaboração do BNB/Etene a partir dos Dados de 2012 da Conjuntura Econômica e Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste.

6 CEPEA, (2012f).

7 CEPEA, (2012g).

8 CEPEA (2012h).

9 CEPEA (2012 i).

10 CEPEA (2012j).

11 CEPEA (2012 l).

Para o Nordeste, o preço médio da arroba bovina, segundo dados das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados, é de R\$ 96,74, tendendo a ficar estável em alguns estados, como na Bahia, e a elevar-se em outros, como no Piauí, devido à estiagem prolongada. Para o leite, a média dos preços

do litro paga ao produtor neste período é de R\$ 0,82, com tendência de alta em alguns estados, como em Sergipe e na Bahia (em razão da entressafra) e no Ceará (pela elevação dos preços da ração). Em outros, como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, a tendência é de estabilidade.

3.2.3 – Agronegócio

3.2.3.1 – Desempenho do PIB e do faturamento

Os produtos das lavouras permanentes, carne e seus derivados impulsionaram o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil, que crescerá 6,8% em 2012 comparado ao ano anterior, alcançando R\$ 305,4 bilhões, acréscimo em termos absolutos da ordem de R\$ 19,5 bilhões. (Tabela 9).

O VBP das lavouras temporárias crescerá 2,2%, fato atribuído, além da alta dos preços, ao crescimento da produção de milho da 2ª safra (+73,8%), que será suficiente para compensar as quedas das produções de soja (-12,7%), cana-de-açúcar (-7,7%) e arroz (-14,9%).

Tabela 9 – Brasil – Estimativa do Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2011 e 2012 R\$ Milhões de Setembro/12

Produtos Agrícolas	2011	2012	Var. %	Var. Abs.
	178.797	186.102	4,1	7.305
- lavouras temporárias (1)	143.153	146.253	2,2	3.099
- lavouras permanentes (2)	35.644	39.850	11,8	4.206
grãos (3)	79.236	82.042	3,5	2.806
outras lavouras	99.561	104.060	4,5	4.499
Pecuários	107.142	119.308	11,4	12.166
- carnes (4)	86.595	96.628	11,6	10.033
- derivados (5)	20.547	22.679	10,4	2.133
Total	285.939	305.410	6,8	19.471

Fonte: Elaboração do BNB-ETENE Conjuntura Econômica a partir do IBGE (2012a, 2012b).

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

As lavouras permanentes apresentarão forte crescimento de 11,8%, explicado em grande parte pela produção de café (+14,9%). De modo geral, os produtos agrícolas crescerão 4,1% o que significa o incremento, em valores absolutos, de R\$ 7,3 bilhões. Por sua vez, os produtos pecuários destacam-se pelo incremento de 11,4% em relação a 2011.

Os efeitos climáticos afetaram negativamente a região Nordeste, que perdeu participação em relação ao VBP nacional. No segmento agrícola, a queda foi de 1% (de 15,2%, em 2011, para 14,2%, em 2012). O VBP pecuário nordestino recuou em 0,1% em relação ao Brasil.

Estima-se que o valor da produção agrícola do Nordeste recuará 2,7% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 27,1 bilhões para R\$ 26,4 bilhões no período (Tabela 12). Essa redução é explicada, em grande parte, pela quebra de safra que afetou a produção, principalmente, das lavouras temporárias.

As lavouras temporárias mais afetadas pela seca na região foram: girassol (-99%), batata-inglesa (-83,2%), sorgo (-74,5%), feijão (-57%) e arroz (-33,9). Dentre as lavouras permanentes, apenas a castanha-de-caju (-8,5%) e o sisal (-5,9%) apresentarão recuo.

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 e 2012

Produtos	Unidade	2011	2012	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2011	2012	2011	2012
Lavoura temporária (a)							
Brasil						143.153.375	146.252.503
Nordeste						19.065.470	17.883.055
Abacaxi	Mil frutos	609.913	625.424	0,88	0,95	534.617	592.272
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.702.133	1.412.705	1,08	1,17	1.836.751	1.646.950
Alho	Tonelada	9.394	8.281	3,98	4,30	37.364	35.584
Amendoim (em casca)	Tonelada	14.196	10.720	1,16	1,26	16.537	13.492
Arroz (em casca)	Tonelada	1.165.211	713.242	0,63	0,68	736.411	486.995
Batata - doce	Tonelada	179.076	179.076	0,60	0,65	107.701	116.357
Batata - inglesa	Tonelada	344.039	53.615	0,81	0,87	277.161	46.664
Cana-de-açúcar	Tonelada	72.955.694	72.268.653	0,06	0,07	4.680.323	5.008.860
Cebola	Tonelada	283.337	315.737	0,87	0,94	245.949	296.101
Fava (em grão)	Tonelada	6.667	6.667	2,57	2,78	17.126	18.502
Feijão (em grão)	Tonelada	818.436	325.492	2,03	2,20	1.665.007	715.392
Fumo (em folha)	Tonelada	17.901	16.898	3,38	3,65	60.546	61.747
Girassol	Tonelada	1.131	7	0,86	0,93	975	7
Mamona (baga)	Tonelada	108.428	40.532	1,03	1,11	111.729	45.123
Mandioca	Tonelada	7.904.634	6.934.891	0,20	0,22	1.613.929	1.529.729
Melancia	Tonelada	701.213	701.213	0,38	0,41	267.872	289.401
Melão	Tonelada	456.686	456.686	0,73	0,79	335.296	362.243
Milho (em grão)	Tonelada	5.040.807	4.616.361	0,40	0,43	2.021.781	2.000.350
Soja (em grão)	Tonelada	6.228.019	6.096.836	0,62	0,67	3.877.433	4.100.824
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	190.246	44.896	0,35	0,38	66.589	16.977
Tomate	Tonelada	611.764	510.187	0,91	0,98	554.374	499.483
Lavoura permanente (b)							
Brasil						35.643.989	39.849.515
Nordeste						8.080.804	8.526.983

continua

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 e 2012 conclusão

Produtos	Unidade	2011	2012	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2011	2012	2011	2012
Abacate	Tonelada	9.480	9.480	0,56	0,61	5.338	5.767
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	168	168	0,98	1,06	165	178
Banana	Tonelada	2.778.923	2.616.254	0,54	0,59	1.514.173	1.540.108
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	34.175	34.175	1,97	2,12	67.206	72.608
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	156.289	158.890	5,76	6,22	899.720	988.206
Café (beneficiado)	Tonelada	156.836	146.175	3,99	4,31	626.005	630.344
Caqui	Tonelada	119	119	1,64	1,78	196	211
Castanha-de-caju	Tonelada	226.330	191.774	1,19	1,29	269.483	246.690
Coco-da-baía	Mil frutos	1.382.552	1.320.204	0,45	0,49	623.801	643.543
Dendê (coco)	Tonelada	231.272	231.272	0,18	0,20	41.889	45.255
Goiaba	Tonelada	130.474	130.474	0,71	0,76	91.993	99.387
Guaraná (semente)	Tonelada	3.026	2.833	5,95	6,43	18.008	18.214
Laranja	Tonelada	1.940.390	1.928.269	0,32	0,34	617.133	662.567
Limão	Tonelada	83.859	83.859	0,49	0,53	40.753	44.028
Maçã	Tonelada	415	415	1,07	1,15	442	478
Mamão	Tonelada	1.170.569	1.170.569	0,89	0,96	1.042.670	1.126.469
Manga	Tonelada	846.530	846.530	0,54	0,59	459.485	496.414
Maracujá	Tonelada	699.242	699.242	0,89	0,97	624.719	674.928
Marmelo	Tonelada	250	250	1,75	1,89	437	472
Palmito	Tonelada	20.320	20.320	0,39	0,42	7.867	8.499
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.149	4.153	4,08	4,41	16.925	18.303
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	283.141	246.536	0,98	1,06	277.503	261.046
Tangerina	Tonelada	41.267	41.267	0,46	0,49	18.806	20.318
Urucum (semente)	Tonelada	2.447	2.447	1,91	2,06	4.675	5.051
Uva	Tonelada	273.832	286.725	2,96	3,20	811.411	917.898
Agricultura							
Brasil						178.797.364	186.102.017
Nordeste						27.146.275	26.410.038
Pecuária							
Brasil						107.141.663	119.307.668
Nordeste						11.668.153	12.925.909
Carne bovina	Tonelada	1.087.769	1.103.858	6,65	7,19	7.237.107	7.934.396
Frango	Tonelada	1.125.120	1.209.930	1,96	2,12	2.210.740	2.568.450
Leite	Milhões de litros	3.330	3.429	0,84	0,91	2.803	3.118
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	10.310	10.908	2,57	2,78	884.898	1.011.467
Suínos	Tonelada	412.418	403.472	3,23	3,49	1.332.605	1.408.477
Agropecuária							
Brasil						285.939.028	305.409.685
Nordeste						38.814.427	39.335.948
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,3	12,2
Lavoura permanente (b)						22,7	21,4
Agricultura (c)						15,2	14,2
Pecuária (d)						10,9	10,8
Agropecuária (c + d)						13,6	12,9

Fontes: IBGE (2011a, 2011b) e AgraFNP (2011).

Valores a preços de set/2012

Tabela 11 – Nordeste - Estimativa da Participação de Estados Seleccionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2012 (R\$ Milhões Set./201)

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Ma	2.511	14,0	83	1,0	2.594	9,8	1.554	12,0	4.147	10,5
Pi	1.600	8,9	115	1,4	1.715	6,5	841	6,5	2.556	6,5
Ce	763	4,3	832	9,8	1.594	6,0	1.649	12,8	3.244	8,2
Rn	734	4,1	260	3,0	994	3,8	454	3,5	1.448	3,7
Pb	930	5,2	230	2,7	1.160	4,4	692	5,4	1.852	4,7
Pe	1.722	9,6	1.271	14,9	2.993	11,3	2.350	18,2	5.343	13,6
Al	2.085	11,7	83	1,0	2.168	8,2	465	3,6	2.632	6,7
Se	772	4,3	510	6,0	1.282	4,9	439	3,4	1.720	4,4
Ba	6.767	37,8	5.144	60,3	11.911	45,1	4.482	34,7	16.393	41,7
Ba+Pe+Ce+Ma	11.763	65,8	7.329	86,0	19.092	72,3	10.035	77,6	29.127	74,0
Demais	6.120	34,2	1.198	14,0	7.318	27,7	2.891	22,4	10.208	26,0
Soma	17.883	100,0	8.527	100,0	26.410	100,0	12.926	100,0	39.336	100,0

Fontes: IBGE (2011a, 2011b) e AgraFNP (2011).

No tocante às participações estaduais no VBP do Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão respondem por 74% (R\$ 29,1 bilhões) do VBP da Região e os demais estados geraram R\$10,2 bilhões. (Tabela 11).

No Nordeste, há o predomínio da agricultura com 67,1% de participação na agropecuária regional. No âmbito estadual, apenas no Ceará observou-se, em termos de valor, a pecuária mais forte do que a agricultura. Vale ressaltar, entretanto, que os efeitos climáticos incidem de forma mais contundente na

agricultura, indicando que essa comparação poderia ter resultados diferentes em condições normais de produtividade.

A Bahia (com R\$ 6,7 bilhões) e o Maranhão (com R\$ 2,5 bilhões) foram os estados mais importantes na composição do VBP das lavouras temporárias regionais, enquanto a Bahia (R\$ 5,1 bilhões) e Pernambuco (R\$ 1,2 bilhão) exerceram esse mesmo papel no VBP das lavouras permanentes. Estes estados também foram predominantes na pecuária, com R\$ 4,5 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, respectivamente.

3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio

As exportações totais brasileiras alcançaram US\$ 180,7 bilhões, entre janeiro e setembro de 2012, representando decréscimo de 4,9% em relação ao mesmo período de 2011 (Tabela - Nordeste - Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2011 e 2012).

Nesse período, as importações totais também recuaram em 0,6%. O atual saldo de US\$ 14,8 bilhões corresponde a uma queda de 35,7% em relação a 2011.

A instabilidade econômica na Zona do Euro e as desconfianças em relação à eco-

nomia americana, somadas à diminuição do ritmo de crescimento das economias emergentes, vêm causando a retração do fluxo de comércio internacional.

De acordo com o boletim divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), registraram-se recuos das exportações para os principais blocos econômicos, a saber: Europa Oriental (-26,3%), Mercosul (-12,6%), Oriente Médio (-11,2%), União Europeia (-8,1%), Ásia (-1,9%) e África (-0,4%). Apenas as vendas para os Estados Unidos apresentaram aumento, cujo percentual foi de 11%. As importações também seguiram a mesma tendência de queda para maior parte dos blocos econômicos.

Não é novidade que o agronegócio representa o mais importante componente da balança comercial brasileira. Até setembro deste ano, em termos comparativos, o saldo comercial do agronegócio somou US\$ 51,9 bilhões contra US\$ 14,5 bilhões do saldo comercial total. Não fosse o notável desempenho do agronegócio, a País teria acumulado um déficit de US\$ 37,1 bilhões no período.

Na região Nordeste, as exportações totais cresceram 1,4% e, em 2012, alcançaram US\$ 13,7 bilhões. Todavia, as importações, que já em 2011 superavam as exportações, cresceram mais que proporcionalmente, de US\$ 17,2 bilhões para US\$ 18,3 bilhões, que corresponde ao incremento de 6,4%. O saldo total nordestino apresentou déficit de US\$ 4,6 bilhões que significou a elevação do déficit em 25,1% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Acompanhando a tendência nacional, o agronegócio nordestino registrou superávit, melhorando em 3% o saldo entre os períodos. Contudo, as exportações desse segmento no Nordeste decresceram 9,5%, acompanhando as importações que recuaram 30%, fato que garantiu manutenção do superávit comercial.

Quanto à representatividade do agronegócio, as exportações participam de 40% das exportações totais da região, resultado relativamente menor do que os 44,8% de 2011.

As importações do agronegócio frente ao total regional, no período em foco, caíram de 13,3% em 2011 para 8,8% em 2012. No contexto nacional, o agronegócio nordestino aumentou a sua representatividade no saldo comercial do agronegócio nacional de 6,5% para 7,5%. Não fosse o agronegócio, o Nordeste registraria déficits de 7,4 bilhões em 2011 e 8,4 bilhões em 2012, fato que demonstra a importância do segmento nas contas externas da região.

As exportações do agronegócio nordestino estão concentradas nos estados da Bahia, Alagoas, Ceará e Maranhão os quais, juntos, responderam por 88,2% das exportações em 2012. Comparado a 2011, houve queda do valor exportado na maioria dos estados da região, exceto na Paraíba, Piauí e Sergipe.

Os principais destinos das importações nordestinas do agronegócio foram Bahia, Pernambuco e Ceará, que foram responsáveis por 80,4% das importações em 2012, 6,3% superior ao ano anterior.

O Complexo soja, os Produtos florestais, o Complexo sucroalcooleiro, as Fibras e produtos têxteis, os Couros, produtos de couro e Papelaria e as Frutas (inclui nozes e castanhas) continuam sendo os principais produtos do agronegócio exportados pelo Nordeste, participando com 88,2% (US\$ 5,5 bilhões) das exportações desse segmento. Embora o valor exportado tenha aumentado, ocorreram algumas perdas em 2012 comparadas ao ano anterior, destacando-se o Complexo sucroalcooleiro (-US\$ 128,6 milhões) e Produtos florestais (-US\$ 106,5 milhões). Em compensação, o Complexo soja aumentou significativamente suas exportações em US\$ 341,6 milhões.

Tabela 12 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2011 e 2012.

US\$ Milhões Dados de janeiro a setembro de cada ano.

Região/Estado	2011			2012		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	189.999,0	166.939,0	23.059,9	180.672,6	165.855,6	14.817,0
Brasil - Agronegócio (b)	70.869,2	12.817,5	58.051,8	62.568,4	10.710,5	51.858,0
Nordeste - Total (c)	13.518,9	17.161,8	-3.643,0	13.711,3	18.267,3	-4.556,0
Nordeste - Agronegócio (d)	6.060,0	2.287,7	3.772,3	5.486,4	1.600,9	3.885,6
Alagoas	818,1	105,1	713,0	697,4	70,7	458,1
Bahia	3.435,3	524,7	2.910,6	3.141,3	510,2	550,8
Ceara	616,8	526,7	90,1	524,5	307,7	109,2
Maranhao	485,9	88,7	397,2	476,9	84,2	24,5
Paraíba	44,5	301,0	-256,5	55,9	97,4	15,1
Pernambuco	343,1	644,8	-301,7	261,7	469,4	-25,7
Piauí	125,9	0,7	125,2	137,2	2,2	21,9
Rio Grande Do Norte	124,5	49,2	75,3	115,9	33,5	48,6
Sergipe	65,9	46,8	19,1	75,5	25,4	23,2
Variação % 2011/2012						
Brasil - Total (a)				-4,9	-0,6	-35,7
Brasil - Agronegócio (b)				-11,7	-16,4	-10,7
Nordeste - Total (c)				1,4	6,4	25,1
Nordeste - Agronegócio (d)				-9,5	-30,0	3,0
Alagoas				-14,8	-32,8	-35,8
Bahia				-8,6	-2,8	-81,1
Ceara				-15,0	-41,6	21,2
Maranhão				-1,8	-5,1	-93,8
Paraíba				25,6	-67,6	-105,9
Pernambuco				-23,7	-27,2	-91,5
Piauí				9,0	230,5	-82,6
Rio Grande Do Norte				-6,9	-31,8	-35,4
Sergipe				14,5	-45,7	21,3
Relações (%)						
b/a	37,3	7,7	251,7	34,6	6,5	350,0
d/c	44,8	13,3	-103,5	40,0	8,8	-85,3
d/b	8,6	17,8	6,5	8,8	14,9	7,5

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012, 2012a, 2012b).

Dos produtos importados do agronegócio, 82,3% (US\$ 1,4 bilhão) está concentrado em 6 grupos de produtos (Tabela 14). O volume importado diminuiu, destacando as Fibras e Produtos Têxteis (-US\$ 323,2 milhões) e o Complexo Sucroalcooleiro (-US\$ 141,8 milhões).

Entre os principais produtos importados e exportados simultaneamente (Tabela 15), o Cacau e seus Produtos obteve queda do

saldo comercial da ordem de 98,6% (de US\$ 135,2 milhões em 2011 para US\$ 1,9 milhão em 2012). Ao contrário, o saldo comercial das Fibras e Produtos Têxteis cresceu mais de seis vezes o seu valor (de US\$ 76,5 milhões em 2011 para US\$ 550,1 milhões em 2012). O saldo comercial total dos principais produtos exportados e importados obteve incremento de 13,6% no período (de US\$ 4,6 bilhões para US\$ 5,2 bilhões)

Tabela 13 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, janeiro a setembro

Produtos		2011			2012			Variação	
		Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% acumulado	Absoluta	%
1	COMPLEXO SOJA	1.631,3	26,9	26,9	1.972,8	31,3	31,3	341,6	20,94
2	PRODUTOS FLORESTAIS	1.359,5	22,4	49,4	1.252,9	19,9	51,1	-106,5	-7,83
3	COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	1.102,4	18,2	67,5	973,9	15,4	66,6	-128,6	-11,66
4	FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	482,3	8,0	75,5	632,7	10,0	76,6	150,4	31,19
5	COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	397,3	6,6	82,1	391,1	6,2	82,8	-6,1	-1,54
6	FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	344,2	5,7	87,7	341,6	5,4	88,2	-2,6	-0,75
7	CACAU E SEUS PRODUTOS	213,9	3,5	91,3	191,7	3,0	91,3	-22,2	-10,37
8	SUCOS	101,4	1,7	92,9	124,3	2,0	93,3	23,0	22,64
9	DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	92,7	1,5	94,5	107,8	1,7	95,0	15,1	16,25
10	CAFÉ	108,9	1,8	96,3	104,7	1,7	96,6	-4,2	-3,82
11	CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1,5	0,0	96,3	61,0	1,0	97,6	59,5	3.940,6
12	PESCADOS	70,4	1,2	97,5	47,7	0,8	98,3	-22,7	-32,19
13	FUMO E SEUS PRODUTOS	30,7	0,5	98,0	30,3	0,5	98,8	-0,4	-1,29
14	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	23,2	0,4	98,3	24,5	0,4	99,2	1,3	5,51
15	PRODUTOS APICOLAS	23,7	0,4	98,7	11,7	0,2	99,4	-12,0	-50,54
16	Outros	76,8	1,3	100,0	37,9	0,6	100,0	-38,9	-50,63
Total		6.060,0	100,0		6.306,7	100,0		246,7	4,07

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012).

Tabela 14 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, janeiro a setembro 2011/2012

Produtos		2011			2012			Variação	
		Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1	CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	813,0	35,5	35,5	733,2	41,5	41,5	-79,8	-9,8
2	CACAU E SEUS PRODUTOS	78,7	3,4	39,0	189,9	10,8	52,3	111,1	141,2
3	PRODUTOS FLORESTAIS	213,5	9,3	48,3	185,2	10,5	62,8	-28,3	-13,3
4	PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	188,4	8,2	56,5	146,5	8,3	71,0	-41,9	-22,2
5	COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	257,4	11,3	67,8	115,6	6,5	77,6	-141,8	-55,1
6	FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	405,8	17,7	85,5	82,6	4,7	82,3	-323,2	-79,6
7	PESCADOS	81,5	3,6	89,1	79,1	4,5	86,7	-2,4	-2,9

Tabela 14 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, janeiro a setembro 2011/2012

Produtos		2011			2012			Variação	
		Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
8	FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	60,2	2,6	91,7	67,2	3,8	90,6	7,0	11,7
9	BEBIDAS	66,8	2,9	94,6	63,4	3,6	94,1	-3,4	-5,1
10	PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	32,2	1,4	96,1	23,1	1,3	95,5	-9,0	-28,1
11	CARNES	34,3	1,5	97,6	20,4	1,2	96,6	-13,9	-40,6
12	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	12,8	0,6	98,1	14,1	0,8	97,4	1,3	10,2
13	DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	7,6	0,3	98,4	10,2	0,6	98,0	2,6	33,8
14	LÁCTEOS	9,9	0,4	98,9	10,1	0,6	98,6	0,2	1,6
15	RAÇÕES PARA ANIMAIS	5,8	0,3	99,1	7,5	0,4	99,0	1,7	29,3
16	Outros	19,8	0,9	100,0	18,1	1,0	100,0	-1,7	-8,8
	Total	2.287,7	100,0		1.766,1	100,0		-521,6	-22,8

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012).

Tabela 15 – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, janeiro a Setembro 2011/2012

Produtos		2011			2012			Variação	
		Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1	COMPLEXO SOJA	1.631,3	35,4	35,4	1.972,8	37,7	37,7	341,6	20,9
2	COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	845,1	18,3	53,7	858,3	16,4	54,1	13,2	1,6
3	PRODUTOS FLORESTAIS	1.145,9	24,9	78,6	1.067,8	20,4	74,5	-78,2	-6,8
4	FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	76,5	1,7	80,3	550,1	10,5	85,0	473,6	619,4
5	COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	389,0	8,4	88,7	385,2	7,4	92,4	-3,7	-1,0
6	FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	284,0	6,2	94,9	274,4	5,2	97,6	-9,6	-3,4
7	CACAU E SEUS PRODUTOS	135,2	2,9	97,8	1,9	0,0	97,6	-133,3	-98,6
8	SUCOS	100,8	2,2	100,0	123,6	2,4	100,0	22,8	22,7
	Total	4.607,7	100,0		5.234,1	100,0		626,4	13,6

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012).

REFERÊNCIAS

AGRAFNP. **Anualpec:** anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2011.

BM&FBOVESPA. **Cotações on line:** boi gordo. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page_type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGl>. Acesso em: 18 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat.** Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Alice web. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.aliceweb2.mdic.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2012a.

_____. Balança comercial: unidades da federação. Brasília, DF, [20--].

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 set. 2012b.

CEPEA. **Agromensal:** açúcar e álcool: informações de mercado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br>> Acesso em: Acesso em 22 out. 2012a.

_____. **Agromensal:** algodão: informações de mercado. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 22 out. 2012b.

_____. **Agromensal:** café: informações de mercado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br>> Acesso em: 12 abr. 2012c.

_____. **Agromensal:** milho: informações de mercado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 22 out. 2012d.

_____. **Agromensal:** soja: informações de mercado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 22 out. 2012e.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. [S.l.]: CEPEA, ago. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/08_agosto/Pecuaria.htm>. Acesso em: 10 out. 2012f.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. [S.l.]: CEPEA, jul. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/07_julho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 10 out. 2012g.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. [S.l.], CEPEA, set. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/09_setembro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 10 out. 2012h.

_____. **CEPEA/leite:** captação no sul avança 7% em junho: preço cai em julho. Piracicaba, 2012.

Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Julho_12.doc>. Acesso em: 10 out. 2012i.

_____. **CEPEA/leite:** oferta segue restrita e preços sobem em setembro. Piracicaba, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea>>.

esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Set_12.doc>. Acesso em: 10 out. 2012j.

_____. **CEPEA/leite: mercado reverte quedas e estabiliza-se em agosto.** Piracicaba, 2012.

Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Ago_12.doc>. Acesso em: 10 out. 2012l.

_____. **Indicador de açúcar cristal CEPEA/ESALQ São Paulo.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 22 out. 2012m.

_____. **Indicador semanal etanol hidratado CEPEA/ESALQ combustível (E.S.P.):** São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em: 22 out. 2012n.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: café, terceira estimativa: setembro 2012.** Brasília, DF, 2012a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira: cana de açúcar, segundo levantamento: agosto 2012.** Brasília, DF, 2012b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos, primeiro levantamento: outubro 2012.** Brasília, DF, 2012c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. **Trading analysis information.** São Paulo, 2012.

IBGE. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes 2010. [S.l.], 2010.** Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/default.shtm>>. Acesso em: 9 set. . 2012a.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: SIDRA: levantamento sistemático da produção agrícola municipal. [S.l.], 2012.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=LA&z=t&o=26>>. Acesso em: 9 set.. 2012b.

3.3 - Produção Industrial do Brasil

A produção industrial brasileira registrou crescimento de 1,5% em agosto de 2012, relativamente ao mês precedente, terceiro resultado consecutivo nesse tipo de comparação. A expansão ocorreu em função dos acréscimos de vinte das vinte e sete atividades pesquisadas, com maiores contribuições de veículos automotores (3,3%), alimentos (2,1%), fumo (35%) e refino de petróleo e produção de álcool (2,5%). (Gráfico 1).

Por categoria de uso, todos os segmentos registraram variação positiva, com destaque para bens de consumo duráveis (3,0%), com aumento acima da média nacional, seguido por bens de consumo semi e não duráveis (0,9%), bens de capital (0,8%) e bens intermediários (0,6%). (Gráfico 2).

O bom desempenho da indústria automobilística já reflete as medidas fiscais adotadas

pelo governo para impulsionar a produção. Com o anúncio do novo regime automotivo (Inovar-Auto) em agosto de 2012, as perspectivas para a indústria automobilística são positivas. De acordo com o governo, o principal objetivo do programa é criar

condições de competitividade e incentivar as empresas a fabricar carros mais econômicos e mais seguros, investir na cadeia de fornecedores e em engenharia, tecnologia industrial básica, pesqui-

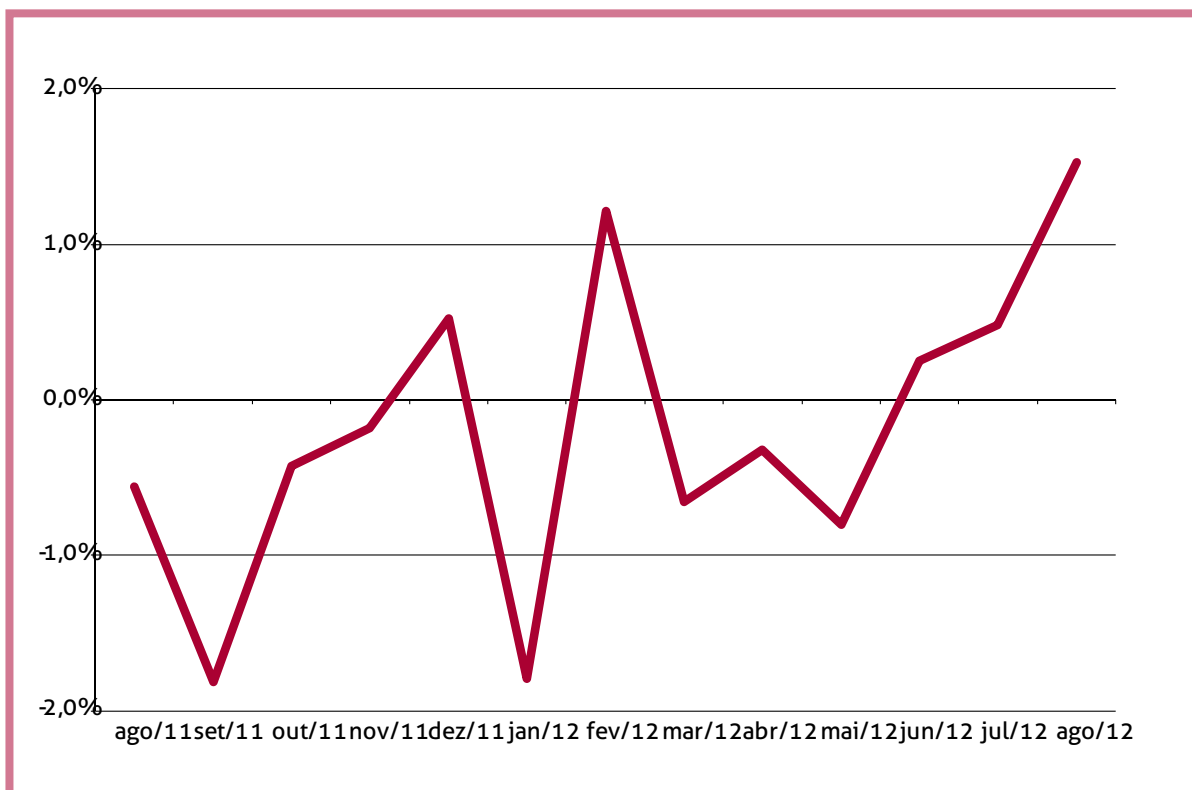


Gráfico 1 – Brasil – Produção Física Industrial, Mês/Mês Imediatamente Anterior – Agosto de 2011 a Agosto de 2012

Fonte: IBGE. (2012a).

sa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores. (BRASIL, 2012).

As empresas que preencherem determinados requisitos serão beneficiadas com um crédito presumido do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) de até 30 pontos percentuais. Entre as metas estabelecidas para se habilitar ao Inovar-Auto, destacam-se:

1) Exigência de eficiência energética dos produtores de automóveis e veículos comerciais movidos a gasolina e/ou etanol. A partir de 2007, os veículos deverão consumir menos combustível do que atualmente.

2) Realização pelas montadoras de veículos comerciais leves movidos a gasolina e/ou etanol de seis das doze etapas fabris necessárias à fabricação de automóveis no País já em 2013. Esse patamar se elevará para sete etapas no biênio 2014/2015 e para oito etapas em 2016 e 2017.

3) Opção por dois dos três requisitos definidos pelo governo visando à capacitação tecnológica: investimento em pesquisa e desenvolvimento, investimento em engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores e participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

4) Flexibilização no tempo das contrapartidas de aquisição de insumos, de dispêndios em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e engenharia e das atividades fabris dos novos investidores. Ou seja, no início de suas operações no País, serão exigidos os parâmetros iniciais do regime automotivo.

Na avaliação do governo, o novo regime automotivo permitirá a geração de emprego e o adensamento da cadeia automotiva, além de proporcionar aos consumidores

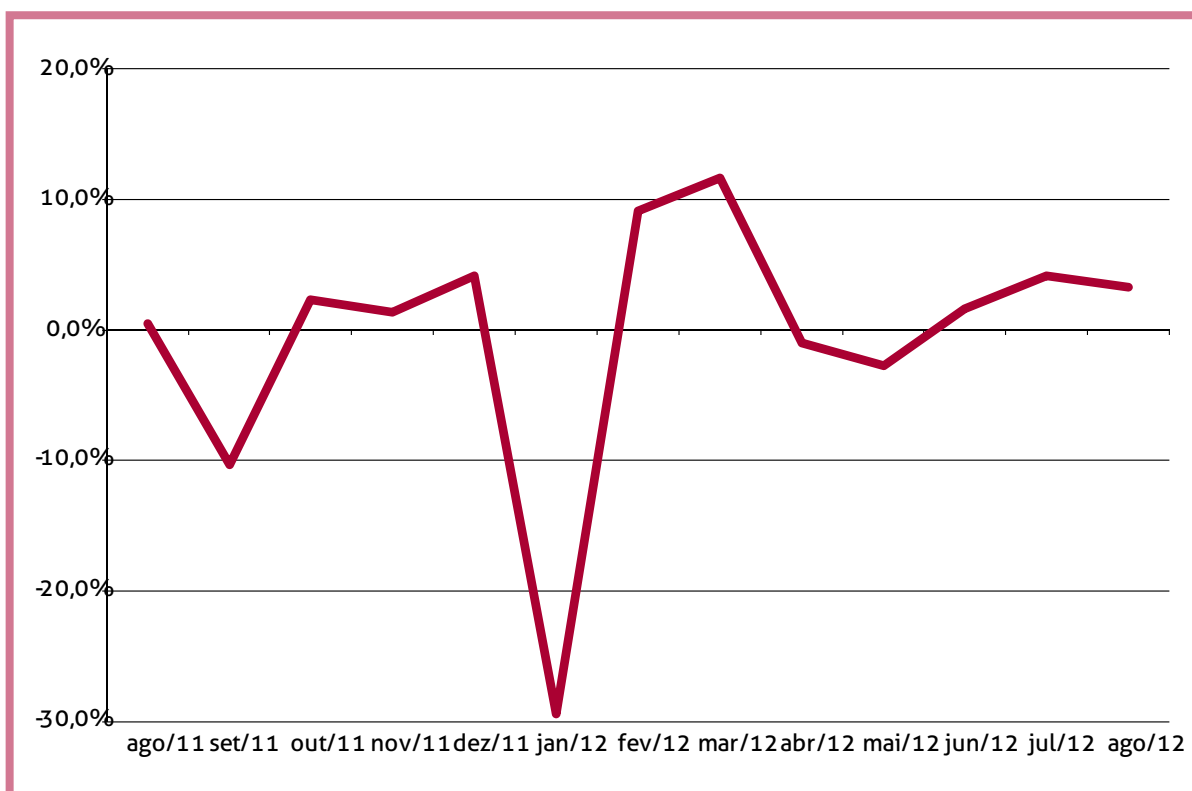


Gráfico 2 – Brasil – Produção da Indústria Automobilística, Mês/Mês Imediatamente Anterior – Agosto de 2011 a Agosto de 2012

Fonte: IBGE (2012a).

produtos modernos, mais eficientes e menos poluentes.

Nas comparações interanuais, os indicadores de produção industrial permanecem negativos. Comparativamente a agosto de 2011, a indústria recuou 2,0%, com dezesseis dos vinte e sete setores investigados apresentando variação negativa. Os ramos de veículos automotores (11,2%) e máquinas e equipamentos (6,6%) exerceram as maiores pressões negativas.

Dentre as categorias de uso, o segmento de bens de consumo duráveis foi o único a apresentar resultados positivos nesse indicador. Por outro lado, o setor de bens de capital registrou queda expressiva de 13,0%. Na sequência, aparecem bens intermediários (-0,5%) e bens de consumo não duráveis (-0,3%).

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, a atividade industrial teve recuo de

3,4%, com dezoito dos vinte e sete ramos assinalando resultados negativos. As maiores influências negativas no índice geral vieram de veículos automotores (-16,3%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-8,4%), alimentos (-2,7%) e metalurgia básica (-4,6%).

A expansão da atividade industrial na ponta nos últimos três meses produziu uma redução do nível de ociosidade. De fato, os dados da Fundação Getúlio Vargas mostram que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria de transformação alcançou 84,9% em setembro de 2012, apresentando incremento de 0,5 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Esse resultado reflete, sobretudo, o aumento de 3,3 pontos percentuais do Nuci do setor de bens de consumo. Vale destacar que esse segmento foi o único a registrar varia-

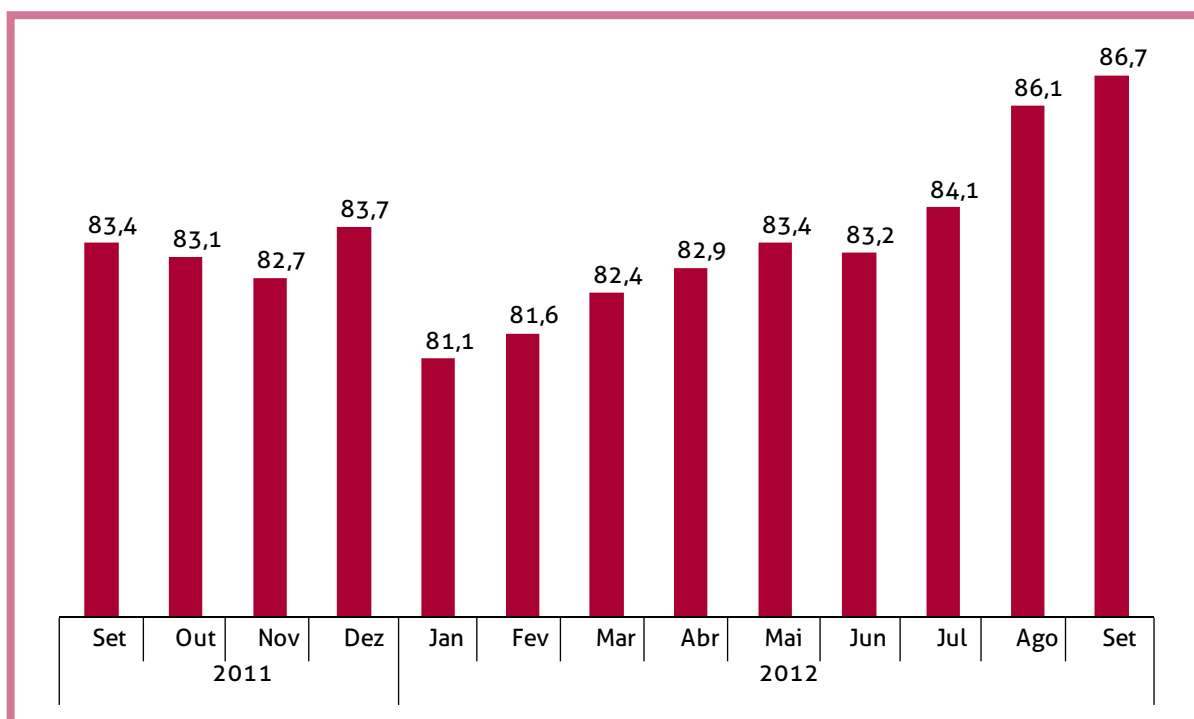


Gráfico 3 – Brasil – Nível de Utilização da Capacidade Instalada do Setor de Bens de Consumo Duráveis. Agosto de 2011 a Agosto de 2012

Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

ção positiva nessa base de comparação, revelando as medidas adotadas para estimular a produção local de indústrias do setor. Em contrapartida, os demais ramos assinalaram aumento no grau de ociosidade, com ênfase para bens de capital. (Gráfico 3).

Em síntese, apesar dos resultados negativos da atividade industrial nas comparações interanuais, constata-se um movimento

de recuperação da indústria brasileira nos últimos meses no indicador mês/mês imediatamente anterior. As medidas adotadas pelo governo federal de estímulos fiscais e monetários, como a queda da taxa Selic e a diminuição da carga tributária para segmentos importantes do setor de bens de consumo duráveis (indústria automobilística e de eletrodomésticos), foram cruciais para essa retomada recente da produção industrial.

3.3.1 – Produção Industrial do Nordeste

A produção industrial do Nordeste registrou estabilidade no mês de agosto em relação a julho de 2012, após mostrar variação positiva por dois meses consecutivos, período em que acumulou crescimento de 1,7%. (Gráfico 4). Nas comparações interanuais, a atividade industrial na Região apresentou um acréscimo de 1,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior e 2,2% no acumulado do ano.

No acumulado janeiro-agosto, seis dos onze ramos investigados assinalaram expansão, sendo mais acentuada no segmento de produtos químicos (9,7%). Vale destacar também os acréscimos nos segmentos de alimentos e bebidas (2,7%) e minerais não metálicos (6,1%). Por outro lado, os ramos de produtos têxteis (-7,2%) e de metalurgia

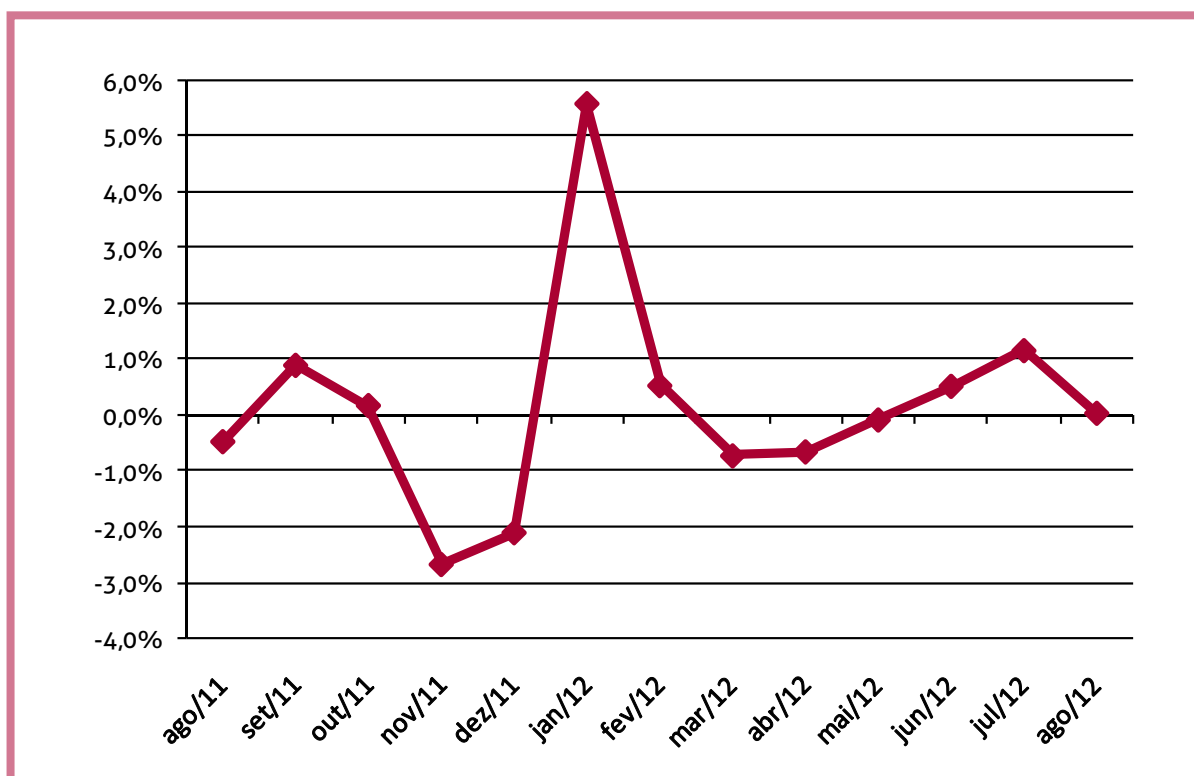


Gráfico 4 – Nordeste – Produção Física Industrial – Agosto de 2011 a Agosto de 2012. Indicador Mês – Mês Imediatamente Anterior

Fonte: IBGE (2012).

básica (-3,6%) apresentaram as maiores retrações. (IBGE, 2012b).

Na indústria química, os bons resultados da região Nordeste seguem a tendência nacional. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a produção nacional de produtos químicos teve um incremento de 4,9% no acumulado dos sete primeiros meses do ano. Já as vendas internas apresentaram um aumento de 8,26%. Vale destacar que esses indicadores apresentaram o melhor desempenho nos últimos cinco anos nessa base de comparação. Em contrapartida, as importações encolheram 12,4% nesse mesmo período, sinalizando um processo de substituição das importações por produção local. (ABIQUIM, 2012).

A produção nacional de produtos químicos poderá registrar um desempenho ainda mais favorável nos próximos meses, em função das medidas protecionistas adotadas

pelo governo no início de setembro com o objetivo de proteger a indústria nacional. O governo elevou a alíquota de importação de cem produtos para até 25%, incluindo petroquímicos e siderúrgicos, o que representa 4% das importações brasileiras. Vale destacar que o aumento da alíquota de importação não afetará os respectivos produtos oriundos do Mercosul. A evolução das importações nos últimos três anos e a capacidade ociosa no País influenciaram decisivamente na elaboração da lista.

No caso do segmento têxtil nordestino, observa-se uma nítida queda da produção industrial no acumulado do ano (-7,2%). Entretanto, os resultados positivos nos últimos dois meses no indicador mensal, após uma sequência de vinte e um meses de resultados negativos, já pode ser o resultado da maturação das medidas do governo associadas com a desoneração da folha salarial, o novo pata-

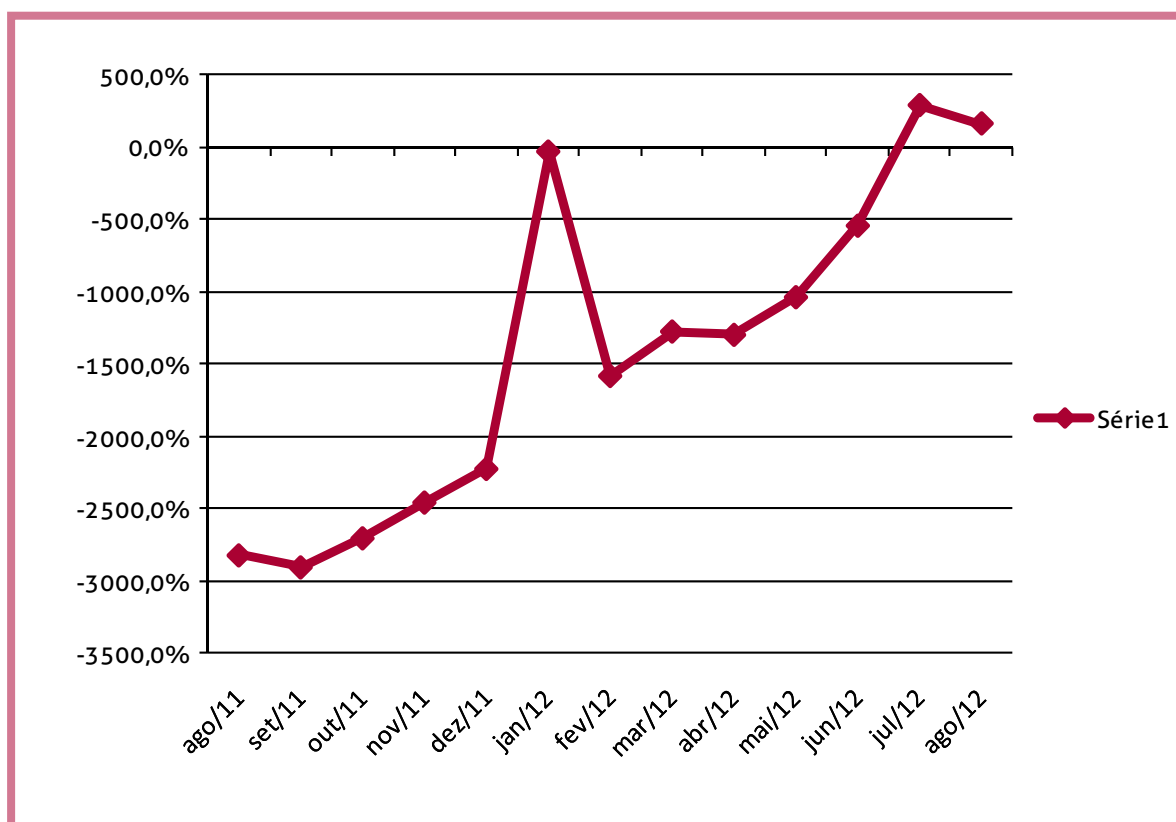


Gráfico 5 – Nordeste – Produção de Produtos Têxteis. Agosto de 2011 a Agosto de 2012 – Indicador Mês Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2012a).

mar do dólar e a elevação de 8% para 20% da margem de preferência a vestuário, calçados esportivos e alguns produtos têxteis da produção nacional nas compras federais. (Gráfico 5).

No segmento de calçados, a reação às medidas do governo ainda é mais evidente. No acumulado janeiro-agosto, a produção industrial desse segmento apresentou uma expansão de 2,7%, na contramão dos resultados da indústria nacional de calçados que acumulou queda de 4,4%. No indicador mensal, constata-se uma sequência de quatro meses de variação positiva, enquanto as importações registraram trajetória descendente. (Gráfico 6).

Já a indústria de vestuário parece não reagir aos estímulos do governo. Constata-se um recuo de 3,7% no acumulado do ano e de 7,9% no indicador mensal. Nesse último indicador, foram apenas dois resultados posi-

tivos entre março de 2011 e agosto de 2012. O resultado na região Nordeste deve-se, em grande parte, ao fraco desempenho do Estado do Ceará, que assinala um recuo de 8,8% nos oito primeiros meses do ano e de 8,1% no indicador mensal. (Gráfico 7).

Esses resultados negativos seguem a tendência nacional. No acumulado janeiro-agosto, a produção industrial do setor de vestuário e acessórios caiu 11,5% em relação ao mesmo mês do ano passado. No indicador mensal, o decréscimo chegou a 7,8%.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), o baixo desempenho, apesar das medidas de incentivo do governo, resulta do forte crescimento das importações. Na avaliação da Abit, a crise econômica engendrou um aumento dos excedentes de vestuário da Ásia, aumentando as vendas para o Brasil. Nesse senti-

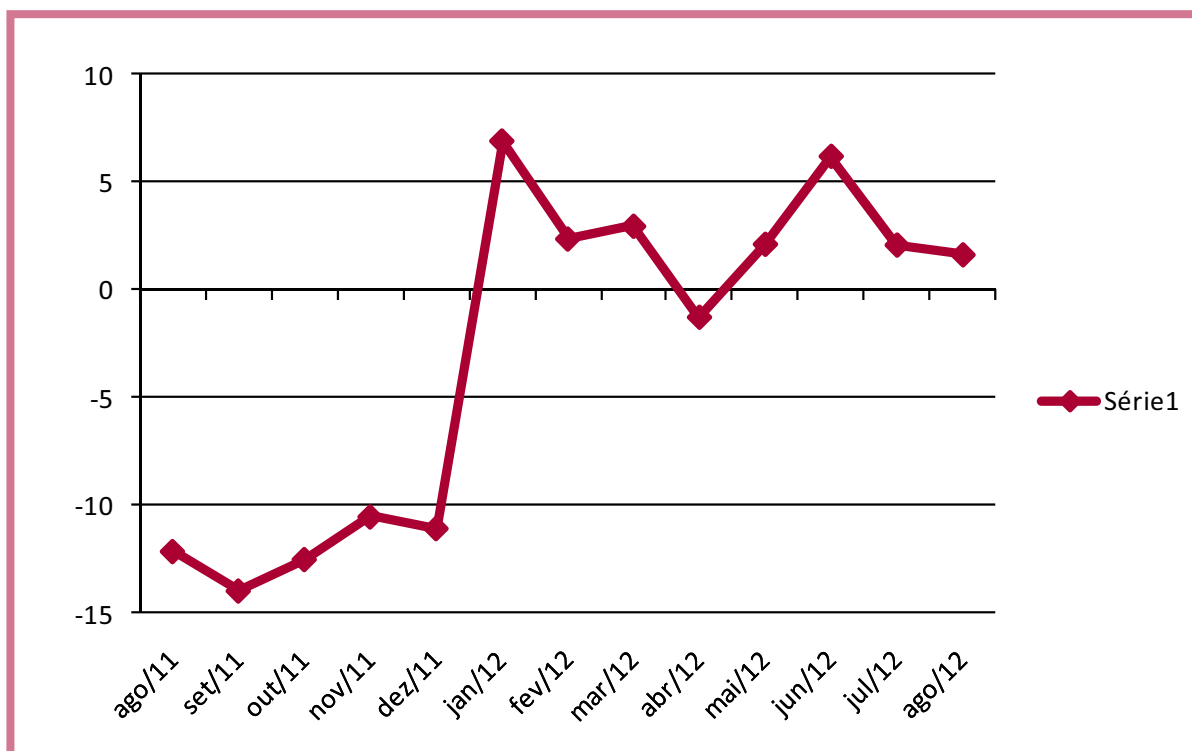


Gráfico 6 – Nordeste. Produção de Calçados e Artigos de Couro. Agosto de 2011 a Agosto de 2012. Indicador Mês Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2012a).

do, a associação protocolou um pedido de investigação de salvaguarda, argumentando que o forte incremento das compras internacionais prejudica sensivelmente a indústria nacional. O setor solicita a implementação de cotas para a importação de 60 produtos de vestuário, o que equivale a 82% do total importado. (LANDIM, 2012).

Nos estados nordestinos investigados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pernambuco e Bahia registraram crescimento no acumulado do ano, enquanto o Ceará assinalou variação negativa. No caso da indústria pernambucana, o aumento foi de 3,8% no acumulado do ano, com incremento em nove das onze atividades pesquisadas. As maiores contribuições foram verificadas nos ramos de metalurgia básica (14,4%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (13,4%) e minerais não metálicos (6,9%).

A Bahia, por sua vez, teve um aumento de 3,1% na atividade fabril entre janeiro e

agosto de 2012, com expansão de seis das nove atividades pesquisadas. Produtos químicos (11,8%), alimentos e bebidas (5,0%), borracha e plástico (10,0%) e celulose, papel e produtos de papel (1,9%) foram os destaques.

Em contrapartida, a atividade industrial no Estado do Ceará decresceu 1,5%, com seis dos dez segmentos pesquisados registrando variação negativa. As maiores retrações foram observadas na indústria têxtil (-13,7%), produtos químicos (-12,7%), produtos de metal (-27,7%) e vestuário e acessórios (-8,7%).

Em síntese, observa-se uma recuperação lenta da indústria nordestina nos últimos meses, apesar das medidas de incentivos à produção industrial do governo federal atingir vários segmentos representativos da matriz industrial da Região. O desempenho ainda insatisfatório da atividade industrial

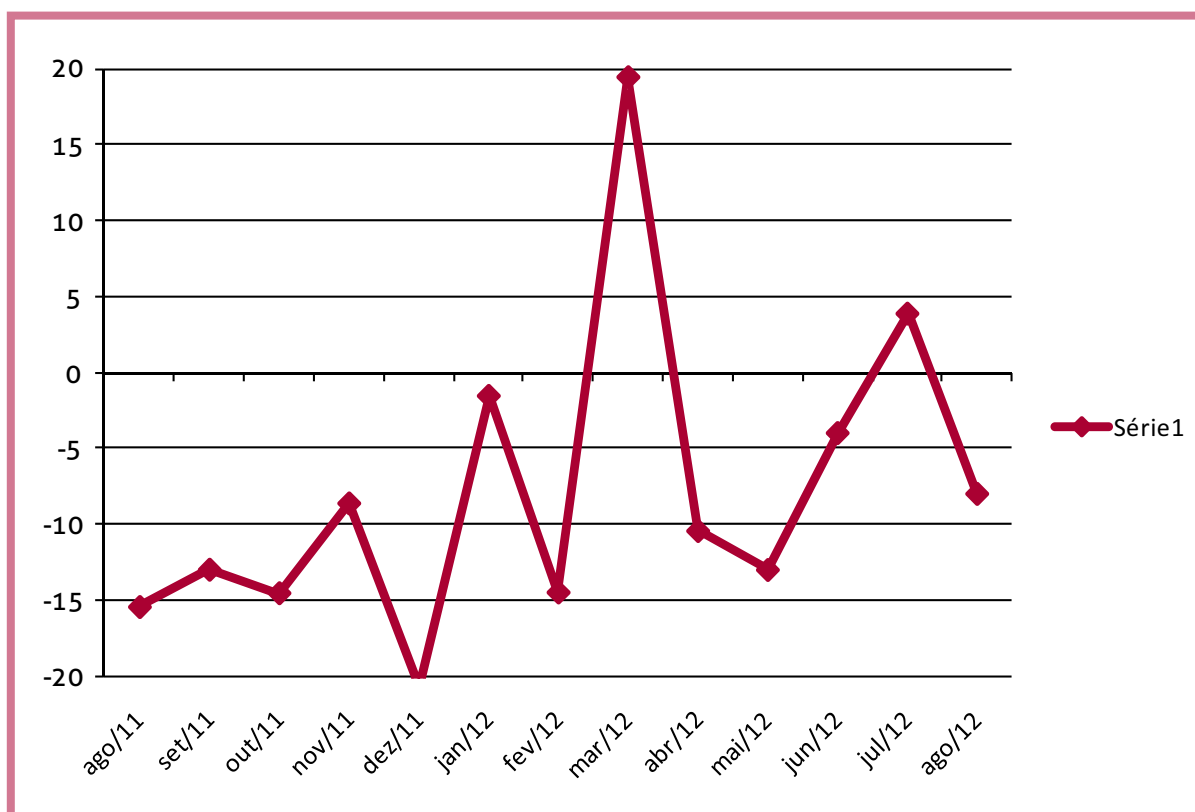


Gráfico 7 – Nordeste – Produção de Vestuário. Agosto de 2011 a Agosto de 2012. Indicador Mês Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2012b).

contrasta com os resultados relevantes do comércio varejista do Nordeste. A expansão do comércio resulta, entre outros fatores, do forte crescimento do salário médio na Região, nos últimos anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base na Pesquisa Nacional por Amostragem

de Domicílios (Pnad) do IBGE, o salário médio do trabalhador nordestino, entre 2008 e 2011, apresentou o maior incremento na comparação com as demais regiões do País. O avanço foi de 10,8%, passando de R\$ 848 para R\$ 940 em dois anos. (IPEA, 2012).

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Relatório de acompanhamento: conjuntural julho de 2012**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/servico/publicacao/livros-cd-e-pdf/35/rac-relatorio-de-acompanhamento-conjuntural>>. Acesso em: 20 out. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados: indicadores econômicos de 27 de dezembro de 2012**. Bra-

sília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Decreto estabelece as regras do Inovar-Auto, novo regime automotivo brasileiro**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia>>.

php?area=1¬icia=11857>. Acesso em: 19 set. 2012.

IBGE. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Industrial Mensal: produção física Brasil: outubro 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br_201210caderno.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012a.

_____. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Industrial Mensal: produção física regional. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/pim-pf>>.

-regional_201210caderno.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012b.

IPEA. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011.** [S.l.], 2012. (Comunicado do Ipea, n. 157). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea157.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

LANDIM, Raquel. Setor têxtil pede barreira à importação. **Global 21**, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/noticias/2019249/1/setor-textil-pede-barreira-a-importacao-raquel-landim>>. Acesso em: 22 out. 2012.

3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil

Pelo terceiro mês consecutivo, em agosto de 2012, o comércio varejista brasileiro apresentou desempenho positivo no volume de vendas em relação ao mês anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2012).

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial varejista. A presente análise do desempenho do comércio baseia-se no conceito de “volume de vendas” da PMC, que representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

A Tabela 1 mostra os resultados do comércio varejista e explicações sintéticas do desempenho de cada um dos grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a taxa global

do varejo (coluna E). Em agosto, o comércio varejista restrito cresceu 0,2% em relação a julho de 2012 e 10,0% em relação ao mesmo mês em 2011; no acumulado de 2012, o crescimento foi de 9,0% no ano e de 7,8% nos últimos 12 meses.

O comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou os seguintes índices de crescimento em agosto: de 2,7% em relação a julho de 2012; 15,7% em relação a agosto de 2011 e, nos acumulados de 2012, de 8,6% no ano e de 6,8% nos últimos 12 meses.

Em geral, os resultados do comércio varejista até agosto de 2012 foram influenciados por medidas governamentais de estímulo à demanda, para compensar as expectativas desfavoráveis do cenário econômico, propiciando a expansão do poder de compra da população: redução do IPI para os produtos

de linha branca e automóveis; redução de taxas de juros e *spreads* bancários; manutenção do crédito. Destaquem-se, ainda, o aumento da massa salarial e da renda e o crescimento do emprego.

Somente três atividades apresentaram desempenho negativo em agosto de 2012, em relação ao mês anterior: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebi-

das e fumo (-1,1%); tecidos, vestuário e calçados (-0,8%); e livros, jornais, revistas e papelaria (-0,2%). Na comparação com agosto de 2011, todas as atividades exibiram crescimento, com destaque para veículos, motocicletas, partes e peças (26,3%), móveis e eletrodomésticos (16,6%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (12,8%).

Tabela 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

Grupos de Atividades	Índices de Desempenho (%) 1					
	A	B	C	D	E	
Varejista Restrito	0,2	10,0	9,0	7,8	38,7	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,1	8,5	8,8	7,2	14,0	Com crescimento acumulado de 9,0% em 2012, o grupo exerce o 2º maior impacto na composição da taxa global de varejo (14,0%), embora abaixo da média nacional, em razão do crescimento do preço dos alimentos acima do índice geral no período de 12 meses.
Móveis e eletrodomésticos	2,5	16,6	14,2	14,2	11,5	Com crescimento acumulado de 14,2% em 2012 e o 3º maior impacto na composição da taxa mensal de varejo (11,5%), esse desempenho se justifica, especificamente, pelo incentivo do governo ao consumo, mediante redução de alíquotas do IPI para a linha branca e queda dos preços dos produtos eletrônicos.
Combustíveis e lubrificantes	0,8	10,1	5,8	3,8	3,4	Com crescimento acumulado de 5,8% e 4º maior impacto na composição da taxa global de varejo (3,4%), o desempenho do grupo abaixo da média global deveu-se, principalmente, ao crescimento dos preços abaixo da média.
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,3	10,4	7,7	5,5	3,3	Com crescimento acumulado de 7,7% e o 5º maior impacto na composição da taxa mensal de varejo (3,3%), esse grupo de atividades, composto por lojas de departamentos, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos etc, foi favorecido em agosto pelo Dia das Pais.
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	1,1	12,8	11,2	10,3	3,1	Com crescimento acumulado de 10,3% em 2012 e o 7º maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo ampliado (3,1%), o desempenho do grupo é explicado, especificamente, pelo caráter essencial de seus produtos.

Tabela 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

Grupos de Atividades	Índices de Desempenho (%) 1					
	A	B	C	D	E	
Tecidos, vestuário e calçados	-0,8	8,3	2,6	1,6	2,1	Com desempenho acumulado de 2,6% e a 8ª contribuição na composição da taxa global de varejo (2,1%), os resultados crescem abaixo da média, mesmo com os preços variando abaixo da inflação, segundo o IPCA.
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	5,3	11,9	15,6	18,8	1,1	Com crescimento acumulado de 15,6% e o 9º maior impacto na composição da taxa global de varejo (1,1%), o desempenho se deveu, especificamente, à ampliação de programas de inserção digital, à queda dos preços dos microcomputadores e aparelhos telefônicos nos últimos 12 meses, segundo o IPCA (-7,1% e -8,8%, respectivamente) e à crescente importância dos produtos de informática e comunicação nos hábitos de consumo das famílias.
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,2	4,0	4,3	3,5	0,1	Com índice de crescimento acumulado de 4,3% e impacto de 0,1% na composição da taxa global de varejo, os resultados refletem a melhoria do poder de compra da população e a sazonalidade.
Varejista ampliado	2,7	15,7	8,6	6,8	61,3	
Veículos, motocicletas, partes e peças	7,7	26,3	7,9	4,8	58,1	Com resultado acumulado de 7,9% e a maior contribuição na composição da taxa global de varejo (58,1%), o desempenho do grupo refletiu, especificamente, as medidas de redução do IPI para a compra de automóveis novos.
Material de construção	3,4	8,5	8,7	7,8	3,2	Com desempenho acumulado de 8,7% e a 6ª maior contribuição na composição da taxa global de varejo (3,2%), o desempenho do grupo reflete os incentivos fiscais do governo através da redução do IPI.

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/ETENE, com base em IBGE (2012).

1) Índices de desempenho (com base no volume de vendas): A) Índice Mês/Mês – maio./abr. 2012, série com ajuste sazonal; B) Índice Mensal – maio 2012/2011; C) Índice Acumulado em 2012; D) Índice Acumulado nos últimos 12 meses; E) Percentual de participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio varejista por região. Considerando o resultado acumulado em 2012 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 1 mostra seis estados nordestinos com desempenho superior ao do Brasil, de 8,6%, com destaque para Alagoas (12,6%), Bahia (11,5%) e Piauí (10,5%). O Rio Grande do Norte continua a registrar o menor crescimento (6,6%) dentre os estados nordestinos.

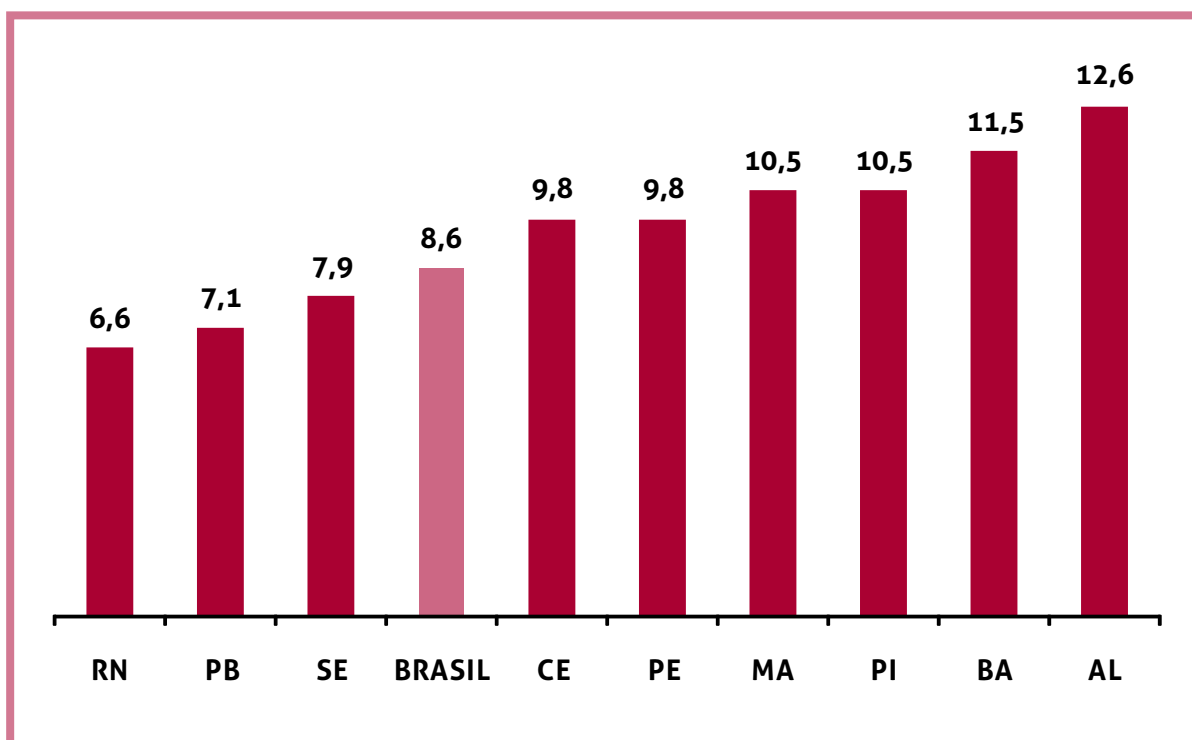


Gráfico 1 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste – Janeiro a Agosto de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/ETENE, com base em IBGE (2012).

Tabela 2 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista na Bahia, Ceará e Pernambuco – Janeiro a Agosto de 2012⁽¹⁾

Atividades	Bahia	Ceará	Pernambuco
Comércio Varejista Restrito	10,3	9,4	10,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	8,3	11,8	34,8
Combustíveis e lubrificantes	6,2	21,6	5,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	32,6	-10,9	11,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,2	6,4	7,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,4	-3,7	14,6
Móveis e eletrodomésticos	13,6	21,1	16,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	17,2	-0,3	18,7
Tecidos, vestuário e calçados	8,4	6,6	7,6
Comércio Varejista Ampliado	11,5	9,8	9,8
Material de construção	7,0	16,2	20,1
Veículos, motos, partes e peças	14,6	9,4	6,3

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/ETENE, com base em IBGE (2012).

⁽¹⁾ Base no ano: igual período do ano anterior = 100.

A PMC fornece a taxa de variação acumulada do comércio por atividade para Bahia, Ceará e Pernambuco. De acordo com a Tabela 2, Bahia se sobressaiu até agora no comércio varejista ampliado, com crescimento de 11,5% em 2012. Os dois grupos

de atividades com melhores resultados em cada estado foram: na Bahia, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (32,6%) e outros artigos e uso pessoal e doméstico (17,2%); no Ceará, combustíveis e lubrificantes (21,6%) e

móveis e eletrodomésticos (21,1%); e, em Pernambuco, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (34,8%) e material de construção (20,1%).

As perspectivas são de continuado crescimento do comércio varejista em 2012, porém moderado, diante da aceleração do consumo nos últimos meses. Em julho, 22,4% da renda média das famílias estavam comprometidos com dívidas, o maior percentual desde 2005, segundo o Banco Central. Todavia, os consumidores parecem dispostos a reverter essa situação, procurando

renegociar suas dívidas juntos aos bancos, no momento em que as taxas de juros atingiram menor nível, reduzindo os indicadores de inadimplência e da qualidade do crédito do consumidor calculados pela Serasa Experian (2012a, 2012b) de agosto para setembro 2012.

Com relação ao Nordeste, as perspectivas são um pouco mais promissoras em relação ao Brasil, porquanto suas três maiores economias – Bahia, Pernambuco e Ceará – exibem taxas de crescimento superiores à do agregado nacional.

REFERÊNCIAS



IBGE. **Pesquisa mensal de comércio: agosto 2012**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2012.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa de inadimplência do consumidor**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2012a.

_____. **Indicador Serasa da qualidade de crédito do consumidor**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2012b.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao mês de setembro, para o agregado das regiões pesquisadas¹, assinalou que a taxa de desocupação² foi de 5,4% em setembro, elevação de 0,1 ponto percentual (p.p.) quando comparado com agosto de 2012, e redução de 0,6 p.p. quando comparado com setembro de 2012 (6,0%). Vale salientar que essa é a menor taxa observada para o mês de setembro desde o início da nova série de apuração iniciada em 2002.

Os resultados para as duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas revelaram que, em setembro, Recife (5,7%) e Salvador (6,2%) registraram taxas de desemprego acima da média nacional, no entanto, também obtiveram as menores ta-

xas para um mês de setembro desde o início da nova série, em 2002. (Gráfico 1). Na comparação com setembro de 2011, Recife assinalou recuo de 0,7 pontos percentuais, enquanto Salvador registrou decréscimo de 2,8 pontos percentuais.

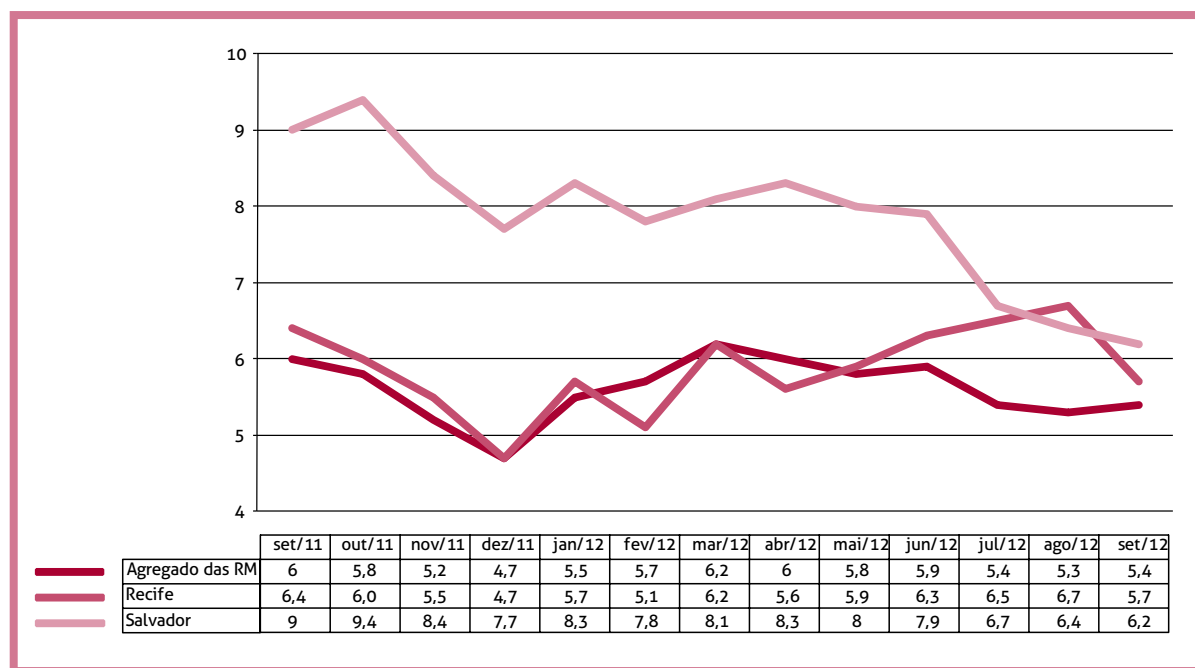


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE (2012).

1 A PME é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

2 A taxa de desocupação é determinada pelo percentual de pessoas desocupadas na semana de referência, em relação à população economicamente ativa. Conforme o IBGE, na PME, as pessoas classificadas como desocupadas na semana de referência são aquelas sem trabalho, mas que estavam disponíveis para assumir uma ocupação nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir uma vaga no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último tiveram nesse período. A metodologia da PME pode ser consultada em IBGE (2012).

Segundo estimativas da PME, a população ocupada nas seis regiões metropolitanas somou, em setembro último, 23,2 milhões de pessoas, acréscimo de 2,3% comparativamente a setembro de 2011, ou seja, incremento de 512 mil ocupados nesse período.

Na Região Metropolitana de Recife, o contingente ocupado em setembro de 2012 foi estimado em 1.623 mil pessoas (49,1% da população em idade ativa), representando incremento de 1,6% frente ao mês anterior. Segundo a pesquisa, 54,8% das pessoas ocupadas pertencem ao sexo masculino, 62,9% têm entre 25 e 49 anos de idade, 60,2% possuem 11 anos de estudo ou mais e 57,2% trabalhavam em estabelecimentos com pelo menos 11 colaboradores.

Na Região Metropolitana de Salvador, a população ocupada em setembro de 2011 foi estimada em 1.841 mil pessoas (52,5% da população em idade ativa), praticamente o mesmo contingente do mês anterior. O sexo masculino predomina ligeiramente entre os ocupados (52,7%), bem como as pes-

soas entre 25 e 49 anos de idade (66,2%) e com pelo menos 11 anos de estudo (64,7%). A PME também revelou que 59,6% dos ocupados trabalhavam em empreendimentos com no mínimo 11 pessoas. (Tabela 1).

Com relação à distribuição setorial da população ocupada, quase não houve alteração entre as atividades nas regiões metropolitanas pesquisadas entre setembro/2012 e setembro/2011. Em termos absolutos, apenas a Indústria e Serviços domésticos apresentaram recuo, na comparação mês mesmo mês do ano anterior. Para o setor industrial, em setembro de 2011, foi estimado em 3.717 mil pessoas ocupadas e, em 2012, 3.707 mil pessoas ocupadas (redução de 0,3%). (Tabela 2). Serviços domésticos, o recuo foi ainda menor, nessa mesma base de comparação, -0,2%.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas em setembro de 2012, estimado em 12,5 milhões de postos de trabalho, corresponde a 49,3% de

Tabela 1 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%). Setembro/2012

População Ocupada (%)	Total das 6 Áreas	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,2	54,8	52,7
Feminino	45,8	45,2	47,3
Faixa Etária			
10 a 14 anos	0,1	0,2	0,3
15 a 17 anos	1,5	1,2	1,1
18 a 24 anos	13,9	13,5	11,8
25 a 49 anos	61,9	62,9	66,2
50 anos ou mais	22,6	22,1	20,6
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,4	2,0	1,6
1 a 3 anos	3,1	4,4	2,7
4 a 7 anos	16,7	18,6	15,3
8 a 10 anos	16,7	14,3	15,6
11 anos ou mais	62,0	60,2	64,7
Tamanho do Empreendimento			
1 a 5 pessoas	31,3	37,8	35,1
6 a 10 pessoas	5,4	5,0	5,3
11 ou mais pessoas	63,4	57,2	59,6

Fonte: IBGE (2012).

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo Grupamento de Atividades. Setembro 2011/2012

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	TODAS 6 RMs		RECIFE		SALVADOR	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	set/11	set/12	set/11	set/12	set/11	set/12
Indústria	16,4	16,0	10,7	11,7	9,6	10,3
Construção	7,7	7,6	6,9	7,7	9,7	9,8
Comércio	18,3	18,7	24,4	23,3	20,9	20,0
Serviços prestados às empresas	16,1	16,0	16,4	15,7	15,2	15,6
Educação, saúde e adm. Pública	16,5	16,5	18,2	18,7	20,1	18,2
Serviços domésticos	6,8	6,7	7,1	7,2	6,9	8,2
Outros Serviços	17,7	17,9	15,9	15,0	16,8	17,2

Fonte: IBGE (2012).

toda a população ocupada. (Tabela 3). Em relação a setembro do ano passado, registrou-se incremento de 3,6%, ou seja, foram inseridos 441 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assinada corresponderam, respectivamente, a 43,6% e 45,3% da população ocupada.

Em Recife, o emprego formal no setor privado experimentou acréscimo de 55 mil contratações com carteira assinada no período setembro 2012/setembro 2011. A informalidade também cresceu nesse período, com o ingresso de 14 mil trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho.

Na Região Metropolitana de Salvador, a informalidade cresceu 13,2% nesse mesmo

período, devido à expansão de 38 mil trabalhadores sem carteira assinada. Já o contingente dos empregados com carteira assinada assinalou aumento de 2,4%, ao incorporar 22 mil novos trabalhadores.

Por fim, vale destacar o comportamento do rendimento médio real habitual da população ocupada no País e nas duas principais regiões metropolitanas nordestinas, no mês de setembro de 2012. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, o rendimento apresentou uma tendência de alta em doze meses no âmbito nacional, com incremento de 4,3%. Já nas regiões do Nordeste investigadas, os resultados foram distintos. Na RM de Recife, o valor de R\$1.301,60 significou um avanço de 12,4% em doze meses. Na RM de Salvador, o rendimento médio chegou a 1.440,20, queda de 3,5% também em doze meses. (Gráfico 2).

Tabela 3 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%). Setembro 2004/2012

Mês/Ano	Todas 6 RM	RM Recife	RM Salvador
Set/04	38,8	31,5	32,8
Set/05	40,1	33,3	33,6
Set/06	41,1	32,1	35,2
Set/07	42,8	37,7	37,9
Set/08	43,9	37,5	38,4
Set/09	44,2	40,6	39,7
Set/10	46,4	40,4	41,2
Set/11	48,7	43,6	46,4
Set/12	49,3	43,6	45,3

Fonte: IBGE (2012).

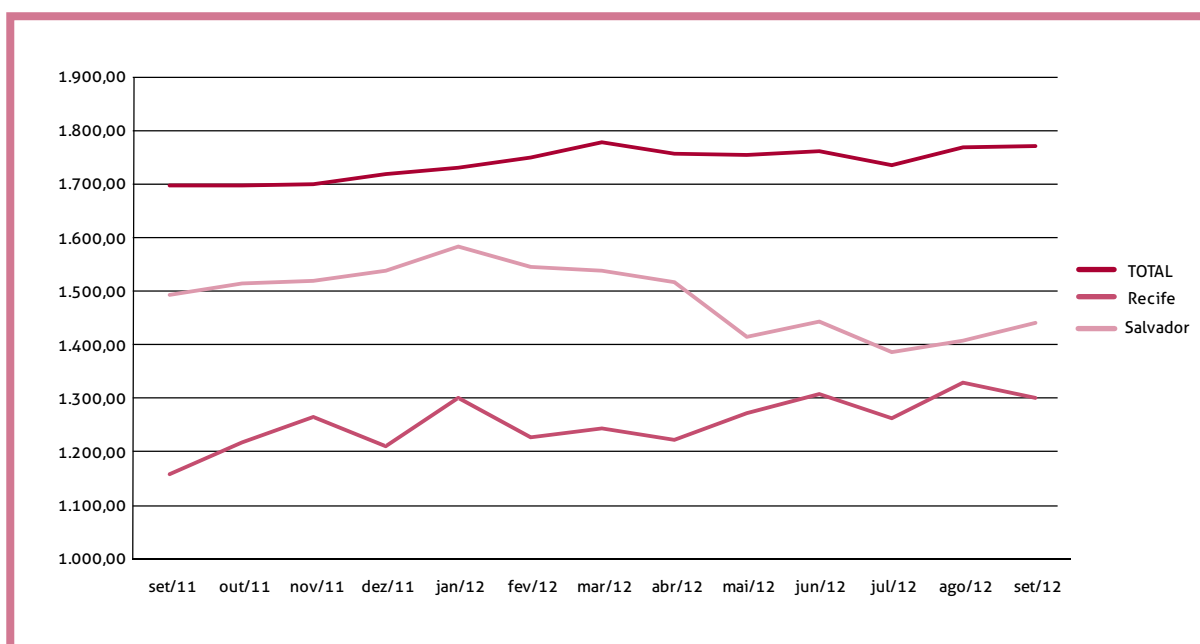


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (Em R\$) – Setembro de 2011 a Setembro de 2012
 Fonte: IBGE (2012).

REFERÊNCIA

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007. (Série Relatórios Metodológicos, v. 23). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Metodologia_da_Pesquisa/srmpme_2ed.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

4.1 – Considerações Adicionais sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um terceiro trimestre positivo, porém, com desempenho inferior ao do mesmo período de 2011. Entre janeiro e setembro de 2012, foram geradas 1.574.216 novas vagas, sendo 150.334 apenas no mês de setembro. Esse resultado vem confirmando a tendência de queda, na comparação com 2011, quando o acumulado janeiro – setembro registrou saldo de 2.079.188 e, no mês de setembro, 209.078 postos de trabalho. (Gráfico 1).

A Tabela 1 apresenta o acumulado janeiro – setembro, Nacional e Regional, discriminados setorialmente. No total brasileiro, o setor Serviços é responsável por 42% de todos os empregos gerados no período, seguido pela Construção Civil 17% e Indústria de Transformação, 16%. Entre as regiões, Su-

deste lidera com 53% do saldo nacional. O Nordeste apresentou franca evolução desde a análise feita na Revista Conjuntura Econômica número 33, onde havia apresentado o pior resultado entre as regiões, com apenas 2,6% do saldo nacional, para o período acumulado até setembro a participação saltou

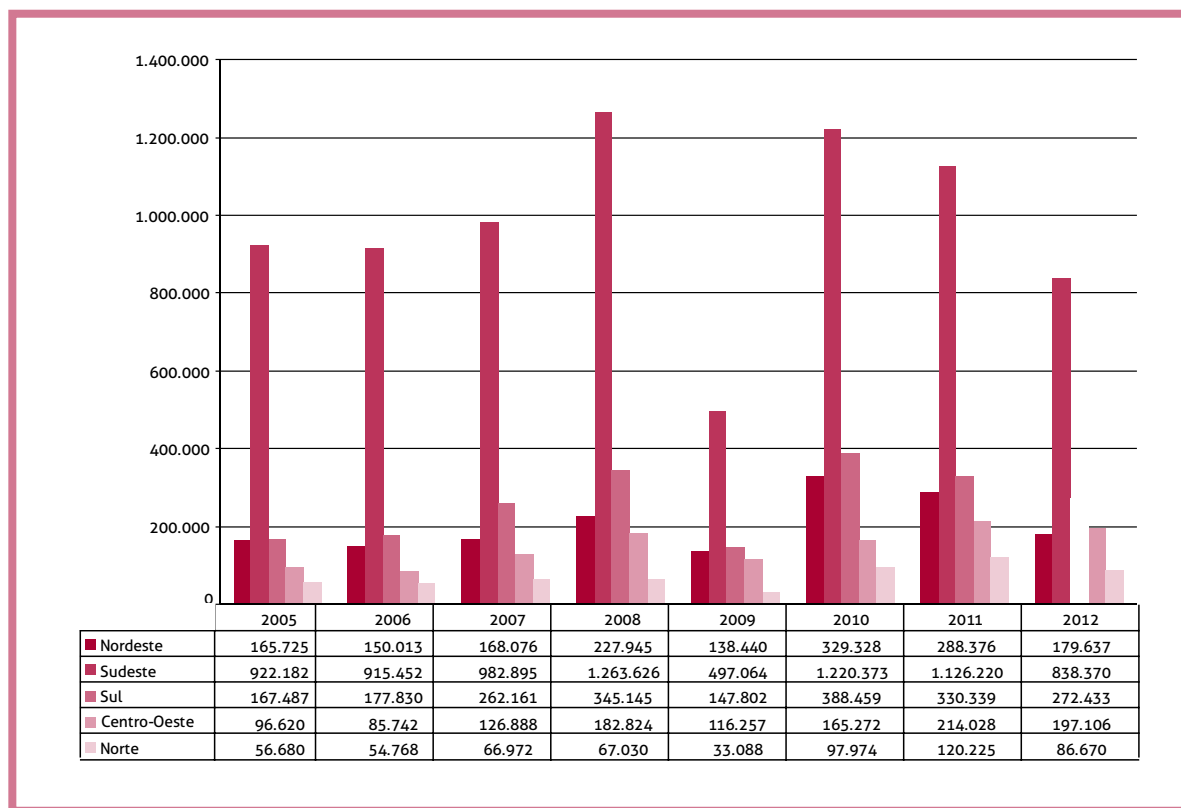


Gráfico 2 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Setembro de 2005 a Setembro de 2012

Fonte: Elaboração Própria da Equipe Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012).*

para 11,4% do total nacional, ultrapassando a região Norte (5,5%). Ainda sobre o Nordeste, no acumulado do ano a Indústria de Transformação ainda apresenta saldo negativo, (-2.516) postos de trabalho, embora na análise mensal, a Região tenha apresentado o melhor resultado do país, com 42.405 novos postos de trabalho, o que representou 64% do total nacional, para o mês de setembro. Serviços e Construção Civil apresentaram no acumulado do ano, saldos positivos de 95.459 e 37.699 novos postos de trabalho, respectivamente, esses dois setores, juntos, representam 60,2% de todo o saldo positivo da Região. (Tabela 1).

O Gráfico 3 apresenta a tendência mensal na geração de empregos celetistas para a região Nordeste. Historicamente, os efeitos sazonais são responsáveis pela queda do saldo no primeiro semestre do ano, retomando as contratações a partir de abril. O mês de setembro configura como sendo o que apresenta melhor desempenho no ano, pois, a partir de outubro, a tendência é de eliminação de emprego principalmente na Indústria.

Numa análise da evolução nos últimos doze meses, percebe-se que setembro de 2012 está abaixo do resultado obtido no mesmo período de 2010. Como os meses finais não repercutem positivamente no saldo

final do ano, a expectativa é que, em 2012, o saldo da Região não ultrapasse 200 mil novos postos de trabalho. Como retrospecto temos que, a partir de novembro a geração de emprego diminui, chegando a ficar negativa em dezembro, por conta do término de contratos temporários na Indústria, no Comércio e no setor de Serviços. Esse ciclo constante é identificado na análise de anos anteriores. Um ponto positivo na análise mensal foi o ótimo desempenho nordestino no cenário nacional, a Região obteve o melhor desempenho entre as regiões, com 71.246 novos postos, o Nordeste foi responsável por 47% do saldo nacional.

Entre os estados nordestinos, todos apresentaram saldo positivo no mês de setembro, com destaque para Alagoas, responsável por 27.572 novos vínculos empregatícios, ou 39% de participação no contexto regional. Já no acumulado do ano, apenas Alagoas permanece ostentando saldo negativo em 2012 (-7.974 postos de trabalho), situação bem diferente da apresentada no mesmo período de 2011, quando o Estado apresentou saldo positivo de 10.997 empregos celetistas. Na comparação, acumulado no ano, 2011/2012, apenas o Rio Grande do Norte e Piauí obtiveram resultados superiores no corrente ano. (Tabela 2).

Tabela 4 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Setembro 2012

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	12.901	256.961	13.260	273.922	178.175	667.166	35.253	136.578	1.574.216
Nordeste	1.058	-2.516	392	37.699	30.224	95.459	1.847	15.474	179.637
Norte	2.509	5.652	281	27.154	13.909	34.046	-932	4.051	86.670
Sudeste	6.469	130.473	7.620	142.582	80.949	360.956	25.641	83.680	838.370
Sul	976	76.764	1.357	33.274	35.537	112.364	7.938	4.223	272.433
Centro-Oeste	1.889	46.588	3.610	33.213	17.556	64.341	759	29.150	197.106

Fonte: Brasil (2012).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

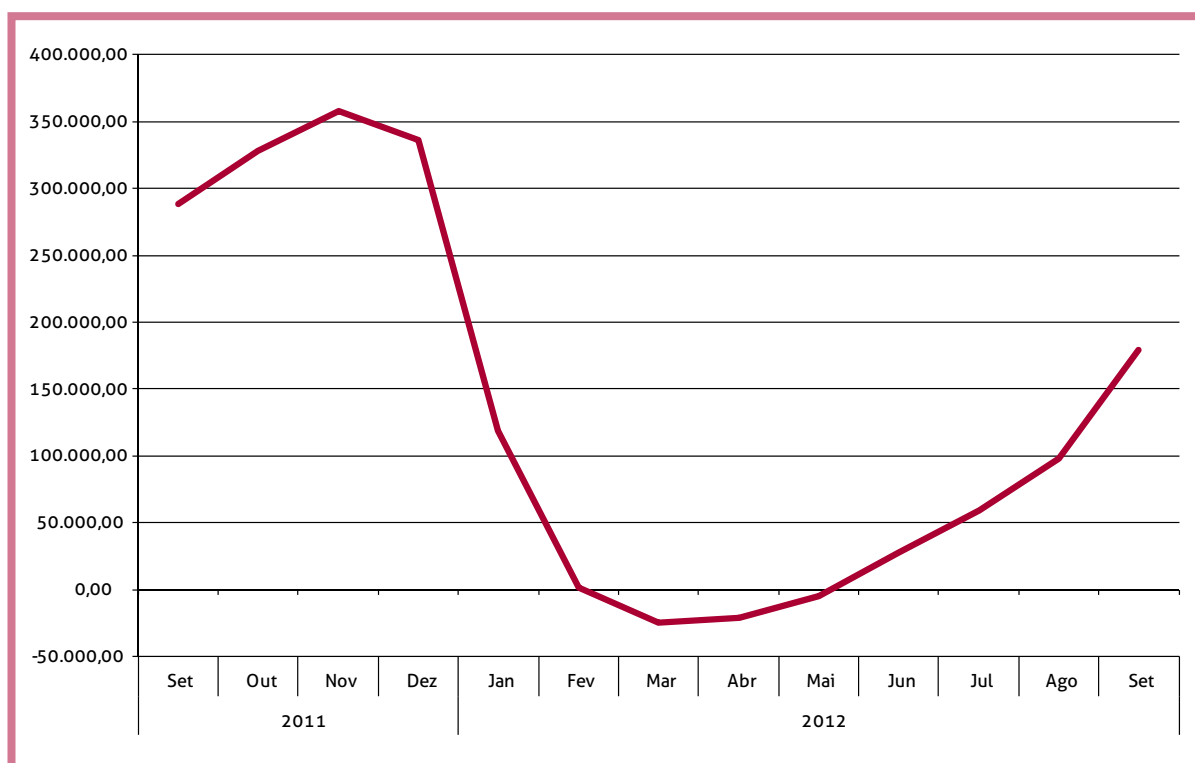


Gráfico 3 – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal) – Set./2011 a Set./2012 (Saldo)

Fonte: Elaboração Própria da Equipe Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012).*

Tabela 5 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2011 e 2012

Estados	Resultado Mensal Setembro		Acumulado no Ano (Janeiro - Setembro)	
	2011	2012	2011	2012
Brasil	209.078	150.334	2.079.188	1.574.216
Nordeste	89.424	71.246	288.376	179.637
Alagoas	31.937	27.572	10.997	-7.974
Bahia	3.025	3.479	80.036	45.659
Ceará	8.604	8.826	49.434	33.650
Maranhão	3.759	1.832	22.329	16.556
Paraíba	3.833	3.616	15.513	14.455
Pernambuco	27.766	18.890	73.331	44.718
Piauí	1.284	214	10.407	11.497
Rio Gde. Do Norte	4.567	5.283	10.736	12.433
Sergipe	4.649	1.534	15.593	8.643

Fonte: Brasil (2012).

Todos os setores na Região apresentaram desempenho positivo no acumulado do ano, com exceção da Indústria de Transformação, como observado anteriormente. Embora tenha apresentado uma forte recuperação em setembro, com forte participação da Indús-

tria de Bebidas de Alagoas e Pernambuco, ainda não foi suficiente para mudar o quadro negativo acumulado ao longo de 2012.

Entre os resultados positivos, se destacam Bahia, Pernambuco e Ceará, participação no saldo nordestino na ordem de 25,4%, 24,9%

e 18,7%, respectivamente. Apenas esses três estados foram responsáveis por 79,9% do saldo total da Região.

Já o setor Serviços, com 95.459 novos empregos celetistas e Comércio com 30.224 postos de trabalho, apresentaram saldo

positivo em todos os estados da Região. A Construção Civil, com 37.699 postos de trabalho, mantém-se como segundo maior empregador formal da Região, mesmo apresentando resultado negativo no Estado de Alagoas. (Tabela 6).

Tabela 6 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Setembro de 2012 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	-12	-11.143	-10	-1.707	1.324	3.599	74	-99	-7.974
Bahia	423	5.107	-455	8.553	6.323	19.891	334	5.483	45.659
Ceará	108	5.598	95	1.170	4.662	20.248	597	1.172	33.650
Maranhão	206	1.805	-160	-113	4.727	7.426	462	2.203	16.556
Paraíba	27	1.545	160	4.719	2.055	7.929	204	-2.184	14.455
Pernambuco	60	-5.127	401	13.892	6.049	20.844	19	8.580	44.718
Piauí	90	1.174	221	3.211	1.559	4.135	-19	1.126	11.497
Rio Gde. do Norte	73	-1.357	117	3.679	2.852	6.075	1	993	12.433
Sergipe	83	-118	23	4.295	673	5.312	175	-1.800	8.643
Nordeste	1.058	-2.516	392	37.699	30.224	95.459	1.847	15.474	179.637

Fonte: Brasil (2012).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução de emprego do CAGED - EEC. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 24 out. 2012.

5 - SETOR EXTERNO

O cenário global para o comércio em 2012 revela-se pouco auspicioso. A Organização Mundial do Comércio (OMC) projeta crescimento do volume das exportações de países desenvolvidos em torno de 1,5% e 3,5% para economias emergentes. Assim, a expansão do comércio, em 2012, é estimada em 2,5% e, em 2013, 4,5%. Para dimensionar o desaquecimento dos fluxos de bens mundiais, basta comparar com a taxa média anual de variação do comércio global dos últimos vinte anos: 5,4%. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2012).

A crise financeira internacional, cujo ano de 2008 é o marco inicial do atual descenso do ciclo econômico mundial, também acarretou, além da redução da taxa de crescimento do comércio, a introdução de medidas de restrição ao livre fluxo de mercadorias. Em quatro anos, contados a partir de outubro de 2008, a OMC já contabiliza que 3,5% das importações mundiais sofreram novas restrições de comércio implementadas pelas economias do G-20. Muito embora várias destas ações sejam consideradas como provisórias, é sabido que os prazos de seus efeitos tendem a se expandir, em especial, quando as condições macroeconômicas gerais se deterioram. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2012).

Os setores mais intensamente afetados pelas restrições de comércio foram: máquinas elétricas, óleos minerais e combustíveis, fertilizantes, produtos químicos, aparelhos mecânicos e plásticos.

A análise da balança comercial brasileira revela que o País foi atingido pela queda do dinamismo do comércio internacional. Até setembro de 2012, as exportações brasileiras somaram o montante de US\$ 180,6 bilhões, representativos de queda de 4,9%

na comparação com o mesmo período de 2011. As importações (US\$ 164,8 bilhões) também registraram declínio (-1,2%), sendo este comportamento indicativo do desaquecimento da economia interna¹.

Ressalte-se que o impacto sobre o comércio exterior brasileiro só não foi ainda maior em virtude da desvalorização efetiva (13%) acumulada da moeda nacional registrada entre agosto 2011 a agosto de 2012 (IPEADATA, 2012), que compensou, parcialmente, o desaquecimento da economia mundial.

A União Europeia continua como foco central desta redução do crescimento mundial. A Comissão Europeia reduziu sua previsão de incremento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2012, para a Alemanha (passou de 1,7% para 0,8%), França (caiu para 0,2%) e Reino Unido (estima-se queda de 0,3%). O menor crescimento acaba por comprometer indicadores fiscais como a relação dívida/PIB dos governos, tornando as economias do Velho Continente mais suscetíveis a choques externos. (UNIÃO EUROPEIA..., 2012).

No Nordeste, de janeiro a setembro de 2012, a trajetória das vendas ao exterior (US\$ 13,7 bilhões) e das compras do estran-

1 Vale frisar que, desde 2003, à exceção do ano de 2009, quando a economia brasileira sentiu mais fortemente os impactos da atual crise financeira mundial, as importações do país apresentaram taxas de variação positiva.

geiro (US\$ 17,9 bilhões) foi ascendente; tanto os valores exportados (1,2%) como os importados (4,2%) aumentaram relativamente a igual período de 2011.

A Região permaneceu com a pauta concentrada tanto no que se refere a produtos (Vide Gráfico 1) como em principais empresas exportadoras. Petrobrás (US\$ 1.709,0 milhões); Braskem (US\$ 894,7 milhões); Bunge Alimentos (US\$ 639,3 milhões); Bahia Sul Celulose (US\$ 573,0 milhões); Cargill Agrícola S. A. (US\$ 563,8 milhões); Vale S.A. (US\$ 487,4 milhões); Estaleiro Atlântico Sul S.A. (US\$ 404,8 milhões); Veracel Celulose S.A. (US\$ 374,9 milhões); Paranapanema S.A. (US\$ 333,8 milhões) e Bahia *Specialty Celu-*

lose S.A. (US\$ 300,8 milhões) somaram mais de 45% do total exportado pela Região.

Os cinco principais produtos exportados pelo Nordeste foram: soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 1.650,7 milhões); *fuel oil* (US\$ 1.459,4 milhões); pasta química de madeira não conífera (US\$ 883,8 milhões); outros açúcares de cana (US\$ 663,4 milhões) e alumina calcinada (US\$ 538,1 milhões).

Permaneceram como principais países de destino dos produtos da Região, os Estados Unidos com US\$ 1.796,2 milhões; China (US\$ 1.605,9 milhões); Holanda (US\$ 1.312,4 milhões); Argentina (US\$ 1.033,2 milhões) e Antilhas Holandesas (US\$ 844,6 milhões).

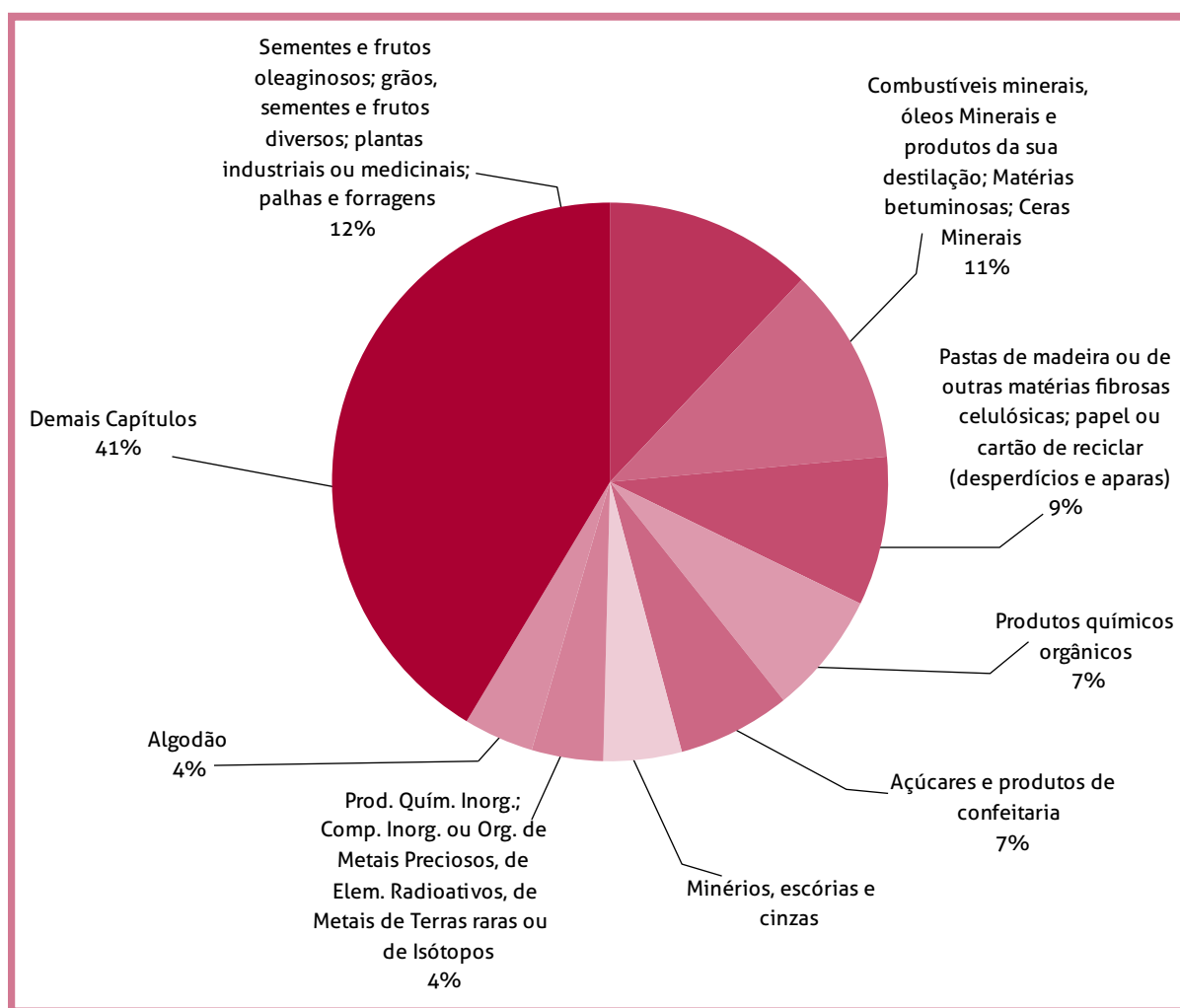


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

Ressalte-se o comportamento das exportações para a Argentina que apresentaram decréscimo de 31,5% em virtude da menor atividade econômica naquele país e, em alguns setores específicos, por dificuldades na liberação da entrada de bens na Argentina.

No tocante às importações regionais, verifica-se que, dentre os cinco principais produtos importados, quatro são combustíveis ou oriundos da indústria petroquímica. O maior montante importado foi decorrente de óleo diesel (US\$ 3.001,9 milhões); sendo seguido por outras gasolinas, exceto aviação (US\$ 1.607,9 milhões); naftas para petroquímica (US\$ 978,3 milhões); automóveis (US\$ 697,1 milhões) e querosenes de aviação (US\$ 526,5 milhões).

As importações nordestinas têm sua origem predominante em países asiáticos (exceto Oriente Médio) com 26,4% de par-

ticipação no total. União Europeia (18,3%) e Estados Unidos (15,8%) também foram destaques como proveniência das importações regionais.

A análise do comportamento do fluxo comercial de cada estado esclarece, com mais detalhes, o desempenho da balança comercial da região Nordeste.

Alagoas

O Estado de Alagoas registrou superávit em sua balança comercial da ordem de US\$ 402,2 milhões, resultado de US\$ 702,4 milhões de exportações e US\$ 300,2 de importações.

As exportações alagoanas caíram, até o terceiro trimestre de 2012, 14,9%, relativamente aos nove meses iniciais de 2011; enquanto as importações expandiram-se em 1,4%.

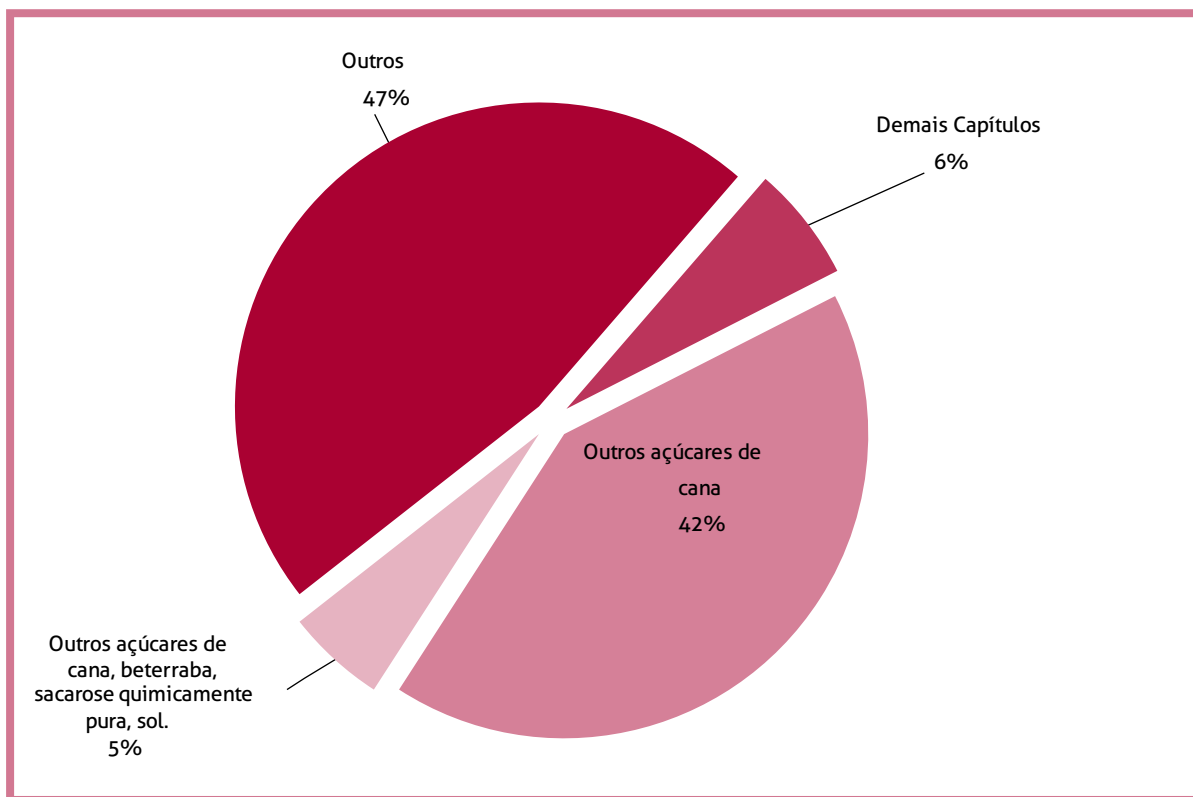


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

O exame das exportações alagoanas revela que a pauta é alicerçada no setor sucro-alcooleiro, sendo as cinco principais empresas exportadoras usinas de açúcar/álcool: Coopertrading (41,9% do montante exportado); Usina Caeté S.A. (14,9%); S.A. Usina Coruripe (12,3%); Central Açucareira Santo Antônio (7,1%); e Sucden do Brasil Ltda. (6,7%).

Os principais países compradores dos produtos alagoanos foram: Rússia, com 17,9% do total das exportações, Canadá (11,2%) e Egito (8,3%). Cumpre destacar o crescimento das vendas externas para a África do Sul (aumento de 555%). Este país é o segundo maior consumidor de energia no continente africano e a introdução da mistura de 10% de etanol à gasolina (E-10), a ser cumprida a partir de dezembro de 2012, gera a tendência de incrementos de venda para aquele país, já que a indústria sucroenergética local tem oferta inferior à demanda interna.

Ressalte-se, ainda, que a incorporação de etanol à gasolina é política adotada em outros países africanos, como Moçambique (E-10), Angola (E-10), Sudão (E-5) e Etiópia (E-5). Desta forma, abre-se espaço não somente para as vendas de etanol naquele continente, mas também para exportação de conhecimento sobre a produção de cana-de-açúcar (já que há condições agroclimáticas favoráveis à cultura), máquinas e equipamentos. (ADOÇÃO..., 2012).

Bahia

As exportações baianas, no valor de US\$ 8.111,8 milhões, registraram queda (-0,2%) no período em análise, comportamento similar (-0,9%) ao das importações no valor de US\$ 5.720,1 milhões. Desta maneira, a Bahia teve superávit de US\$ 2.391,7 milhões.

No tocante à classificação dos setores de contas nacionais, observou-se que as importações baianas foram de insumos indus-

triais (36,1%); combustíveis e lubrificantes (22,0%); bens de consumo duráveis (15,3%); bens de capital (exceto equipamento de transporte de uso industrial; 13,2%); alimentos e bebidas destinados à indústria (7,1%); equipamentos de transporte de uso industrial (2,3%); peças e acessórios de equipamentos de transporte (2,1%) e bens de consumo não duráveis (1,9%).

O setor de maior expansão dentre os importados foi o de bens de consumo duráveis (15,7%), destacando-se a importação de automóveis, que foi o segundo produto, em termos de valor, das importações do Estado.

Uma investigação das exportações assinala, dentre os principais capítulos da NCM exportados, o capítulo algodão (US\$ 473,4 milhões) como o que teve o maior aumento das receitas (50%). Atualmente, a Bahia é o segundo maior estado exportador de algodão em pluma no Brasil, sendo ultrapassada por Mato Grosso. Isto a torna relevante no mercado mundial, já que o Brasil é o terceiro maior exportador de algodão em pluma, atrás apenas dos Estados-Unidos e da Austrália. (NOVO RECORDE, 2012).

Por outro lado, o maior declínio de receitas, dentre os principais capítulos exportados pelo Estado, foi verificado no capítulo "pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas)" com exportações de US\$ 1.184,6 milhões e 6% de queda face os nove meses iniciais de 2011. Este comportamento é resultado da queda dos preços internacionais, decorrente do aumento dos estoques mundiais, tendência já antecipada em BNB Conjuntura Econômica, nº 33.

Outro decréscimo de receitas foi verificado no segmento de automóveis, cujas vendas somaram mais de US\$ 239 milhões, com redução de receitas de 32%, no compa-

rativo janeiro-setembro de 2012 em relação ao mesmo período de 2011. De fato, a demanda de bens de consumo duráveis apresenta maior sensibilidade às variações da renda. O desaquecimento mundial acabou por impactar na produção de automóveis da Ford Nordeste, que declinou 16% no período janeiro-agosto de 2012 *vis-à-vis* igual intervalo de 2011.

Há expectativa, contudo, de melhoria deste quadro, inclusive com previsão de dois investimentos na indústria automobilística baiana a serem realizados em 2013. A planta da Ford em Camaçari deverá experimentar processo de expansão e reno-

vação com o lançamento de automóveis e veículos comerciais globais, ampliando sua capacidade produtiva para 300 mil veículos/ano. Espera-se, ainda, que a instalação da fábrica JAC Motors e da Foton Motors do Brasil, ambas de origem chinesa, possam aumentar a escala de produção da indústria automobilística local e, com isto, induzam a expansão do parque fornecedor de autopeças. (FIEB, 2012).

O principal país comprador dos produtos baianos foi a China (14,0%), sendo seguida pelos Estados Unidos (12,7%), Antilhas Holandesas (10,4%), Argentina (9,9%), Holanda (7,8%) e Alemanha (4,9%).

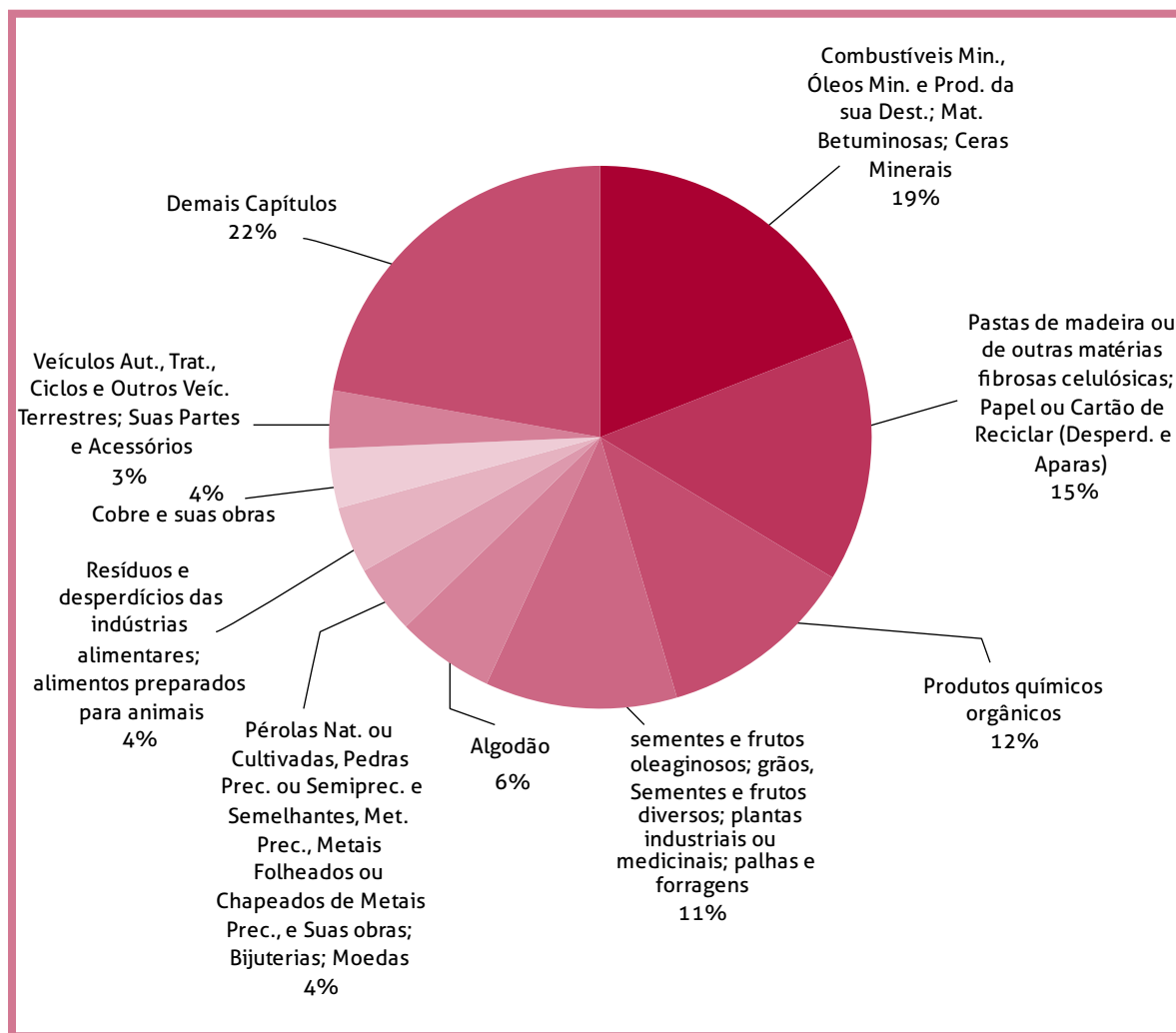


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

Ceará

No acumulado do ano, até setembro, o Ceará apresentou déficit da balança comercial de US\$ 918 milhões. Foram exportados US\$ 924,2 milhões, que significou declínio de 9,7% face igual período de 2011. Já as importações (US\$ 1.842,2 milhões) tiveram aumento de 6,2%.

As importações cearenses centraram-se em bens intermediários (57,1%), principalmente insumos industriais; destacaram-se também bens de capital (23,1%), seguido por combustíveis e lubrificantes (12,3%) e bens de consumo (7,5%).

As principais empresas importadoras do Estado, até setembro de 2012, foram: Petrobrás (12,1%), Aço Cearense Industrial (12,0%), M. Dias Branco S. A. (6,9%), Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. (5,0%), Porto do Pecém Geração de Energia S. A. (4,5%) com a origem das compras sendo predominantemente da China (19,7%), Estados Unidos (11,9%) e Argentina (9,8%).

No que se referem às exportações, as principais empresas foram do ramo de calçados e/ou couros. Sobressaíram-se: Cascavel Couros Ltda. (13,4%), Grendene S. A. (13,3%) e Paquetá Calçados Ltda. (7,3%).

O capítulo calçados, polainas e artefatos semelhantes foi o que gerou maior montante de divisas para o Estado, US\$ 243,5 milhões, ainda que tenha registrado queda de 7% das receitas de exportações, face mesmo período de 2011. Houve incremento na quantidade de pares de calçados vendidos (6,5%), entretanto, o valor médio do par caiu em torno de 15%, de US\$ 8,15 para US\$ 6,89.

Frutas cascas de cítricos e de melões (US\$ 177,5 milhões) foi capítulo que agregou dois principais produtos: castanha de caju (US\$ 120,6 milhões) e melões frescos (US\$ 36,5

milhões) que tiveram variação de receitas respectivas de -7% e 18%.

Sobre o melão, cumpre sublinhar, que os produtores brasileiros de melão são beneficiados pelo Sistema Generalizado de Preferências (SGP) que concede acesso privilegiado ao mercado norte-americano e a países em desenvolvimento, com isenção de tarifas (que são de 28% para os melões) no período de dezembro a maio. Atualmente, busca-se a expansão desta isenção para os meses de agosto a janeiro. O Ceará e o Rio Grande do Norte, já têm aprovação fitossanitária para exportar para os EUA, já que são áreas livres da mosca da fruta e seriam diretamente beneficiados em caso de sucesso nestas negociações. (BRASIL TENTA AJUSTAR..., 2012).

Peles, exceto peleteria (US\$ 153,1 milhões) foi o capítulo que aumentou 16% a arrecadação de dólares, como decorrência de incremento nos preços e nas quantidades exportadas.

Algodão (US\$ 52,5 milhões) capítulo que abrange os produtos industrializados denominados tecidos de algodão apresentou queda de 20% no período em análise. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT) tem empreendido esforços para alterar a política industrial brasileira, de forma a proteger a indústria têxtil nacional da concorrência asiática. Esta concorrência tem se manifestado tanto no declínio das exportações, como da produção física do setor têxtil que, no Ceará, acumula declínio anual de 19% na comparação setembro/agosto de 2012 *vis-à-vis* setembro/agosto de 2011.

Os principais países de destino das exportações cearenses foram Estados Unidos (25,7%), Argentina (8,6%), Holanda (7,6%), China (5,7%), Reino Unido (3,8%) e Hungria (3,7%). Cumpre frisar o incremento das vendas para a Hungria que, no mesmo perí-

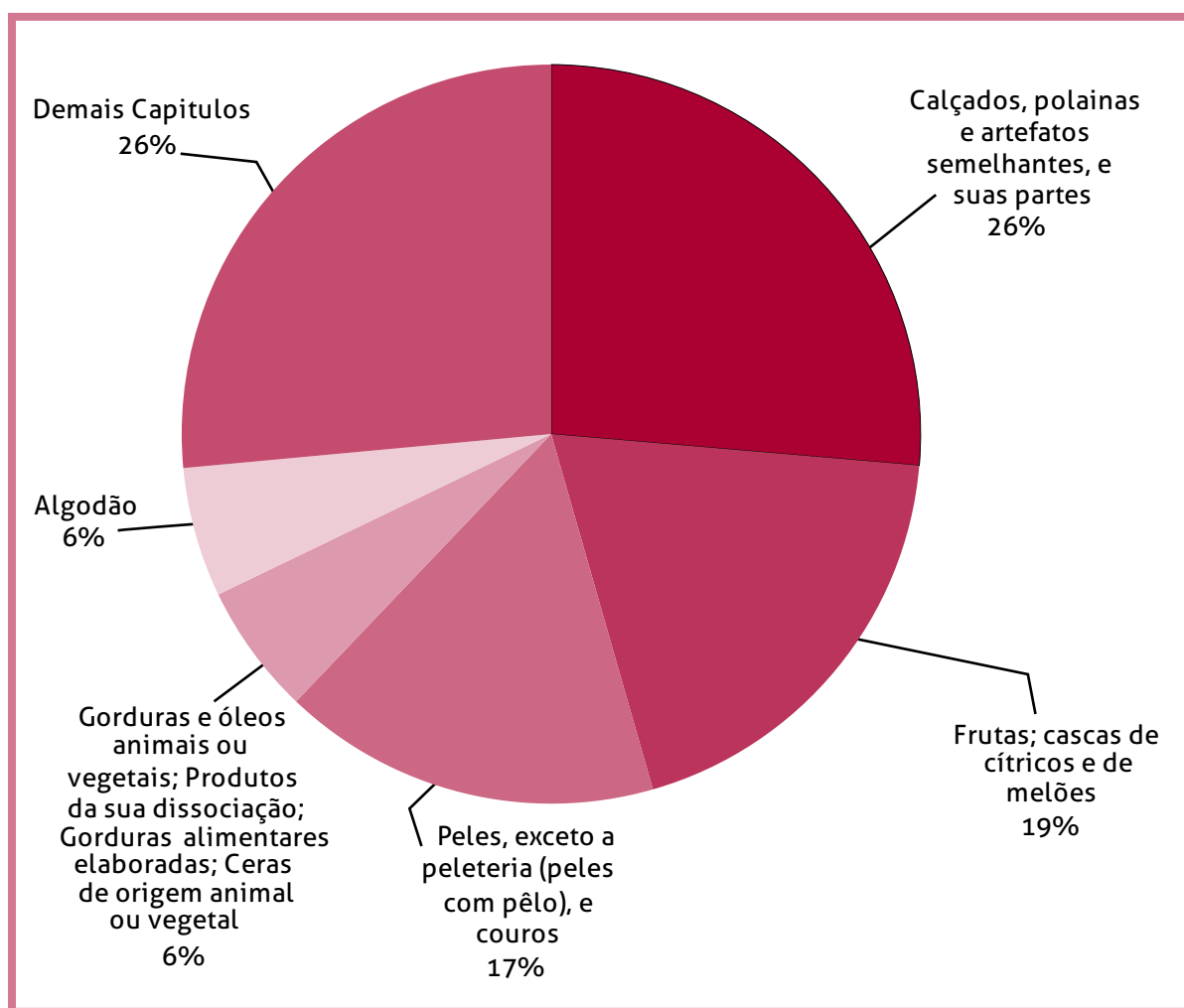


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

odo do ano passado representava menos de 0,4% do total exportado pelo Ceará.

No que toca à queda das vendas, Estados Unidos e Argentina tiveram variações superiores a 20%. A desaceleração econômica da Argentina foi combinada às barreiras comerciais o que contribuiu para redução das exportações para aquele país.

Maranhão

De janeiro a setembro de 2012, as exportações maranhenses atingiram US\$ 2.328,8 milhões, 0,2% inferior ao valor do mesmo período de 2011. As importações (US\$ 4.770,2 milhões), por sua vez, tiveram incremento de

11,8%, levando a déficit da balança comercial maranhense de US\$ 2.441,4 milhões.

As importações do Estado foram, em quase sua totalidade de combustíveis e lubrificantes (83,4%), sendo seguida por bens intermediários (11,1%); bens de capital (4,5%) e bens de consumo (1,0%).

Estados Unidos (23,7%), Índia (23,6%), Holanda (12,7%), Coveite (7,4%) e Antilhas Holandesas (5,3%) foram os principais países de origem das importações maranhenses.

As exportações do Estado, por sua vez, foram concentradas em *commodities* agrícolas e minerais. O produto soja, mesmo triturada,

exceto para sementeira (US\$ 611,7 milhões) teve aumento tanto de preços como de quantidades vendidas.

O preço da soja foi incrementado em virtude da pior seca das últimas décadas que afetou drasticamente a produção de milho e soja dos Estados Unidos. (TRADINGS..., 2012).

Alumina calcinada (US\$ 538,1 milhões) foi o único produto vendido e registrado no capítulo produtos químicos inorgânicos e apresentou declínio de 11% nas vendas.

Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (US\$ 487,4 milhões) foi produto com receitas reduzidas em 24%. O minério de ferro tem sofrido com a queda da deman-

da por parte de países europeus em virtude da crise financeira internacional e também da China, dadas às incertezas quanto às vendas dos produtos gerados a partir do insumo ferro. (MINÉRIO DE FERRO..., 2012).

A China (15,3%), Estados Unidos (14,8%), Espanha (8,5%), Islândia (7,8%), Noruega (5,4%), Áustria (4,1%) e Itália (3,5%) foram os principais países de destino das exportações do Maranhão.

Paraíba

O Estado da Paraíba, entre janeiro e setembro de 2012, exportou US\$ 163,8 milhões, 28,5% a mais do que o registrado no mesmo período de 2011. Suas importações

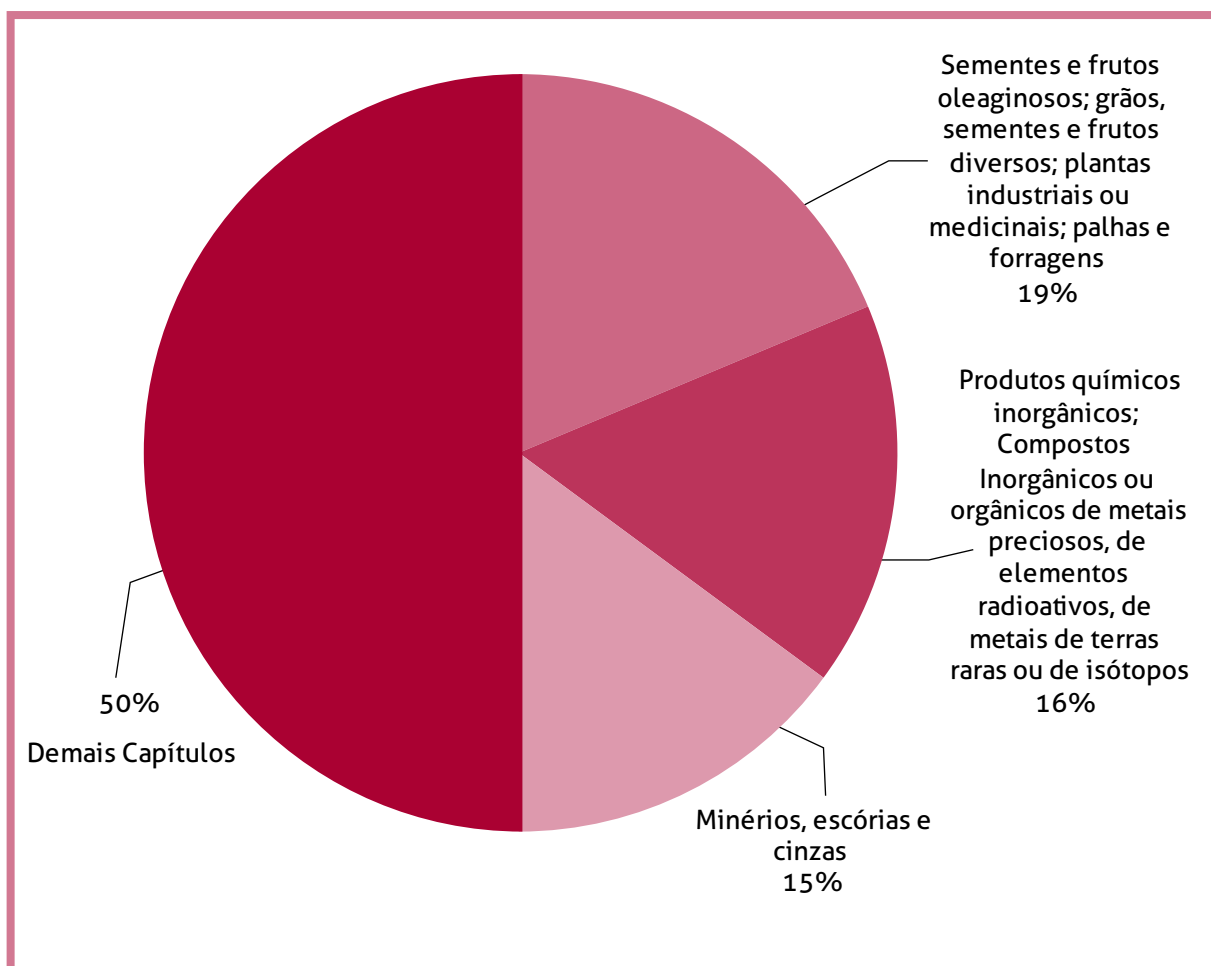


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

(US\$ 460,4 milhões) declinaram 46,4%, mas, ainda assim, houve déficit na balança comercial de US\$ 296,6 milhões.

A maior parcela das importações (61,6%) foi de bens intermediários. Bens de consumo (24,6%), especialmente trigo, e bens de capital (13,7%) também foram destaques na pauta de importações, originária principalmente da China (28,1%), Estados Unidos (13,9%), Vietnã (13,4%) e Argentina (12,2%).

No que concerne às exportações, estas se concentraram nos capítulos de calçados (US\$ 84,1 milhões e aumento de 33%) e açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 31,0 milhões e crescimento de 8%). A Alpargatas S. A. foi

a maior empresa exportadora do Estado, com vendas de US\$ 78,7 milhões, 33% a mais do que no mesmo período de 2011.

Os principais destinos das exportações paraibanas foram: Argentina (11,1%), Estados Unidos (9,2%), Austrália (8,3%), França (7,7%) e Angola (7,1%).

Pernambuco

O Estado de Pernambuco, entre janeiro e setembro de 2012, exportou US\$ 1.000,2 milhões, representativos de receitas 45% superiores às do mesmo período de 2011. Embarcações e estruturas flutuantes constituíram-se no principal capítulo exportado

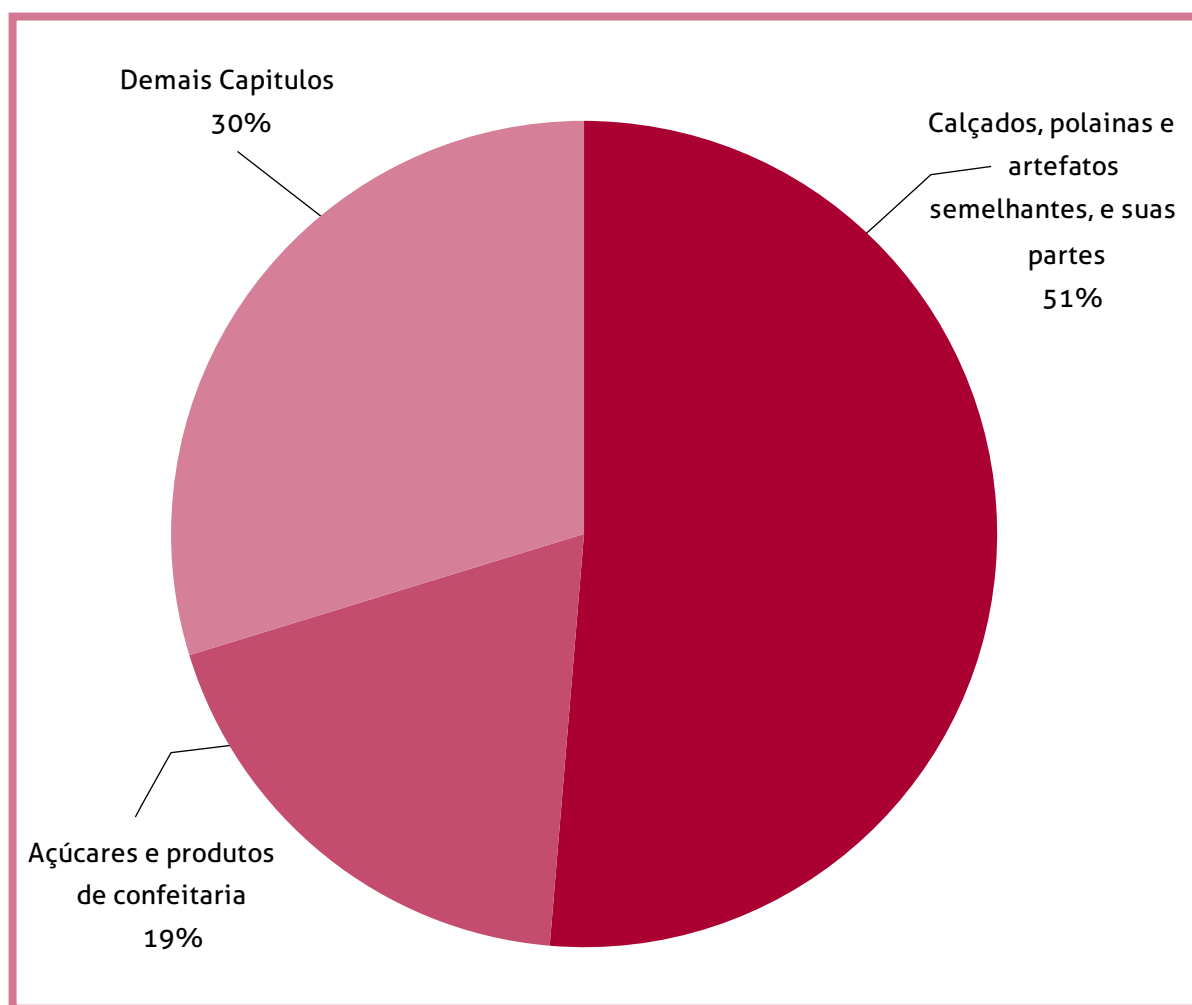


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

com US\$ 404,9 milhões, comparativamente a US\$ 0,07 milhão exportado no mesmo intervalo de tempo de 2011. Os dois capítulos que seguiram como destaque de receitas da pauta pernambucana foram açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 208,1 milhões) e plásticos e suas obras (US\$ 72,6 milhões) que registraram declínios, no total de vendas, de 25 e 9%, respectivamente.

No que toca ao destino das exportações do Estado, 44,1% do total foram correspondentes às embarcações e estruturas flutuantes enviadas à Holanda. Estados Unidos com 7,8% das exportações pernambucanas e Argentina (6,6%) foram outros fortes compradores dos produtos pernambucanos.

No que concerne às importações, Pernambuco as incrementou em 16,3% no período em análise. Foram US\$ 4.305,2 milhões, sendo 17,3% provenientes dos Estados Unidos; 11,2% de origem chinesa; 10% da Holanda; 9,4% oriunda da Argentina; 8,10% do México; 4,8% da Índia; 4,10% da Itália e 35,1% de diversos países com participação inferior a 4%.

A Petrobrás foi a principal empresa importadora em Pernambuco, alcançando 40,2% do total importado, que acarretou concentração das importações em combustíveis e lubrificantes. Foi seguida pela M & G Polímeros Brasil S. A. (8,3%) e Refinaria Abreu e Lima S. A. (3,5%).

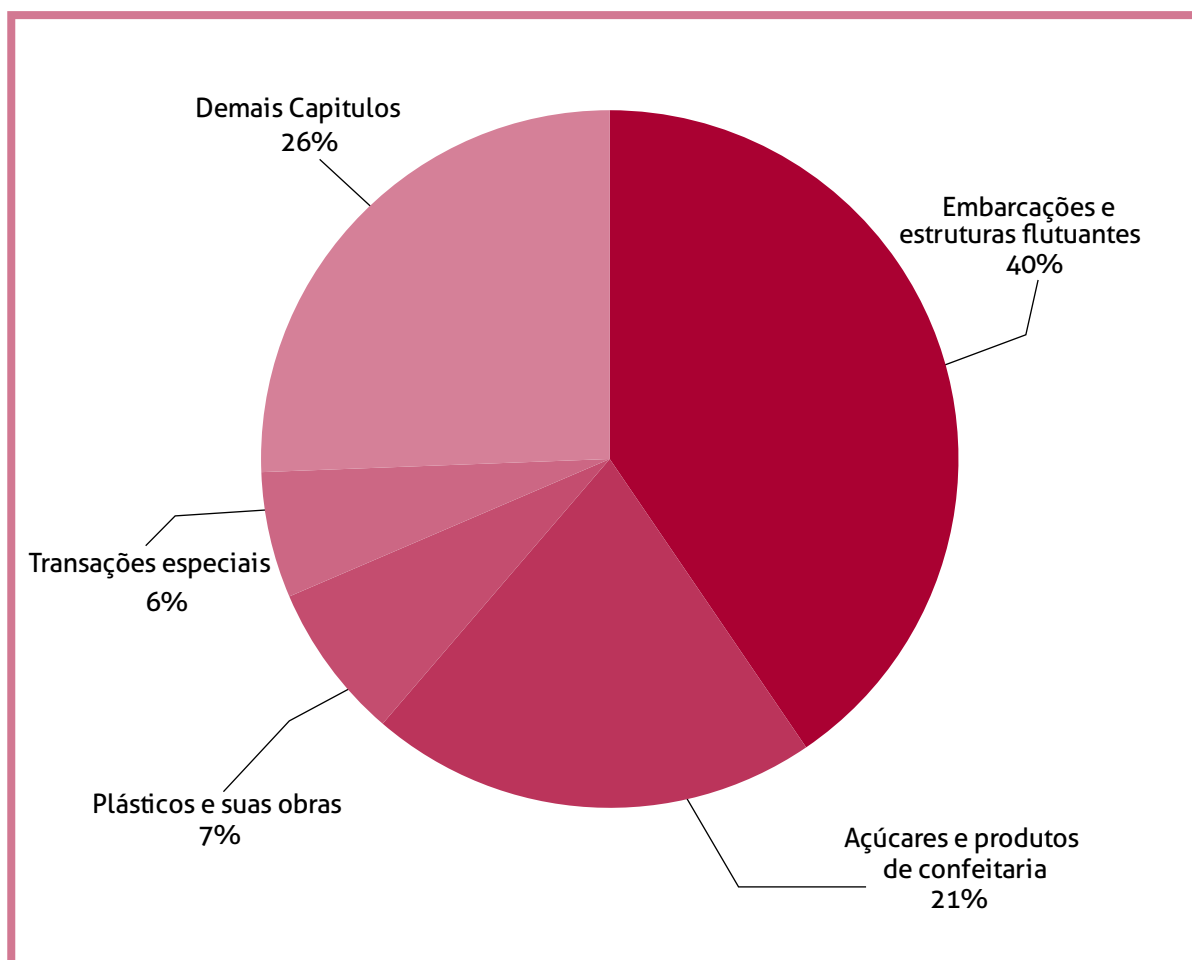


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: E-nto... (2012).

Piauí

As exportações piauienses foram de US\$ 171,1 milhões e as importações de US\$ 109,2 milhões, com saldo da balança comercial de US\$ 61,9 milhões.

Houve crescimento (31%) das receitas de exportação até o terceiro trimestre de 2012, *vis-à-vis* o mesmo período de 2011.

Os principais capítulos exportados – sementes e frutos oleaginosos (US\$ 112,9 milhões) e gorduras e óleos animais ou vegetais (US\$ 36,4 milhões) apresentaram incrementos de vendas da ordem de 39% e 12%, respectivamente. Ambos foram favorecidos pelo aumento dos preços internacionais.

Os principais destinos das exportações piauienses foram países asiáticos, que compraram 40,2% do total exportado. De fato, somente a China (19,1%) e o Vietnã (10,7%) somaram mais que 30% das exportações piauienses.

As importações do Estado concentraram-se, em sua quase totalidade (86,4%), em bens intermediários (insumos industriais a serem processados), tendo como principal produto laminados de ferro. A origem predominante das importações foi a China (28,9%), Rússia (10,2%), Taiwan (8,3%), Turquia (8,1%) e Chile (7,5%).

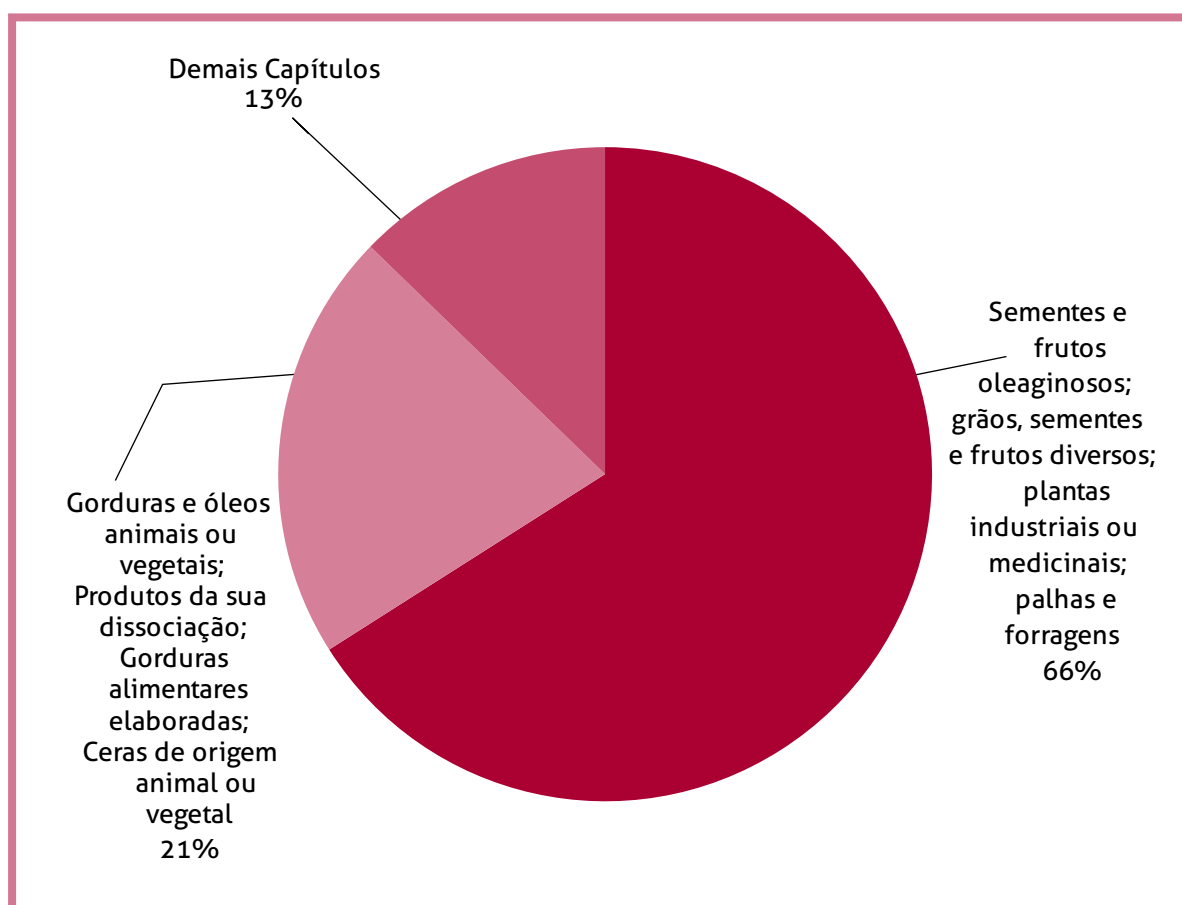


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

Rio Grande do Norte

No acumulado do ano até setembro, o Rio Grande do Norte exportou US\$ 174,9 milhões e importou US\$ 169,1 milhões, que resultaram em superávit comercial de US\$ 5,8 milhões.

As exportações potigüares registraram expansão de 0,1%. Frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 76,9 milhões) foi o principal capítulo exportado, com incremento de 1% das receitas. Neste capítulo foram exportadas castanhas de caju (US\$ 31,5 milhões), produto que teve declínio das vendas (11%) em virtude tanto da queda do preço (-11%) como da quantidade exportada (-1%). A re-

dução da demanda por este produto se deu de maneira mais forte pelos Estados Unidos.

No mesmo capítulo foram arroladas as vendas de melões frescos (US\$ 23,7 milhões) que tiveram aumento de 21% das receitas decorrentes de incremento de 31% de *quantum* e redução de 8% de preço.

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 23,0 milhões exportados) foi capítulo que registrou maior incremento de receitas (203%) em virtude do aumento do *quantum* vendido.

As importações potigüares foram assim distribuídas dentre os setores de contas nacionais: 67,1% para bens intermediários;

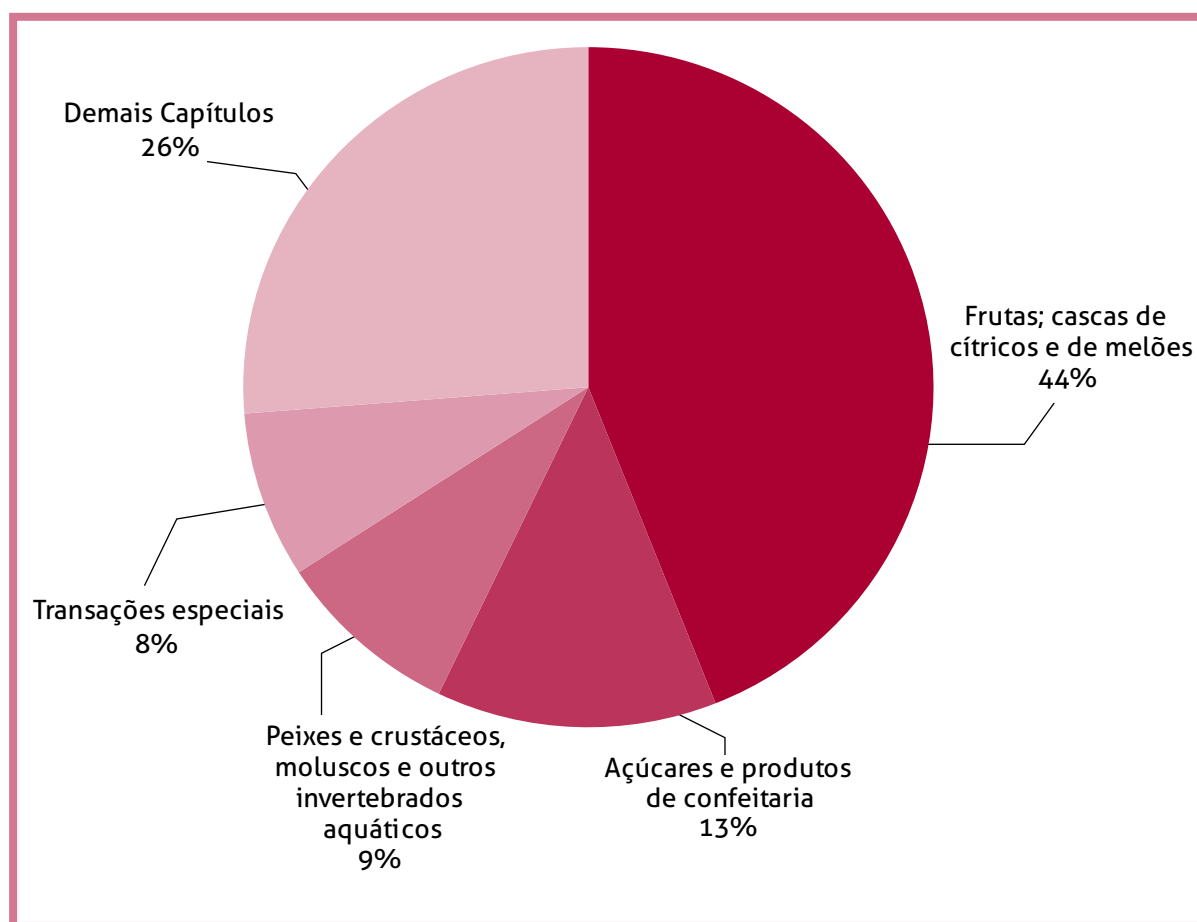


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

30,2% para bens de capital e 2,7% para bens de consumo.

Sergipe

De janeiro a setembro de 2012, Sergipe exportou US\$ 109,7 milhões, 23,10% a mais que a cifra registrada no mesmo período de 2011. As importações sergipanas (206,8 milhões) não apresentaram o mesmo comportamento de crescimento, de fato, declinaram 12,5%.

Dois capítulos sobressaíram na pauta de exportações do Estado: preparações de produtos hortícolas (US\$ 69,5 milhões) e incremento de 28%, decorrentes do incremento de vendas do produto suco de laranjas (US\$ 58,0 milhões; incremento de 37%) e calçados polainas e artefatos semelhantes (US\$ 15,6 milhões) com aumento de 18% das vendas.

Tropfruit Nordeste S. A. (US\$ 39,3 milhões), Maratá Sucos do Nordeste Ltda. (US\$ 28,9 milhões) e Vulcabrás Azaléia (US\$ 12,9 milhões) foram as principais empresas exportadoras de Sergipe no período em análise.

A Holanda foi o principal destino das exportações sergipanas, chegando a concentrar 33,2% do total das exportações. Suíça (9,7%), Bélgica (8,1%), Argélia (6,9%), Peru (5,3%), Colômbia (4,9%) Bahrein (4,8%) foram outros países que merecem ser citados como responsáveis pelas compras dos produtos de Sergipe no mercado internacional.

No que toca às importações do Estado, a maior parte (US\$ 128,3 milhões; 62,02%) foi de bens intermediários, 32,70% eram bens de capital, 5,27% bens de consumo e apenas 0,01 de combustíveis e lubrificantes.

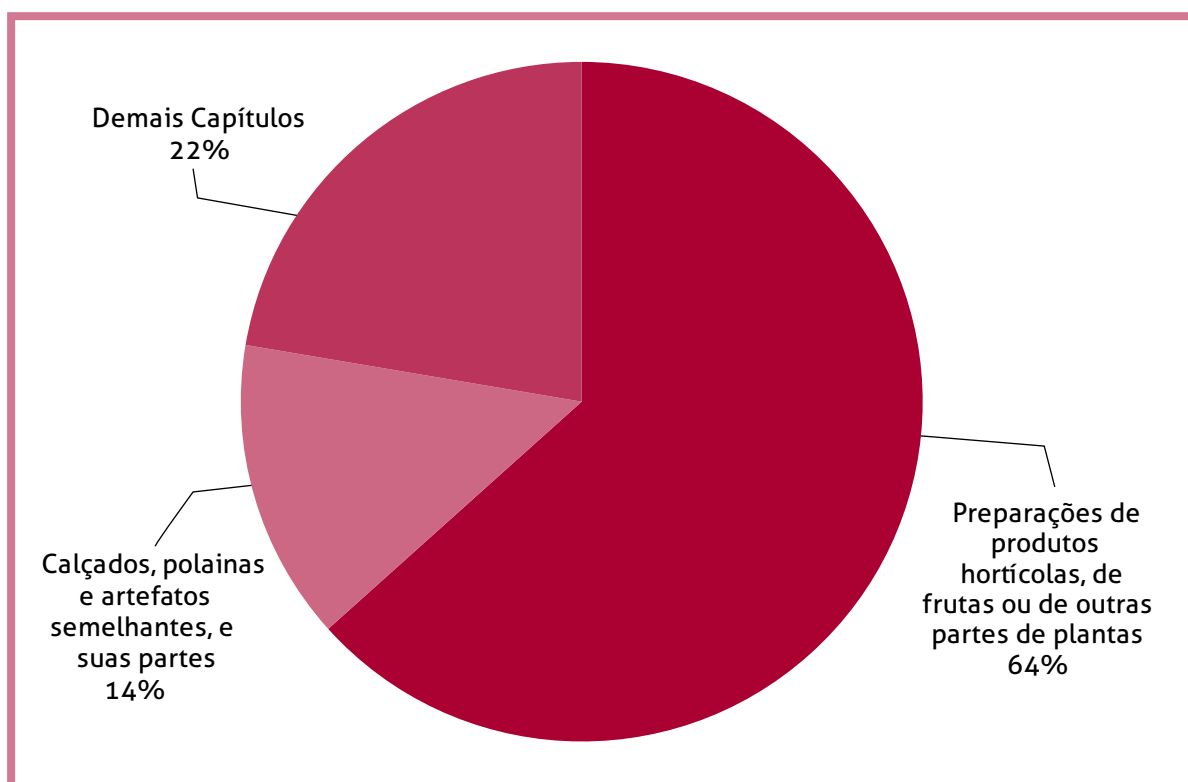


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro / Setembro de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica a partir de Brasil. Ministério do Desenvolvimento... (2012).

REFERÊNCIAS

ADOÇÃO de mistura E-10 na África do Sul é mais um passo para a “commoditização” do etanol. *Única*, 26 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL. Setor têxtil e de confecções espera reagir com a entrada em período sazonal. São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://www.abit.org.br/site/noticia_detalhe.asp?controle=2&id_menu=20&idioma=PT&id_noticia=4119&tipo=2&#ancora>. Acesso em: 29 out. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <aliciweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: out. 2012.

BRASIL tenta ajustar ‘janela’ de venda de melões aos EUA. *Valor Econômico*, 14 set. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2829650/brasil-tenta-ajustar-janela-de-venda-de-melo-es-aos-eua>>. Acesso em: 29 out. 2012.

CARVALHO, Cristina Ribeiro de. Minério de ferro passa por crise na exportação, **Brasil Econômico**, 27 abr. 2012. Disponível em: <http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/minerio-de-ferro-passa-por-crise-na-exportacao_116166.html>. Acesso em: 29 out. 2012.

FIEB. **Relatório de análise setorial da indústria baiana**. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/suporte_a_negocios/Pagina/275/Relatorio-de-Analise-Setorial-da-Industria-Baiana--Edicao-Atual>.

aspx#mostra-menu-9>. Acesso em: 28 out. 2012.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional: agosto 2012**. [S.l.], 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/pimpf-regional_201208caderno.pdf>. Acesso em: 29 out. 2012.

IPEADATA. **Taxa de câmbio**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 6 nov. 2012.

MINÉRIO de ferro passa por crise na exportação. **Brasil Econômico**, 27 abr. 2012.

NOVO recorde na exportação de algodão. **Portal do Agronegócio**, 15 out. 2012. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?tit=novo-recorde_na-exportacao_de_algodao&id=82932>. Acesso em: 28 out. 2012.

TRADINGS tentam aprofundar diversificação geográfica. **Valor Econômico**, 29 out. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2883532/tradings-tentam-aprofundar-diversificacao-geografica>>. Acesso em: 29 out. 2012.

UNIÃO Europeia reduz projeções para PIB da Alemanha e Reino Unido. **Valor Econômico**, 7 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/2895008/ue-reduz-projecoes-para-pib-da-alemanha-e-reino-unido>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Adoção de mistura E-10 na África do Sul é mais um passo para a commoditização do etanol**. [S.l.], 2012. Disponível em:

<<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={58CE2C66-EEEE-4C8E-B5C8-466AC1BD76CE}#>>. Acesso em: 28 out. 2012.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Lamy reports slowdown in G-20 trade restrictions but warns trade frictions on the rise.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news12_e/igo_31oct12_e.htm>. Acesso em: 1 Nov. 2012.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

A desaceleração da atividade econômica e as medidas implementadas pela União, via redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), impactaram o valor arrecadado dos tributos federais, que são a base das transferências constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para se ter uma ideia da perda, a Lei 12.595, de 19/01/2012 – Lei Orçamentária Anual (BRASIL. LEI Nº 12.595, 2012), previa um valor de R\$ 115,8 bilhões para o total de FPE e FPM, e já ocorreram cinco reestimativas, sendo a última, de 28/09/2012 – Decreto 7.814 (BRASIL. DECRETO Nº 7.814, 2012), que prevê o valor para os fundos de R\$ 107,3 bilhões, uma queda de 7,3% ou R\$ 8,5 bilhões.

As regiões mais pobres são as mais penalizadas, dado que os fundos são relevantes na constituição de suas receitas correntes líquidas. A Tabela 1 mostra a composição da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e fundos e sua representatividade nos estados da Região, no período janeiro – agosto¹.

ICMS mais os fundos representam em média 80,6% da receita corrente dos estados,

enquanto que o ICMS equivale a 37,6% da mesma. Vê-se claramente que os estados mais pobres são mais dependentes dos fundos constitucionais. Do total de ICMS e fundos, apenas 36,5% vem do ICMS no Estado do Maranhão. Esta 6,8%, em que, depurando-se a inflação, pelo IPCA, cai para 1,4%, ainda positivo por causa do ICMS, já que os fundos tiveram perda real.

Tabela 1 – Total da Arrecadação – ICMS e Fundos Constitucionais – Janeiro a Agosto – R\$ Milhões

Estados/ Região	2011			2012	
	Total	Part. ICMS %	Total/RCL ¹ - %	Total	Var. % ²
Alagoas	3.646	40,9	86,7	3.843	5,4
Bahia	14.739	58,3	80,6	15.689	6,4
Ceará	8.467	51,1	80,9	9.211	8,8
Maranhão	5.900	36,5	82,4	6.368	7,9
Paraíba	4.525	41,5	84,3	4.603	1,7
Pernambuco	10.372	62,1	76,7	10.924	5,3
Piauí	3.626	37,6	89,4	3.918	8,0
Rio Grande do Norte	4.275	48,4	79,4	4.660	9,0
Sergipe	3.104	40,8	72,5	3.429	10,5
Nordeste	58.656	50,4	80,6	62.646	6,8

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico* de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação e Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: 1. RCL: Receita Corrente Líquida. 2. Variação de 2012 com relação a 2011.

1 Os dados de 2012, ICMS, são até agosto. Essa dependência não é muito diferente nos estados de Alagoas, Piauí e Sergipe. Observe-se que o crescimento médio no período foi de 6,8%, em que, depurando-se a inflação, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, cai para 1,4%, ainda positivo por causa do ICMS, já que os fundos tiveram perda real.

6.1 – Arrecadação de ICMS

O Nordeste tem uma participação média de 13% na riqueza gerada pelo País. Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) Nordestino representava 13,01% do PIB brasileiro em 2000, e passou a representar 13,51% em 2009. A relação entre as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Nordeste e Brasil apresenta-se mais favorável para a Região, conforme visualizado no Gráfico 1, indicando possíveis sinais de melhor gestão da arrecadação nos estados.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 8,4% no período janeiro a agosto de 2012, quando comparado com o mesmo período de 2011, conforme apresentado na Tabela 2. A variação real² ficou em 2,9%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu, no mesmo período, 4,6% em termos reais ou 10,1% nominais. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se

que a Região continue a apresentar um crescimento em seu PIB um pouco maior que o crescimento do PIB brasileiro. O ICMS do Nordeste também cresceu acima do montante do Brasil, em 2011, em função do volume de recursos em investimentos em infraestrutura, principalmente, em Pernambuco e Ceará, que compensaram os fatores conjunturais associados à indústria, dado a expressiva queda observada na produção física industrial nordestina (-4,7%) quando comparada com a redução da produção física industrial do Brasil,

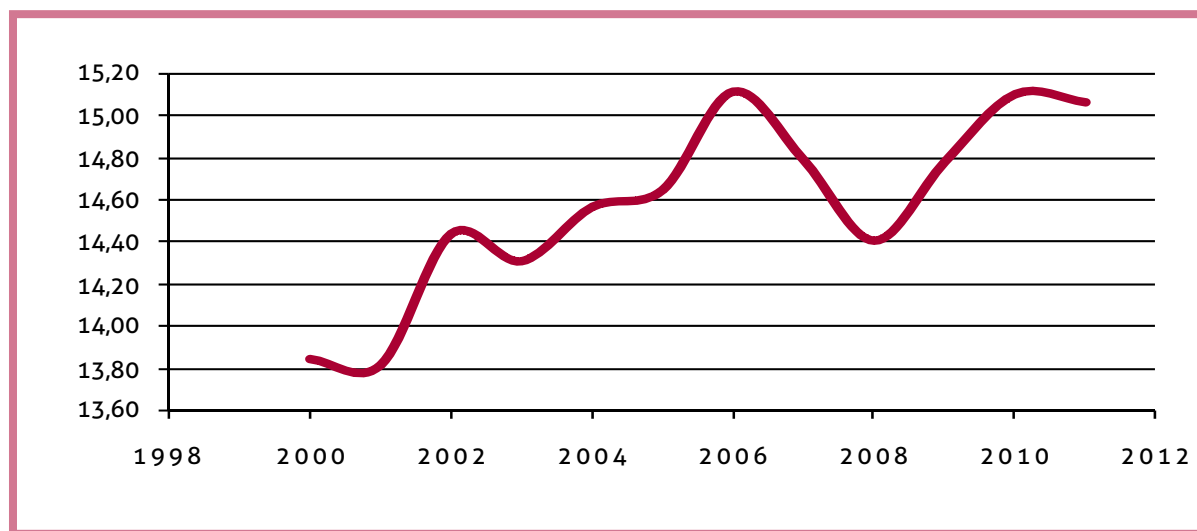


Gráfico 1 – ICMS – Relação Nordeste/Brasil¹

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)*/ Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

Nota 1: ICMS a preços correntes.

² O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA no período em análise (índices médios de 2012 e 2011), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

-0,3%. (IBGE, 2012). Se é plausível associar o ICMS à parte do PIB consumo (comércio e serviços), dado que a compra de bens de capital e bens intermediários se torna crédito das empresas na composição da arrecadação do imposto, observa-se que o arrefecimento do crescimento do PIB do país, está diretamente atrelado a agricultura e indústria.

Os crescimentos significativos das arrecadações do ICMS, acima da média da região e do país, ocorreram nos estados de Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará, cabendo destacar o crescimento da arrecadação de Sergipe, 18,6%. O crescimento da arrecadação nos estados de Pernambuco e Alagoas foram os menores da região, valendo ressaltar um crescimento real abaixo de 1% na arrecadação de Pernambuco, conforme se ver na Tabela 2.

No crescimento diferenciado dos estados citados, o setor terciário que é o mais importante em termos de arrecadação, cresceu abaixo da média dos mesmos, mas outros setores tiveram alguns aumentos surpreendentes. Do crescimento de 18,6% na arrecadação de Sergipe, no período analisado, cabe destaque o aumento da arrecadação do ICMS-Dívida Ativa (525,6% - R\$ 40,8 milhões) e que passou a representar 3,2% do total arrecadado do Estado, no período janeiro a agosto de 2012, quando em 2011 representava 0,13%. Outros setores importantes para o crescimento da arrecadação em Sergipe foram o setor primário e o subsetor de energia, com evoluções de 23,4% (R\$ 55,7 milhões) e 19,3% (R\$ 22,6 milhões), respectivamente. O aumento da arrecadação no Estado do Maranhão deve-se, principalmente, a evolução da arrecadação das áreas de energia (36,7% - R\$ 60,4 milhões) e petróleo (16,7% - R\$ 96,7 milhões). Eles detêm 36,6% da arrecadação do Estado, no período janeiro a agosto de 2012. No caso do Ceará, as maiores variações ocorreram em: energia, 15,7% - R\$ 74,3 milhões, petróleo, 19,3% - R\$ 158,5 milhões, e setor secundário, 15,2% - R\$ 46,8 milhões, que representam 50,5% da arrecadação total do Estado. O crescimento diferenciado da arrecadação do Rio Grande do Norte, é oriundo dos setores primário, 52,6% - R\$ 163,5 milhões e energia, 35,2% - R\$ 53,2 milhões.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS – R\$ Milhões

Estados/ Região	Janeiro-Agosto					
	2011	Part. %	2012	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	1.493	0,8	1.600	0,8	7,2	1,7
Bahia	8.589	4,4	9.310	4,4	8,4	2,9
Ceará	4.325	2,2	4.896	2,3	13,2	7,5
Maranhão	2.154	1,1	2.466	1,2	14,5	8,7
Paraíba	1.880	1,0	2.092	1,0	11,3	5,6
Pernambuco	6.438	3,3	6.827	3,2	6,0	0,7
Piauí	1.365	0,7	1.525	0,7	11,7	6,1
Rio Grande do Norte	2.069	1,1	2.362	1,1	14,2	8,4
Sergipe	1.266	0,7	1.501	0,7	18,6	12,5
Nordeste ²	29.579	15,2	32.579	15,5	10,1	4,6
Brasil ²	194.233	100,0	210.488	100,0	8,4	2,9

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica* a partir dos Dados da Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

Nota 1: Índice de inflação utilizado, IPCA médio (Jan - Agosto) de 2011 e 2012.

Nota 2: Alguns valores foram estimados para os Estados da Bahia, Paraíba, Mato Grosso Sul, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

A menor evolução da arrecadação, no estado de Pernambuco, 6,0%, se deveu, principalmente, ao baixo crescimento dos setores terciário e petróleo, que representam 74,6% do total arrecadado. Estes setores cresceram 5,9% e 5,0%, respectivamente. A segunda menor arrecadação na Região, Alagoas, com um crescimento de 7,2%, se deve a baixa ar-

recadação nos mesmos setores de Pernambuco, terciário e petróleo, que cresceram 5,4% e 0,5%, respectivamente, e representam 66,3% da arrecadação. Alagoas foi um pouco melhor que Pernambuco, em função do crescimento da arrecadação do setor secundário, 15,5%, que participa com 22,2% do total arrecadado.

6.2-Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação³. A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma Lei Complementar (LC nº 62) de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). (BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 62, 2012). Os coeficientes estaduais foram determinados através de combinações de critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda *per capita*. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda *per capita* entre os estados, entre 1989 e 2011, especialmente para a região Centro-Oeste, que se beneficiou do rápido crescimento do agronegócio na última década, ver que ela representava 8,8% do PIB brasileiro em 2002, e passou a

representar 9,5% em 2009. (VIDAL; BARROSO; SANTOS, 2012).

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. O assunto está em discussão em vários órgãos técnicos dos executivos Federal e Estadual e no Congresso Nacional, onde tramita desde 2010. A reforma terá que cumprir dois critérios especificados na decisão do STF, ou seja, deve ser equalizadora e capaz de adaptar-se dinamicamente às condições dos estados. Cabe salientar que qualquer reforma da fórmula de distribuição horizontal do FPE será de tal maneira que os ganhos por parte de alguns estados terão que ser compensados por perdas de outros. Com isso, a reforma deve prever tempo suficiente para que os estados prejudicados possam ajustar suas finanças às perdas. Atualmente, 18 projetos de lei complementar (dez originados na Câmara e oito no Senado) estão em tramitação, para alterar a sistemática da distribuição do FPE, o que evidencia a dificuldade de se obter um consenso. O presidente do Congresso, senador José Sarney, criou uma comissão de notáveis

³ Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, 2012). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

para discutir questões relacionadas ao pacto federativo, entre elas o novo FPE. A proposta da comissão é politicamente viável, de acordo com seus integrantes, em que nenhum Estado terá perda real de receita.

De acordo com a fórmula, apenas o acréscimo real da receita do IR e do IPI, repassado ao FPE, será distribuído entre os estados de acordo com os novos critérios de rateio, ou seja, a mudança será na margem, de forma que as alterações serão feitas lentamente, onde se prevê que a fase de transição para o novo regime de repartição iria até 2018. Se essa proposta não tiver trâmite tranquilo, começa a haver um entendimento no Congresso de que um projeto que preserve a distribuição atual para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seria votado no Senado, e que o presidente do mesmo pediria mais tempo ao STF para a votação na Câmara dos Deputados. Como foi apresentado no começo deste

capítulo, a dependência das regiões mais pobres aos fundos constitucionais, é um argumento relevante para a possível postergação da decisão pelo STF. O que não se entende é como uma matéria de extrema relevância para grande parte dos estados, pois trata de recursos formadores de suas receitas correntes, é colocada em banho-maria por mais de dois anos e meio.

A Tabela 3 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 4,2%, no período analisado, janeiro – setembro de 2012 com relação ao mesmo período de 2011. Em termos reais, o crescimento foi negativo de 1,0%⁴, muito abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste⁵. A nova previsão do Tesouro Nacional, para 2012, sinaliza um crescimento de 6,1%, com relação a 2011⁶, valor de R\$ 2,9 bilhões. O percentual de realização até setembro de 2012 72,2%.

Tabela 3 – FPE – Fundos de Participação dos Estados – Nordeste – R\$ Milhões

Estados /Região	Janeiro - Setembro		Participação (%)	Programação 2012 ¹
	2011	2012		
Alagoas	1.470	1.532	4,2	2.121
Bahia	3.319	3.460	9,4	4.791
Ceará	2.592	2.701	7,3	3.741
Maranhão	2.550	2.658	7,2	3.681
Paraíba	1.692	1.763	4,8	2.442
Pernambuco	2.438	2.541	6,9	3.518
Piauí	1.527	1.591	4,3	2.204
Rio Grande do Norte	1.476	1.538	4,2	2.130
Sergipe	1.468	1.530	4,2	2.119
Nordeste	18.531	19.314	52,5	26.747
Brasil	35.327	36.820	100,0	50.990

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Tesouro Nacional.*

Notas: 1. Reestimativa 02/10/2012. 2. Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

4 Como deflator foi utilizado o IPCA, índice médio janeiro – setembro de 2011 e 2012.

5 A variação real do ICMS foi de 3,8% no período janeiro – agosto (2012/2011). A inclusão do mês de setembro não deve alterar essa variação positiva.

6 A projeção consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PLOA) – 2012.

Sobre as transferências do FPM há de se observar que o seu crescimento nominal, para a região Nordeste, é praticamente igual ao do FPE, 4,4% para 4,2%, respectivamente, conforme indicado na Tabela 4. Alguns estados têm variações distintas, como a Bahia com 3,3%, Piauí, 8,4% e Sergipe, 6,9%. Dentre os fatores que prejudicam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos coeficientes de distribuição do FPM de um ano para o outro, bem como, eventuais bloqueios de repasses decorrentes da maior vulnerabilidade dos municípios a não observância das contrapartidas das transferências. Cabe observar que estes três estados têm uma variação diferenciada dos

outros estados da Região, já comentadas em números anteriores desta conjuntura.

A Tabela 5 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2011 para 2012 foram favoráveis para a maioria das capitais do Nordeste, a exceção de Salvador, com variação negativa de 6,1%. Enquanto o FPM e o FPM tiveram uma queda real de aproximadamente 1,0%, o FPM – Capitais na mesma ordem da inflação. Vale atentar para o crescimento no FPM para o Estado do Piauí e sua capital, 8,4% e 29,1%, respectivamente, as maiores elevações. O Estado da Bahia e sua capital apresentaram as menores variações, 3,3% e -6,1%, respectivamente.

Tabela 4 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – Nordeste - R\$ Milhões

Estados/ Regiões	janeiro - setembro		Participação (%)		Variação %	Programação 2012 ³
	2011	2012	2011	2012	2012/2011	
Alagoas	880	917	2,4	2,4	4,2	1.341
Bahia	3.392	3.504	9,2	9,1	3,3	5.122
Ceará	1.929	2.010	5,2	5,2	4,2	2.938
Maranhão	1.538	1.603	4,2	4,2	4,2	2.343
Paraíba	1.194	1.245	3,2	3,2	4,2	1.820
Pernambuco	1.855	1.933	5,0	5,0	4,2	2.825
Piauí	943	1.021	2,5	2,7	8,4	1.493
Rio Grande do Norte	931	971	2,5	2,5	4,2	1.419
Sergipe	538	575	1,5	1,5	6,9	840
Nordeste	13.199	13.778	35,7	35,8	4,4	20.141
Brasil	36.970	38.533	100,0	100,0	4,2	56.327

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica* a partir dos Dados do Tesouro Nacional.

Notas: 1. Reestimativa 02/10/2012. 2. Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Tabela 5 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste – R\$ Milhões

Estados/Regiões	Janeiro - Setembro		Participação (%)		Variação % 2012/2011	Programação 2012 ¹
	2011	2012	2011	2012		
Alagoas	194	202	5,2	5,3	4,3	296
Bahia	310	291	8,4	7,6	-6,1	426
Ceará	388	405	10,5	10,5	4,3	592
Maranhão	194	202	5,2	5,3	4,3	296
Paraíba	155	162	4,2	4,2	4,3	237
Pernambuco	217	227	5,9	5,9	4,3	331
Piauí	157	202	4,2	5,3	29,1	296
Rio Grande do Norte	124	130	3,4	3,4	4,3	189
Sergipe	99	117	2,7	3,0	17,4	170
Nordeste	1.839	1.938	49,7	50,3	5,4	2.833
Brasil	3.697	3.853	100,0	100,0	4,2	5.633

Fonte: Elaboração da Equipe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/ *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)/ Conjuntura Econômica* a partir dos Dados do Tesouro Nacional.

Notas: 2. Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

6.3 - Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, de janeiro a agosto de 2012, foram de R\$ 8,9 bilhões. Houve um crescimento surpreendente nas transferências no mês de julho, centralizadas no Minis-

tério da Educação, basicamente no programa educação básica. As transferências de julho e agosto superaram as transferências do primeiro semestre, conforme mostra o Gráfico 2.

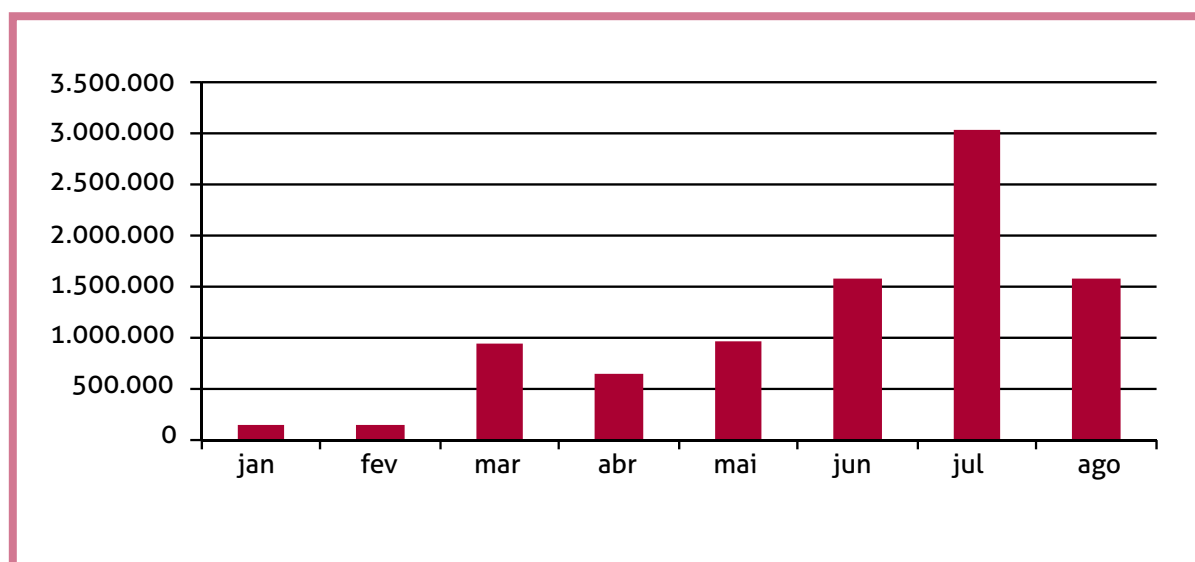


Gráfico 2 – Transferências Voluntárias – 2012¹

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012b).

Notas: 1. Corrigidas pelo IPCA. 2. Valores em R\$ mil.

A Tabela 6 apresenta as transferências voluntárias para os estados nordestinos e as outras regiões. Eles captaram 43,4% dessas transferências, R\$ 3,8 bilhões. As transferências para a Região cresceram 125,3%, comparando com o mesmo período de 2011. Foi a primeira região em crescimento, sendo seguida pela região Norte, que evoluiu em 117,9% no período em análise. Detalhando esta variação para o Nordeste, observa-se que as transferências para os estados, apesar de menor volume, representam 37,3% das transferências voluntárias para o Nordeste, são as que mais cresceram, 228,8%. As transferências para os municípios cresceram 89,8%. Os estados da região com maior variação foram Ceará, 384,9% - R\$ 185 milhões e Maranhão, 319,3% - R\$ 52 milhões. Com relação as transferências para os municípios, as maiores variações ocorreram nos estados

de Sergipe, 162,6% - R\$ 65 milhões, e Piauí, 152,8% - R\$ 126 milhões.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, no período janeiro a agosto de 2012, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Eles realizaram 86,4% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 7.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação básica – 65,7%; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – 11,5%; Segurança alimentar e nutricional – 6,4%; Bolsa família – 2,5%; Desenvolvimento produtivo – 2,5%; Resposta aos desastres e reconstrução – 2,0%; e Educação profissional e tecnológica – 2,0%.

Tabela 6 – Transferências Voluntárias da União em 2012 – Janeiro a Agosto 2011 e 2012 – R\$ Milhões

Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências				
	2011 (A)	2012 (A)	2011 (B)	2012 (B)	2011 (A+B)	Part %	2012 (A+B)	Part%	Variação 2012/2011 (%)
Nordeste	1.271	2.412	437	1.436	1.708	34,3	3.848	43,4	125,3
Alagoas	69	129	30	101	100	2,0	230	2,6	131,3
Bahia	330	590	100	354	430	8,6	944	10,7	119,8
Ceará	210	393	48	233	258	5,2	626	7,1	142,6
Maranhão	173	313	16	68	190	3,8	380	4,3	100,7
Paraíba	103	180	49	143	152	3,1	323	3,6	112,4
Pernambuco	187	362	115	281	302	6,1	643	7,3	113,2
Piauí	83	209	35	108	117	2,4	317	3,6	170,2
Rio Grande do Norte	76	131	27	101	103	2,1	232	2,6	124,7
Sergipe	40	106	16	46	56	1,1	152	1,7	169,2
Norte	310	548	124	397	434	8,7	945	10,7	117,9
Sul	434	631	264	420	698	14,0	1.051	11,9	50,6
Sudeste	1.037	1.427	703	852	1.740	35,0	2.279	25,7	31,0
Centro - Oeste	212	372	182	365	394	7,9	736	8,3	86,9
Brasil	3.264	5.390	1.709	3.470	4.973	100,0	8.860	100,0	78,1

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012b).

Tabela 7 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios – Janeiro a Agosto de 2012 – R\$ Milhões

Região/ Estados	Educação		Des. Social e Combate a Fome		Outros Ministérios		Total
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	
Nordeste	2.516	65,4	808	21,0	524	13,6	3.848
Alagoas	118	51,2	74	32,0	39	16,8	230
Bahia	628	66,5	148	15,7	168	17,8	944
Ceará	394	63,0	114	18,2	117	18,8	626
Maranhão	256	67,3	102	26,8	22	5,9	380
Paraíba	209	64,6	75	23,1	40	12,3	323
Pernambuco	386	60,0	172	26,8	85	13,2	643
Piauí	244	77,1	52	16,3	21	6,6	317
Rio Grande do Norte	173	74,6	45	19,6	14	5,8	232
Sergipe	108	71,1	25	16,8	18	12,1	152

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir de Brasil (2012b).

Nota: A participação é na Região ou Estado..

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: jul. 2012.

BOLETIM DO ICMS E DEMAIS IMPOSTOS ESTADUAIS. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, [20--]. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: jul. 2012a.

BRASIL. Decreto nº 7.814, de 28 de setembro de 2012. Altera o art. 12 e os Anexos VII, VIII e X do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 set. 2012. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7814.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007. Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp62.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_

Ato2011-2014/2012/Lei/L12595.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Transferências constitucionais**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: jul. 2012a.

_____. _____. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.as>. Acesso: jul. 2012b.

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal: produção física**. [S.l.], [2012]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>>. Acesso em jul. 2012.

VIDAL, A. R. N.; BARROS, L. C.; SANTOS, G. F. dos. Análise das contas regionais 2009. **Informe Técnico ETENE Macroeconomia, Indústria e Serviços**, ano 6, p. 1-16, abr. 2012. Disponível em: <www.bnb.gov.br/content/.../iis_ano_6_n2_contas_regionais_2009.pd...>. Acesso em: 2012.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

Entrou em vigor, no dia 8 de outubro, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), organização intergovernamental, com sede em Luxemburgo, com o objetivo de prestar assistência financeira aos estados-membros da Zona do Euro que enfrentam ou estejam ameaçados por problemas de financiamento graves, se tal for indispensável para salvaguardar a estabilidade financeira da Eurozona como um todo. O MEE assumirá as atribuições do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira.

A capacidade de financiamento do MEE é de 500 bilhões de euros, com linhas de crédito que incluem empréstimos, assistência financeira cautelar, empréstimos aos estados-membros para recapitalização de instituições financeiras e compra de obrigações no mercado primário e secundário. A assistência do MEE será concedida sob estrita condicionalidade de política econômica, por parte do país tomador. Segundo observadores, os instrumentos criados pelo MEE vão proporcionar uma rede de proteção permanente à Zona do Euro.

De outra parte, em meados de outubro, foi aprovado pelos dirigentes da União Europeia acordo para implantação gradual da supervisão bancária na Zona do Euro, a partir de 2013. O trabalho ficará a cargo do Banco Central Europeu (BCE), que passará a supervisionar um conjunto de seis mil bancos da Região. O acordo objetiva o aprofundamento da integração financeira, a união bancária e a busca de soluções para as crises dos países sob ajuda externa. Na prática, espera-se que o novo sistema proporcione condições para que os bancos com problemas de liquidez e em risco de falência possam receber empréstimos diretos do BCE, sem agravar a dívida soberana do país onde estão inseridos.

No Brasil, a capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta, uma vez que o aumento da base de capital foi proporcionalmente superior à evolução da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária, segundo informações contidas no Relatório de Estabilidade Financeira (2012). Dessa forma, elevou-se o Índice de Basileia e a resiliência do sistema bancário é corroborada pelos resultados dos testes de estresse, os quais demonstraram que, em todos os cenários analisados, inclusive naqueles que envolvem choques abruptos ou extrema deterioração da situação macroeconômica, o capital regulamentar do sistema bancário permaneceria acima do exigido pelo Bacen.

Ainda de acordo com a referida fonte, as incertezas no mercado externo não comprometeram a liquidez disponível no mercado doméstico, o que permitiu tanto a expansão da carteira de crédito quanto o crescimento dos ativos líquidos do Sistema Financeiro Nacional. Assim, manteve-se elevado o índice de liquidez do sistema, demonstrando capacidade para fazer frente a eventuais restrições de recursos, mesmo em situação de estresse.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹, no fim de agosto, alcançou R\$ 2.211,0 bilhões, registrando-se um crescimento na margem (sobre o mês precedente) de 1,2% e de 17,0% sobre igual posição no ano passado, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (2012b). A expansão do crédito manteve tendência de desaceleração observada desde o primeiro semestre de 2011 e continua convergindo para um ritmo sustentável no longo prazo. Nesse contexto, cabe ressaltar a atuação dos bancos públicos em favor da redução das taxas de juros, com reflexo no ritmo de concessões e no aumento de participação desse segmento no mercado de crédito brasileiro.

Nada obstante, a participação do estoque de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) continua apresentando uma trajetória ascendente, passando de 46,6%, em agosto do ano passado, para 51,0%, em agosto último. Vale lembrar que, numa perspectiva temporal mais ampla, o referido índice, em dezembro de 2005, era de 28,1%. Em pouco mais de seis anos e meio, essa participação quase que dobrou, refletindo o vigoroso crescimento da intermediação financeira do País.

Como ocorreu há quase dois anos, a expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo crescimento das operações realizadas com recursos direcionados (lastreados em recursos compulsórios ou governamentais). Nos últimos doze meses terminados em agosto, o incremento verificado por essa catego-

ria foi de 20,6%, bem acima da média exibida pelas operações realizadas com recursos livres (15,0%).

Assim, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos direcionados atingiu R\$ 800,5 bilhões, no fim de agosto, representando 36,2% do estoque total. Nesse grupo, vale destacar os financiamentos habitacionais, que cresceram 38,6% no período considerado, impulsionados pelos desembolsos do Programa Minha Casa Minha Vida, aliás, a linha de crédito que mais tem crescido nos últimos dois anos.

De outra parte, o estoque das operações de crédito realizadas com recursos livres alcançou R\$ 1.410,6 bilhões, registrando-se no período analisado um incremento de 15,0%, respondendo ainda pela maior fatia dentro do Sistema Financeiro Nacional (63,8%).

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No fim de julho de 2012, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário representava 88,8% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 1 – Brasil – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital - Agosto de 2011 e 2012

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Agosto		Variação Nominal	Participação Agosto/12, %	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2011	2012			ago/11	ago/12
1. Usos dos Recursos	1.890.020	2.211.034	17,0	100,0	46,6	51,0
1.1.Setor Público	70.370	105.666	50,2	4,8	1,7	2,4
Gov. Federal	34.665	61.399	77,1	2,8	0,9	1,4
Gov. Est. e Mun.	35.705	44.267	24,0	2,0	0,9	1,0
1.2.Setor Privado	1.819.650	2.105.368	15,7	95,2	44,9	48,6
Indústria	391.880	439.105	12,1	19,9	9,7	10,1
Habitação	180.410	250.039	38,6	11,3	4,4	5,8
Rural	132.079	151.287	14,5	6,8	3,3	3,5
Comércio	192.501	213.658	11,0	9,7	4,7	4,9
Pessoas Físicas	601.127	678.813	12,9	30,7	14,8	15,7
Outros Serviços	321.653	372.466	15,8	16,8	7,9	8,6
2. Fontes dos Recursos	1.890.020	2.211.034	17,0	100,0	46,6	51,0
2.1. Livres	1.226.266	1.410.578	15,0	63,8	30,2	32,5
2.2.Direcionados ⁽²⁾	663.754	800.456	20,6	36,2	16,4	18,5
BNDES ⁽³⁾	385.061	442.840	15,0	20,0	9,5	10,2
Outros	278.693	357.616	28,3	16,2	6,9	8,2
3.Controle de Capital	1.890.020	2.211.034	17,0	100,0	46,6	51,0
3.1. Inst. Públicas Nacionais	798.109	1.011.920	26,8	45,8	19,7	23,3
3.2. Inst. Privadas Nacionais	766.656	828.279	8,0	37,5	18,9	19,1
3.3 Instituições Estrangeiras	325.255	370.835	14,0	16,8	8,0	8,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2012c).

⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

⁽³⁾ Inclui operações diretas e os repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial do BNDES (FINAME) para outras instituições financeiras.

Sob o aspecto do controle de capital, as instituições financeiras públicas, que já possuem a maior parcela do crédito (45,8%), também apresentaram o maior incremento de suas operações (26,8%), superando a expansão registrada pelas instituições estrangeiras (14,0%) e pela banca privada nacional (8,0%).

A expansão do crédito foi também acompanhada por uma leve subida na taxa de inadimplência (proporção das operações com atraso superior a 90 dias sobre o total do crédito), que passou de 3,5%, em agosto do ano passado, para 3,8%, em agosto último. Contudo, esse resultado deveu-se exclusivamente ao aumento da taxa de inadimplência

apresentada pelos bancos privados (de 4,4%, para 5,2%) e pelos bancos estrangeiros (de 5,1%, para 5,7%), uma vez que os bancos oficiais exibiram uma leve queda desse indicador (de 2,0%, para 1,9%).

Entretanto, o Banco Central (Bacen), no seu Relatório de Estabilidade Financeira (2012e) espera que, no médio prazo, o crescimento da massa salarial, a recuperação da atividade econômica e a transmissão da redução da taxa básica de juros para as taxas cobradas pelos bancos tendam a melhorar a capacidade de pagamento das famílias e das empresas e a reduzir a inadimplência, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito brasileiro.

7.3 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

No fim de agosto, o estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro do Nordeste² atingiu R\$ 271,6 bilhões, registrando-se um crescimento de 25,6% sobre igual posição do ano passado, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2012b).

Repetindo o desempenho apresentado há mais de dois anos, o saldo das operações de crédito no Nordeste tem apresentado o maior crescimento relativo no País, superando os aumentos ocorridos no Centro-Oeste (23,9%), no Norte (23,7%), no Sul (22,1%) e no Sudeste (19,5%). Esse resultado evidencia o bom desempenho apresentado pela economia nordestina, uma vez que o comportamento da intermediação financeira representa um bom termômetro para a atividade econômica.

Entrementes, cabe uma qualificação para esse resultado. No Nordeste, a expansão das operações de crédito foi bastante influenciada pelo crescimento das operações realizadas pelas pessoas físicas (34,2%), quase o dobro do verificado para as pessoas jurídicas (17,9%). Como ambas as modalidades têm peso equivalente, a decomposição da taxa de crescimento revela que os empréstimos e financiamentos tomados pelas famílias explicaram quase dois terços da expansão do crédito nordestino. Dito de outra forma, o desempenho do crédito no Nordeste está sendo mais explicado pelo consumo, com influência razoável das operações voltadas para aquisição de veículos e de habitação, do que pela produção.

Entre os estados, o maior incremento no saldo das operações de crédito ocorreu no Maranhão (36,1%), seguido pelo Rio Grande do Norte (33,7%), Paraíba (30,3%) e Piauí (27,8%). A menor expansão aconteceu no Ceará (21,9%). Coincidentemente, nos estados onde ocorreu o maior incremento nas operações de crédito foi também onde a maior parcela dos empréstimos e financiamentos foi destinada para as famílias. De forma contrária, nos estados com taxas menores de crescimento das operações de crédito predominou uma parcela maior do crédito para as empresas.

Outra leitura sugere que nos estados com maior peso na economia nordestina (Bahia, Pernambuco e Ceará) o crédito está sendo mais orientado para a produção, enquanto nos de menor porte o crédito está sendo dirigido mais para o consumo. No médio e longo prazos, essa distribuição do crédito pode reforçar a concentração econômica já existente em torno dos estados de maior porte, onde predomina maior parcela do crédito para a produção, em detrimento dos estados de tamanho menor, com maior preponderância do crédito para o consumo.

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro ¹ e Qualidade do Crédito

Posições em Final de Agosto de 2011 e 2012

Estados/ Regiões	Saldo Oper. R\$ Milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Patic. % ago/12	Índice de Inadimplência ² - Ago/12(%)		
	Agosto 2011 (a)	Agosto 2012 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	17.790	24.221	36,1	8,9	6,8	2,7	5,2
Piauí	8.573	10.955	27,8	4,0	6,0	2,5	4,7
Ceará	32.172	39.222	21,9	14,4	6,2	2,9	4,5
R.G. Norte	13.419	17.942	33,7	6,6	5,6	3,0	4,5
Paraíba	12.099	15.768	30,3	5,8	5,8	3,1	4,9
Pernambuco	49.936	61.186	22,5	22,5	6,1	1,5	3,2
Alagoas	10.998	13.709	24,6	5,0	6,4	3,8	5,4
Sergipe	9.389	11.939	27,2	4,4	4,7	2,3	3,7
Bahia	61.884	76.660	23,9	28,2	5,9	2,9	4,3
NORDESTE	216.260	271.602	25,6	13,0	6,0	2,5	4,3
NORTE	65.834	81.434	23,7	3,9	5,6	4,6	5,1
CENTRO- OESTE	158.470	196.267	23,9	9,4	4,4	2,4	3,6
SUDESTE	971.564	1.160.816	19,5	55,4	5,2	2,1	3,3
SUL	316.282	386.049	22,1	18,4	3,9	2,4	3,1
TOTAL REGIÕES ³	1.728.410	2.096.168	21,3	100,0	5,0	2,3	3,5

Fonte: Banco Central do Brasil (2012b).

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de agosto/2012, a 94,8% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

De par com a tendência nacional, a ampliação do crédito do Nordeste foi também acompanhada por uma leve subida no índice de inadimplência, que passou de 3,4%, em agosto do ano passado, para 4,3%, em agosto último. Na Região, a taxa de inadimplência das famílias (6,0%) foi mais que o dobro das

empresas (2,5%). Entre os estados, o maior índice de inadimplência ocorreu no Maranhão (5,2%), coincidentemente onde registrou-se o maior incremento nas operações de crédito, enquanto a menor taxa ocorreu em Pernambuco (3,2%).

7.3.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME

No acumulado de janeiro a agosto, os empréstimos e financiamentos concedidos pelo *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES) no Nordeste atingiram R\$ 8,9 bilhões, registrando-se uma queda de 18,8%, comparativamente a igual período do ano passado, de acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (BRASIL, 2012). Do referido valor, a maior parcela (59,0%) correspondeu a operações realizadas diretamente pelo BNDES, ficando a parcela restante (41,0%) repassada a outras

instituições financeiras via operações Finame, com ambas as modalidades apresentando redução. Vale registrar que, em nível nacional, houve um crescimento de 8,3% nas operações do BNDES (diretas mais repasses), refletindo as ampliações ocorridas no Sudeste (21,4%) e no Centro-Oeste (7,9%). Entretanto, foram também registradas diminuições no Sul (- 19,2%) e no Norte (- 2,4%).

Entre os estados, as maiores reduções nas operações do BNDES (diretas mais repasses) ocorreram em Alagoas (- 65,4%), em Pernambuco (- 39,8%), na Bahia (- 21,3%) e em Sergipe (- 20,9%). Contudo, houve aumentos no Rio Grande do Norte (108,1%), no Piauí (37,1%) e na Paraíba (12,2%).

No Nordeste, o declínio nas aplicações diretas do BNDES foi fortemente influenciado

pelas reduções ocorridas nas operações realizadas pelos setores rural (-83,6%), comércio (- 64,6%) e indústria (- 64,4%). Por porte do tomador, também houve diminuições nas liberações, ficando as maiores ocorrências por conta da média empresa (- 60,4%) e da grande empresa (- 26,6%). No período considerado, apenas as microempresas foram beneficiadas com aumento das contratações (2,4%).

Tabela 3 – BNDES + FINAME- Empréstimos/Financiamentos Efetivamente Concedidos- Estados do Nordeste e Regiões do Brasil

Janeiro a Agosto de 2012

Estados/Regiões	R\$ Milhões		Realizado/ Programado b/a, em %	Variação % (c)	Participação % Realizado (d)
	Programado 2012 (a)	Realizado (b)			
Maranhão	1.731,7	800,0	46,2	-12,3	9,0
Piauí	459,6	323,9	70,5	37,1	3,6
Ceará	4.187,0	1.445,3	34,5	-8,6	16,2
Rio Grande do Norte	998,4	1.072,0	107,4	108,1	12,0
Paraíba	470,7	309,5	65,8	12,2	3,5
Pernambuco	5.781,9	1.843,1	31,9	-39,8	20,7
Alagoas	944,1	267,9	28,4	-65,4	3,0
Sergipe	675,2	314,1	46,5	-20,9	3,5
Bahia	5.204,9	2.526,5	48,5	-21,3	28,4
NORDESTE	20.453,5	8.902,3	43,5	-18,8	6,8
NORTE	14.536,3	7.489,0	51,5	-2,4	5,7
SUDESTE	149.992,0	89.969,1	60,0	21,4	68,6
SUL	31.938,7	17.131,5	53,6	-19,2	13,1
CENTO-OESTE	12.027,7	7.719,3	64,2	7,9	5,9
BRASIL	228.948,2	131.211,2	57,3	8,3	100,0

Fonte: Brasil (2012a).

(c) Variação observada no período jan.-ago./12, em relação ao mesmo período de 2011.

7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No fim de julho, o saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino³ alcançou R\$ 163,1 bilhões, registrando-se um incremento de 12,2% sobre igual posição do ano passado, um pouco acima do índice verificado em nível nacional (8,2%), de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2012e).

Na Região, o aumento na captação de depósitos entre os bancos públicos (16,5%) continua superando com larga margem o índice registrado pelos bancos privados (4,7%), resultado que vem se repetindo há mais de dois anos. Em termos de participação, os bancos oficiais respondem por dois terços da captação de depósitos no Nordeste, ficando o terço restante com a banca privada.

Entre os bancos públicos, o maior aumento na captação de depósitos ocorreu na Caixa Econômica Federal (22,1%), vindo em seguida o Banco do Brasil (15,6%) e os bancos estaduais (8,3%). Em nível estadual, o maior incremento na captação de depósitos bancários foi registrado no Piauí (19,3%), seguido pelo Rio Grande do Norte (17,2%) e Bahia (16,4%).

Por outro lado, o estoque das operações de crédito realizadas no Nordeste, no fim de julho, alcançou R\$ 135,9 bilhões⁴, ocorrendo uma expansão de 19,3%, comparativamente à mesma posição no ano passado. Do

citado montante, um pouco mais da metade (51,5%) foi direcionada para operações de curto prazo, na forma de empréstimos e títulos descontados. No grupo das operações de médio e longo prazos, convém ressaltar as participações dos financiamentos imobiliários (23,1%), dos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (7,4%) e à agropecuária (4,6%).

Do mesmo modo como ocorreu com a captação de depósitos, o incremento no saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino foi também liderado pela expansão dos negócios dos bancos públicos (27,1%), em contraponto a um irrisório aumento nas operações de crédito dos bancos privados (2,5%). Entre os bancos públicos, o maior aumento nos empréstimos e financiamentos ocorreu na Caixa Econômica Federal (40,9%), fortemente influenciado pela ampliação ocorrida no crédito imobiliário, vindo em seguida os aumentos exibidos pelos bancos estaduais (20,0%) e pelo Banco do Brasil

3 O Sistema Bancário Nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal e representa um subconjunto do Sistema Financeiro Nordestino, comentado no tópico anterior.

4 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 50,8% do total do Sistema Financeiro Regional, enquanto em nível nacional essa mesma proporção era de 88,8%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo Banco do BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do Sistema Bancário Nordestino dentro do Sistema Financeiro do Nordeste passaria para 80,2%.

(19,5%). Em termos de participação, os bancos oficiais também respondem por parcela preponderante das operações de crédito no Nordeste (72,7%), cabendo a fração restante aos bancos privados (27,3%).

Em âmbito estadual, o maior incremento no saldo das operações de crédito, no período analisado, ocorreu em Alagoas (26,9%), vindo em seguida Sergipe (26,8%), Maranhão (24,5%) e Ceará (24,4%). A menor variação ocorreu na Bahia (12,4%).

Tabela 4 – Nordeste – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) Julho de 2012 e 2011

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Julho de 2011	44.772	37.388	7.948	8.815	2.160	93.135	52.221	145.356
Julho de 2012	51.747	45.641	7.730	8.749	2.339	108.476	54.678	163.154
Variação nominal, em %	15,6	22,1	-2,7	-0,7	8,3	16,5	4,7	12,2
Participação julho/12, em %	31,7	28,0	4,7	5,4	1,4	66,5	33,5	100,0
Operações de Crédito								
Julho de 2011	34.215	32.035	7.929	9.939	1.497	77.686	36.218	113.904
Julho de 2012	40.879	45.124	8.387	10.937	1.796	98.736	37.141	135.877
Variação nominal, em %	19,5	40,9	5,8	10,0	20,0	27,1	2,5	19,3
Participação julho/12, em %	30,1	33,2	6,2	8,0	1,3	72,7	27,3	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2012e).

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

Tabela 5 – Nordeste – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição no Fim de Julho de 2012

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Jul-12/ Jul-11	Participação Est/NE, Jul./12	Variação Jul-12/ Jul-11	Participação Est/NE, Jul./12
Maranhão	15,0	5,8	24,5	7,1
Piauí	19,3	3,5	24,1	4,7
Ceará	7,4	21,5	24,4	14,7
Rio Grande do Norte	17,2	5,1	22,6	6,6
Paraíba	13,8	5,7	24,0	6,3
Pernambuco	8,7	23,5	17,3	23,2
Alagoas	14,3	4,2	26,9	4,8
Sergipe	15,0	4,7	26,8	5,1
Bahia	16,4	26,0	12,4	27,5
NORDESTE ¹	12,2	100,0	19,3	100,0
BRASIL	8,2	...	20,9	...

Fonte: Banco Central do Brasil (2012e)..

¹ No Nordeste, no fim de julho de 2012, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 163,1 bilhões e as operações de crédito R\$ 135,9 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

7.5 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito

A redução da taxa básica de juros pelo Copom, iniciada em meados do ano passado, e a diminuição dos juros cobrados em um conjunto representativo de operações de crédito, que começou em abril deste ano, continuam repercutindo favoravelmente no mercado de crédito.

Pesquisa sistemática realizada pelo Bacen, entre os dias 5 a 11 de outubro, mostra uma tendência de continuada redução dos juros médios praticados nas principais operações de crédito, para pessoas físicas e jurídicas, nos últimos seis meses. (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2012).

Dentro desse cenário, o Banco do Nordeste tem se destacado por praticar juros competitivos em um grupo representativo

de operações, inclusive melhorando sua posição no mercado de crédito nacional. Assim, no grupo das operações de crédito para pessoas físicas, a taxa de juro cobrada pelo BNB no crédito pessoal foi a terceira mais baixa entre os bancos do País, incluídos na citada pesquisa do Bacen, mantendo-se à frente de todos os bancos oficiais, e ficou na décima terceira posição nos juros cobrados no cheque especial.

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	Nº. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
a) De 05 a 11/10/2012						
Pessoa Física						
Cheque especial	5,71	6,39	1,82	10,07	13º	27
Crédito pessoal	1,02	4,65	0,66	16,52	3º	89
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,36	2,52	0,99	4,69	19º	42
Capital de giro prefixado	0,96	1,92	0,66	6,82	11º	69
Conta garantida	2,08	3,74	1,16	8,90	7º	38
b) De 05 a 11/07/2012						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,3	6,51	1,84	10,2	16º	30
Crédito pessoal	1,15	5,03	0,96	21,04	4º	89
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,34	2,65	0,86	5,07	20º	48
Capital de giro prefixado	1,25	2,03	0,66	4,74	10º	62
Conta garantida	2,30	3,80	1,28	8,96	12º	42

Fonte: Banco Central do Brasil (2012f).

Obs.: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Nas operações com as empresas, o BNB ficou na sétima posição nos encargos mais baixos cobrados nas operações de conta garantida, na décima primeira colocação nas operações de capital de giro prefixado e no décimo nono lugar no desconto de duplicata.

No fim de setembro, o saldo dos depósitos bancários captados pelo BNB na Região atingiu R\$ 8,6 bilhões, registrando-se um acréscimo de 10,7% sobre igual posição no ano passado. Do referido montante, a maior parcela (62,3%) era formada por depósitos a prazo, vindo em seguida os depósitos de poupança (16,0%) e depósitos especiais (11,9%), para citar os mais representativos. Em termos de participação, o Estado do Ceará respondeu pela maior captação de depósitos (57,4%), seguido pela Bahia (12,8%) e por Pernambuco (12,0%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas no Nordeste alcançou, no fim de setembro, R\$ 8,4 bilhões, registrando-se um crescimento de apenas 0,8% sobre igual posição do ano passado.

Do referido valor, um pouco mais da metade (50,6%) foi destinada para operações de curto prazo, na forma de empréstimos e títulos descontados, vindo em seguida os financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (23,9%), à infraestrutura e desenvolvimento (20,1%) e aos segmentos rural e agroindustrial (13,5%), para citar as destinações mais relevantes. Essas parcelas excederam os 100% tendo em vista a inclusão das provisões para devedores duvidosos, que representaram 8,0% do saldo das operações de crédito, entrando no seu cálculo com sinal negativo.

Adicionando-se ao saldo das operações de crédito do BNB os estoques das operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) chega-se, no fim de setembro, a um volume de R\$ 41,8 bilhões de aplicações na Região, registrando-se um crescimento de 9,4% sobre igual posição no ano passado. Do referido montante, o FNE participou com 77,2%, representando a principal fonte de recurso para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição no fim de Setembro de 2012

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Set-12/ Set-11	Participação Est/NE, Set/12	Variação Set-12/ Set-11	Participação Est/NE, Set/12
Maranhão	17,8	3,5	13,8	8,8
Piauí	9,1	2,5	12,2	8,2
Ceará	14,7	57,4	1,8	17,5
Rio Grande do Norte	-11,8	4,0	-12,7	5,0
Paraíba	-2,3	3,5	17,4	7,9
Pernambuco	26,9	12,0	11,3	16,4
Alagoas	-14,1	1,6	4,2	3,8
Sergipe	-13,0	2,7	10,9	5,3
Bahia	2,5	12,8	-13,5	27,1
NORDESTE (a)	10,7	100,0	0,8	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2012a).

(a) No final de setembro/2012, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 8,6 bilhões e as operações de crédito atingiu R\$ 8,4 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é final de julho/2012, enquanto a da Tabela 7 é final de setembro/2012. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$10,0 bilhões, e o das operações de crédito R\$ 10,3 bilhões.

De outra parte, no acumulado de janeiro a setembro, foram contratadas 316,8 mil operações de longo prazo com recursos do FNE, significando um ingresso de novos recursos na economia nordestina da ordem de R\$ 5,7 bilhões. Em comparação com os valores registrados em igual período do ano passado, houve um crescimento de 7,0% no número de operações, ocorrendo, contudo, um declínio de 18,3% nos valores contratados, decorrente de uma forte diminuição nas operações realizadas com as grandes empresas. Esse resultado representa uma nova estratégia de alocação de recursos do BNB, com maior foco nas aplicações junto aos pequenos e médios empreendimentos.

De qualquer modo, dos R\$ 5,7 bilhões do FNE injetados na economia nordestina no período de janeiro a setembro, um pouco mais da metade (52,3%) foi destinada para o conjunto formado pela agricultura, pecuária e agroindústria, vindo em seguida a indústria (20,9%), o comércio (15,9%) e os serviços (10,9%). Em termos de porte do tomador, parcela representativa do referido valor foi

orientada para as mini e pequenas empresas (49,9%), cabendo as parcelas restantes às médias (23,8%) e grandes empresas (26,3%). Esse perfil de aplicação de recursos do FNE traduz uma forte orientação voltada às atividades rurais e aos empreendimentos de menor porte, que representam os setores mais carentes da Região, orientação que distingue a ação do BNB como principal agente de fomento do desenvolvimento nordestino.

No rol de programas geridos pelo BNB, também merecem destaque duas linhas de crédito. A primeira, o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que de janeiro a setembro contratou no Nordeste 1.917,3 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões, significando um crescimento de 27,1% no número e de 48,4% nos valores contratados, comparativamente a igual período do ano passado. O referido programa tem ainda como característica possuir um público predominantemente feminino (cerca de dois terços), apresentar um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.481,09), conferindo uma alta capilari-

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Setembro de 2012

Em %

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	-25,3	12,3	51,1	12,7	8,1	11,2
Piauí	37,8	12,8	51,7	11,6	59,1	10,6
Ceará	-32,7	15,3	49,0	31,4	31,4	17,0
R. G. do Norte	-60,2	5,2	48,1	5,8	30,8	5,9
Paraíba	54,4	4,8	68,6	8,4	58,7	7,1
Pernambuco	6,2	16,3	26,4	6,9	39,5	16,3
Alagoas	8,9	3,4	46,4	5,6	39,4	5,6
Sergipe	7,2	5,5	41,3	4,7	60,0	5,7
Bahia	-28,5	24,4	47,4	12,9	35,7	20,6
NORDESTE	-18,3	100,0	48,4	100,0	36,3	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2012a, 2012b).

¹ Variação nominal do valor das contratações no período de jan./set.-12, em relação a jan./set.-11.

² Participação dos estados no período de jan./jun.-12.

Obs.: No período de jan.-set./12, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 5.691,8 milhões, do CREDIAMIGO R\$ 1.917,3 milhões, e do PRONAF R\$ 1.197,6 milhões.

dade entre os tomadores, e exibir uma reduzida taxa de inadimplência (1,0%), seis vezes menor do que a média do índice nordestino para pessoas físicas (6,0%).

A segunda é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),

que através do BNB contratou na Região, no período analisado, 290,5 mil operações, significando um aporte de novos recursos para a economia nordestina da ordem de R\$ 1,2 bilhão, registrando-se um aumento de 6,6% no número e de 36,3% nos valores contratados.

7.6 - Conclusão

No início de outubro, foi aprovado pelos dirigentes da União Europeia acordo para implantação gradual da supervisão bancária na Zona do Euro, a partir de 2013. O trabalho ficará a cargo do Banco Central Europeu (BCE), que passará a supervisionar um conjunto de seis mil bancos da Região. Na prática, espera-se que o novo sistema proporcione condições para que os bancos com problemas de liquidez e em risco de falência possam receber empréstimos diretos do BCE, sem agravar a dívida soberana do país onde estão inseridos.

No Brasil, a capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta, uma vez que o aumento da base de capital foi proporcionalmente superior à evolução da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária. Constatou-se, também, que houve elevações dos índices de Basileia e de liquidez do Sistema Financeiro Nacional, consoante informações divulgadas pelo Bacen. (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2012).

A expansão do crédito no País continua sendo liderada pelas instituições oficiais que, além de deterem a maior fatia do mercado (45,8%), registraram um crescimento de 26,8%, nos doze meses encerrados em agosto último, mais de três vezes o incremento apresentado pela banca privada e quase o dobro do aumento dos bancos estrangeiros.

Entrementes, a expansão do crédito foi também acompanhada por uma leve subida na taxa de inadimplência, resultado que se deveu exclusivamente ao aumento verificado para os bancos privados e estrangeiros, contrapondo-se a uma leve queda exibida pelos bancos públicos, para o referido índice.

No Nordeste, o crescimento das operações de crédito tem superado o de todas as regiões do País, resultado que vem se repetindo há mais de dois anos. Entretanto, o desempenho do crédito nordestino está sendo mais explicado pelo comportamento do consumo, com influência razoável das operações voltadas para aquisição de veículos e de habitação, do que pela produção.

Ademais, nos estados com maior peso na economia nordestina (Bahia, Pernambuco e Ceará), o crédito está sendo mais orientado para a produção, enquanto nos de menor porte o crédito está sendo dirigido mais para o consumo. No médio e longo prazos, essa distribuição do crédito pode reforçar a concentração econômica já existente em torno dos estados de maior porte, onde predomina maior parcela do crédito para a produção, em detrimento dos estados de tamanho menor, com maior preponderância do crédito para o consumo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **COPOM**: ata da 170ª reunião. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM170>>. Acesso em: 25 out. 2012a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValores-Series.do?method=consultarValores>>. Acesso em: 25 out. 2012b.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2012. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 25 out. 2012c.

_____. **Nota para a Imprensa 26.11.2012**: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 25 out. 2012d.

_____. SISBACEN. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2012e.

_____. **Sistema financeiro nacional**: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?TXJUIROS>>. Acesso em: 25 out. 2012f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro**. Fortaleza, 2012a.

_____. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo**: cadernos mensais de junho de 2011 e junho de 2012. Fortaleza, 2012b.

BNB CONJUNTURA MENSAL. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 20, ago. 2012. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/conjuntura_mensal_agosto_2012.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas estatais**: dados estatísticos: orçamento de investimento: dados anuais 2012: execução orçamentária: alínea "i" empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2012/120927_port_21_alinea_i.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 11, n. 2, set. 2012. 63 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2012_09/refP.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 14, n. 3, set. 2012. 147 p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2012/09/ri201209P.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.



SAC Banco do Nordeste - 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br